

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Beatriz Lissker

Ciência, raça e nação: a obra de Gobineau
e a produção do discurso racista no Brasil (1850-1888)

SÃO PAULO
2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Beatriz Lissker

Ciência, raça e nação: a obra de Gobineau
e a produção do discurso racialista no Brasil (1850-1888)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
da Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, como exigência para a obtenção do título
de MESTRE em História, sob orientação do
Prof. Dr. Alberto Luiz Schneider.

SÃO PAULO

2024

Banca Examinadora

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – processo número 88887.836583/2023-00.

AGRADECIMENTOS

Observar uma folha em branco e fazer dela uma dissertação de mestrado no decorrer de dois anos é um esforço profundo, para o qual o apoio daqueles que me cercam foi fundamental.

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Prof. Dr. Alberto Luiz Schneider, que desde 2017 me acompanha na trajetória acadêmica e contribui para o meu desenvolvimento como historiadora e pesquisadora.

Ao Prof. Dr. Amílcar Torrão Filho e à Profa. Dra. Helga Gahyva, cuja participação, desde a banca de qualificação, foi fundamental para o avanço desta pesquisa.

À minha família, que esteve ao meu lado sempre, fornecendo todo o incentivo e acolhimento. Sem vocês eu não estaria onde estou.

Aos meus grandes amigos, aqueles de dentro e de fora do universo acadêmico, que me relembram da importância do equilíbrio entre trabalho e descanso.

RESUMO

LISSKER, Beatriz. **Ciência, raça e nação**: a obra de Gobineau e a produção do discurso racialista no Brasil (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

O objetivo desta dissertação é analisar a construção do discurso racialista de Joseph Arthur de Gobineau (1816 - 1882), intelectual e diplomata francês do século XIX, investigando a forma como seus postulados teóricos ecoam no Brasil ao fomentar um determinado projeto de nação. Em sua obra mais conhecida, o *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-1855), ao indagar-se a respeito do que estaria por trás do declínio de todas as civilizações outrora vigorosas, Gobineau encontra na miscigenação racial o imperativo da degeneração. O Conde de Gobineau esteve no Brasil por 14 meses, entre 1869 e 1870, em missão diplomática, e aqui colocou suas teorias à prova ao observar uma sociedade absolutamente mestiçada, cujo barbárie étnica apontava para um catastrófico prognóstico. Nesse sentido, propõe-se examinar a leitura que Gobineau fez do Brasil, avaliando em que medida seu discurso, sobretudo a partir da década de 1850, fornece importantes bases para a edificação de um imaginário e de uma prática nacionalista centrados na ideia de raça. No cerne desse processo, a ciência e a raça representam alicerces sob os quais a intelectualidade brasileira projetou uma nação moderna.

Palavras-chave: Gobineau, ciência, raça, racialismo, miscigenação, imigração, branqueamento, nação, civilização, Brasil, século XIX.

ABSTRACT

LISSKER, Beatriz. **Science, race and nation:** Gobineau's work and the production of a racist discourse in Brazil (1850-1888) Dissertation (History Master's degree) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

The aim of this dissertation is to analyze the construction of the racist discourse of Joseph Arthur de Gobineau (1816 - 1882), a 19th-century French intellectual and diplomat, investigating how his theoretical postulates resonated in Brazil, shaping a specific national project. In his most renowned work, *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-1855), Gobineau explores the causes behind the decline of once-vigorous civilizations and identifies racial miscegenation as the imperative of degeneration. Count Gobineau spent 14 months in Brazil between 1869 and 1870 on a diplomatic mission, during which he tested his theories by observing an intensely mixed society whose ethnic "barbarism" pointed to a catastrophic prognosis. This study examines Gobineau's interpretation of Brazil, assessing the extent to which his discourse, particularly from the 1850s onwards, provided crucial foundations for constructing a nationalist imaginary and practices centered on the idea of race. At the heart of this process, science and race became the cornerstones upon which the Brazilian intellectual elite projected the idea of a modern nation.

Keywords: Gobineau, science, race, racialism, miscegenation, immigration, whitening process, nation, civilization, Brazil, nineteenth century.

RÉSUMÉ

LISSKER, Beatriz. **Science, race et nation**: l'œuvre de Gobineau et la production du discours racialisé au Brésil (1850-1888). Mémoire (Master en histoire) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

L'objectif de cette dissertation est d'analyser la construction du discours racialisé de Joseph Arthur de Gobineau (1816 - 1882), un intellectuel et diplomate français du XIX^e siècle, en explorant comment ses postulats théoriques ont résonné au Brésil, façonnant un projet national spécifique. Dans son œuvre la plus célèbre, *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-1855), Gobineau examine les causes du déclin des civilisations autrefois florissantes et identifie le métissage racial comme l'impératif de la dégénérescence. Le comte de Gobineau a passé 14 mois au Brésil entre 1869 et 1870 dans le cadre d'une mission diplomatique, au cours de laquelle il a mis ses théories à l'épreuve en observant une société fortement métissée dont la "barbarie" ethnique annonçait un pronostic catastrophique. Cette étude examine l'interprétation du Brésil par Gobineau, en évaluant dans quelle mesure son discours, en particulier à partir des années 1850, a fourni des bases essentielles à la construction d'un imaginaire nationaliste et de pratiques centrées sur l'idée de race. Au cœur de ce processus, la science et la race sont devenues les piliers sur lesquels l'élite intellectuelle brésilienne a projeté l'idée d'une nation moderne.

Mots-clés: Gobineau, science, race, racisme, métissage, immigration, processus de blanchiment, nation, civilisation, Brésil, XIX^e Siècle.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 – JOSEPH ARTHUR DE GOBINEAU: UM HOMEM DE SEU TEMPO.....	21
1.1 Arthur de Gobineau: “nobre frustrado e intelectual romântico”.....	22
1.2 Gobineau e o universo cientificista do século XIX: os homens de laboratório e o homem de gabinete.....	31
1.3 A França do Pós-Revolução: Gobineau e a crítica à igualdade social.....	45
1.4 A questão e a resposta do século: o ensaio sobre a desigualdade entre as raças (1853-1855).....	50
2 – GOBINEAU E O FUTURO DO BRASIL MESTIÇO.....	63
2.1 Gobineau e os brasileiros.....	64
2.2 Gobineau e Dom Pedro II: Simbá e o Rei na terra dos macacos.....	69
2.3 <i>L’Émigration au Brésil</i> (1874) e os caminhos para o progresso nacional brasileiro.....	73
3 – ARTHUR DE GOBINEAU E SÍLVIO ROMERO: DIÁLOGOS E SILÊNCIOS.....	85
3.1 Sílvio Romero: intérprete do Brasil mestiço.....	86
3.2 Ecos gobinianos: Sílvio Romero e uma nação miscigenada.....	91
3.3 A ciência racialista e o racismo à brasileira.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	106

INTRODUÇÃO

O instrumento de trabalho do historiador não é o fuso ou a roca, nem mesmo o cesto ou a ânfora, mas as palavras, a escrita em prosa. O prostrar, o contar, o narrar é a arte que permite a tecelagem do passado, ela é a arte que permite inventar o passado, que permite dar forma aos tempos, que possibilita o registro do que se passou procurando entender-se como se passou. Trabalho de ordenamento e de racionalização do vivido, a história nasce como este trabalho artesanal, paciente, metuculofo, diuturno, solitário, infindável que se faz sobre os restos, sobre os rastros, sobre os monumentos que nos legaram os homens que nos antecederam que, como esfinges, pedem deciframento, solicitam compreensão e sentido. O historiador, como a bordadeira, ao final de suas atividades de pesquisa, tem à sua frente uma cesta cheia de documentos, de relatos, de imagens, de escritos, de narrativas, de variadas cores e tonalidades, misturados de forma caótica. É ele, como faz a profissional do bordado, que submete este caos a uma ordem, a um desenho, a um plano, a um projeto, a um molde, a um modelo, que deve ser previamente pensado (Albuquerque Junior, 2019, p. 4).

Como ilustra Albuquerque Junior no excerto acima, o trabalho do historiador consiste em racionalizar os vestígios daqueles que o antecederam. O produto é um conjunto de documentos que, apesar de indicarem certo caos, precisam ser trazidos à ordem no intuito de capacitarmos-nos a tecer o passado. Foi através desse longo processo, aquele que o autor associa ao ofício da tecelagem, que surgiu esta dissertação.

Este trabalho veio à tona em meados de 2018, quando, no decorrer da minha Iniciação Científica, deparei-me com um ciclo de bibliografias a respeito do Brasil de 1870, ao estudar o Naturalismo literário. A enorme maioria dos historiadores que se propuseram a pesquisar a ciência do século XIX no Brasil cita impreterivelmente o nome Arthur de Gobineau, ainda que de forma genérica e pouco aprofundada. Apesar de não constituir meu objeto na época, o Conde de Gobineau parecia receber importantes menções no que tange à circulação das ideias científicas no Ocidente. Anos depois, essa emblemática e contraditória figura tornar-se-ia objeto do presente estudo.

A dissertação em questão tem por objetivo investigar o discurso racista de Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), um intelectual francês que, entre a vastidão de sua obra, produziu um ensaio com o objetivo de responder à pergunta que, na sua concepção, o século colocara em sua frente: o que leva civilizações que outrora encontraram seu apogeu culminarem em um processo de degeneração absoluta? Seus estudos apontaram para uma resposta somente: a sociedade é composta por raças distintas em níveis de civilização hierárquicos, fazendo com que a mistura entre *tipos* discrepantes, isto é, a miscigenação degrade os genes e o espírito de indivíduos e civilizações como um todo.

Arthur de Gobineau não inventou o argumento racial, tampouco foi o único que pretendeu categorizar a humanidade em tipos inclinados à civilização ou à barbárie. Pelo

contrário, ele esteve inserido em um marcante momento da história moderna em que, soltas as amarras das explicações religiosas, a intelectualidade ocidental buscava na emergente ciência a resposta para velhos paradigmas (Schwarcz, 1993). O racismo enquanto elemento estruturante das sociedades ocidentais “só pode ser compreendido em sua totalidade histórica e estudado a longo prazo” (Bethencourt, 2018, p. 21). Nesse sentido, pautamo-nos aqui na premissa de que a ciência do século XIX constitui-se enquanto novo instrumento de perpetuação de hierarquias raciais, assegurando a permanência de tal estrutura (p. 21).

Tratamos de Arthur de Gobineau, portanto, como intelectual racista, isto é, estudioso que pretendeu demonstrar a existência de raças distintas utilizando-se da ciência para hierarquizá-las em níveis diferentes de civilização, o que, por sua vez, culmina no repúdio dos processos miscigenatórios. A obra gobiniana é abrangente e vai desde artigos e ensaios até poemas e romances. É claro que desenvolveremos aqui um panorama de tal produção, contudo, o objeto desta pesquisa é a construção e a investigação do discurso racista de Arthur de Gobineau. E, para tanto, alguns títulos foram selecionadas e operam aqui como fontes.

Antes de debruçarmo-nos sobre o conteúdo e as problemáticas abrangidas pelas fontes aqui selecionadas, é importante responder a uma questão: por que ler Gobineau? A lista dos *homens da ciência* (Schwarcz, 1993) do século XIX é vasta, entre intelectuais, médicos, antropólogos, literatos e advogados, o personagem que escolhemos aqui não deriva de uma mera coincidência. Arthur de Gobineau e sua obra recebem muita atenção e são alvo de importantes estudos até hoje. Entre eles, podemos citar, no cenário nacional, pesquisadores como a Profa. Dra. Helga Gahyva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Prof. Dr. Ricardo Alexandre Santos de Souza, que leciona na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, e, a nível internacional, figuras como o Prof. Dr. Robert Sussman, da Universidade de Harvard, e Francisco Bethencourt, professor do King's College.

Todavia, por vezes a obra de Arthur de Gobineau é posta ao lado das demais produções racistas do período sem que haja de fato um trabalho de discernimento entre elas. Porém, na contramão da intelectualidade da segunda metade do século XIX, preocupada em averiguar a origem das diferenças humanas por meio da raça, Gobineau não produz uma ciência empírica. O Conde não dedicou a vida a estudos de anatomia ou fisiologia humana dentro de laboratórios, aliás, a especialização das ciências causava-lhe certo incômodo por jogar contra o espírito “enciclopédico”, próprio da aristocracia europeia. Portanto, pretende-se por meio desta dissertação separar a figura de Arthur de Gobineau de um conjunto homogêneo de personagens do universo cientificista, posicionando-o de maneira precisa em seu contexto.

A apropriação futura da teoria gobiniana permeou a produção de políticas segregacionistas, lógicas de extermínio e obras pseudocientíficas durante muitos anos após a sua morte (Sussman, 2020). Além do impacto significativo do intelectual francês no processo de construção do imaginário ocidental, destacamos aqui a difusão de seu escopo teórico no Brasil da segunda metade do século XIX. Isso não significa, contudo, que o Conde postulou tais políticas e preconizou certos movimentos, mas denota que a forma como sua obra foi interpretada posteriormente garantiu a instrumentalização das premissas gobinianas no intuito de solidificar certas lógicas raciais.

Parte fundamental da problemática aqui desenvolvida é a investigação dos alicerces teóricos de Gobineau, em consonância com o debate de uma determinada lógica subsidiária da construção nacional brasileira, aquela defendida sobretudo pelos intelectuais¹ da geração de 1870². Tal qual Gobineau, a elite letrada brasileira estava também pensando nas teorias capazes de sustentar os pilares de uma nação ainda incompleta, sem uma identidade consolidada. Apesar das divergências e dos abrangentes campos de estudo a respeito do tema, algo parece ser unânime: o Brasil é interpretado como uma nação em formação e que depende de políticas civilizatórias para fazer parte do emergente mundo moderno (Skidmore, 2012). A maioria dessas concepções apontava para a necessidade de embranquecimento nacional por meio da imigração, tendo em vista que a população negra e miscigenada e o trabalho escravo representavam empecilhos a serem superados em prol do desenvolvimento. Construir a nação brasileira perpassava necessariamente pela instrumentalização do discurso cientificista para assegurar o trabalho assalariado, o fim do latifúndio e o aumento da população branca (Seyferth, 1996).

Pretendemos aqui, portanto, analisar em que medida a equação de civilização que embasa o pensamento gobiniano – isto é, a ideia de que civilização, nação, raça e ciência são pilares impreterivelmente conectados – ecoa na intelectualidade brasileira do século XIX. Propõe-se, assim, investigar os desdobramentos da teoria de Gobineau em determinadas construções intelectuais brasileiras, tendo em vista o atravessamento das teorias de cunho cientificista no período e levando em conta o tempo que ele passou no Rio de Janeiro. Para concretizar a análise do que denominados aqui como “ecos gobinianos”, trataremos de

¹ Vale destacar que o horizonte de expectativa (Koselleck, 2014) dos intelectuais brasileiros é, pois, um campo variado. Ainda assim, tratamos aqui de intelectuais que, em um determinado regime de historicidade, utilizaram-se de elementos convergentes para construir um prognóstico para a nação brasileira, arraigado no emergente discurso cientificista.

² Note que Arthur de Gobineau foi designado pela diplomacia francesa para servir no Rio de Janeiro entre abril de 1869 e junho de 1870.

investigar a produção de Sílvia Romero³, importante intelectual brasileiro que se apropria das premissas do diplomata francês para produzir o seu próprio retrato de Brasil.

Relevante mencionar que o debate a respeito da ciência do século XIX e da instrumentalização das teorias de cunho cientificista enquanto mecanismos de manutenção de hierarquias raciais é ponto fundamental desta dissertação. O estudo do racismo moderno perpassa pela fundamentação da ciência enquanto paradigma irrefutável para a compreensão do presente (Banton, 2010). Nesse sentido, interessa-nos aqui refletir acerca do projeto por trás da produção científica do século XIX, isto é, o que se denominava enquanto ciência e quais interesses estiveram atrelados à adoção e ao desenvolvimento de tal discurso no mundo ocidental. Sabemos que essa é uma arguição infundável, e não pretendemos aqui esgotar o tema, e sim recortá-lo mediante o que nos interessa, associando o discurso cientificista a um determinado processo de construção nacional.

Os objetivos desta pesquisa concretizam-se, portanto, em dois eixos que caminham em consonância. O primeiro deles é a investigação dos paradigmas cientificistas produzidos e instrumentalizados por Gobineau para analisar o passado ocidental, descrever o presente e estabelecer um prognóstico para o futuro (Koselleck, 2014) através da hierarquização racial e do processo de miscigenação. O segundo é justamente a forma como o pensamento gobiniano, sobretudo a partir da década de 1850, fornece importantes bases para a edificação de um imaginário e de uma prática nacionalista centrada no branqueamento, processo esse que se torna indispensável para a compreensão e construção intelectual brasileira do século XIX.

Tendo em vista os caminhos pelos quais percorre a problemática, é conveniente determinar o recorte temporal com o qual trabalhamos. O *Essai sur l'inégalité de las races humaines*, obra de maior destaque do Conde, foi produzido em meados da década de 1850, período que não somente demonstra o momento de compilação da teoria racialista de Gobineau como marca a segunda metade do século XIX, momento de maior tração de tal discurso. Dessa forma, o recorte abrange a década de produção do *Essai*⁴ (1850), assim como a década de 1860, quando o Conde esteve no Brasil e as elites intelectuais brasileiras têm contato com sua obra. Pretende-se investigar a hipótese de que as teorias científico-raciais, como as de Gobineau, ecoam entre os intelectuais brasileiros, sobretudo em meados da década de 1870, período em

³ Sílvia Romero (1851 - 1914), crítico, ensaísta, folclorista, professor e historiador da literatura brasileira, buscou no decorrer da sua obra analisar o Brasil enquanto nação, compreendendo a mestiçagem de forma dúbia: ora como fundadora de um *tipo* unicamente brasileira, ora avaliando que ela representaria um impeditivo à construção nacional. Trataremos de explicitar a obra e trajetória de Romero no terceiro capítulo desta dissertação.

⁴ Com o objetivo de fazer do texto mais fluido e menos repetitivo, passamos a chamar o "*Essai sur l'inégalité de las races humaines*" de "*Essai*".

que o fim do sistema escravista torna-se iminente, reforçando a necessidade de um novo discurso de marginalização dos negros e miscigenados (Alonso, 2002).

Nesse sentido, o recorte temporal aqui adotado pretende abranger também esse debate, estendendo-se até finais da década de 1880. Arthur de Gobineau morreu em 1882 e, ainda assim, o escopo de análise perdura até 1888. Essa escolha se deu considerando que foi somente em 1888 que a instituição escravista encontrou seu fim legal, e foi também esse o ano da publicação do livro de Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira*. Esses são dois marcos fundamentais para esta pesquisa. O primeiro alega a coincidência temporal entre o declínio do regime escravista, a efervescência do pensamento científico e nacional e as políticas de incentivo à imigração. O segundo expressa a materialização do pensamento de Gobineau na obra de um intelectual que pretendeu investigar o Brasil enquanto nação a partir dos paradigmas supracitados.

Todavia, reforçamos que, tal qual é necessária uma digressão à primeira metade do século XIX para tratar com mais clareza e abrangência do universo cientificista, também é preciso dilatar nosso recorte no intuito de compreender as primeiras décadas do século XX, para garantir uma análise mais vasta das influências do discurso de Gobineau na Europa e, sobretudo, no Brasil, que experienciou nas décadas de 1910 e 1920 a entrada massiva de imigrantes europeus. Além disso, foi durante o século XX que a obra de Gobineau encontrou a repercussão que o Conde acreditava merecer quando ainda vivo, vide o trabalho de difusão feito, sobretudo na Alemanha, pelo seu amigo Richard Wagner⁵, ou por Ludwig Schemann⁶. Como argumenta Sussman (2020, p. 38):

Gobineau had a major influence on the politics of the early twentieth century, both in Europe and in America. In 1876, he met German musician Richard Wagner (1813-1883), who was impressed by his work, as was Friedrich Nietzsche (1812-1883). In fact, Wagner and Gobineau became close friends and Wagner used Gobineau's theories of racial inequality, anti-Semitism, and Aryan superiority as scientific backing for his own racial theories of culture. [...] A Gobineau Society for aristocrats and other elites was established in 1894, and Gobineau was seen as an inspiration for the regeneration of the German aristocracy. Gobineau's brand of racism could be seen as compatible with certain interpretation theories of Darwin, and his writing influenced such writers as Houston Stewart Chamberlain, William Z. Ripley, and Ernest Haeckel, who in turn had a direct influence on Madison Grant and U.S immigration policies and on Hitler's policies in Europe⁷.

⁵ Wagner (1813 - 1883) foi um compositor, maestro, diretor de peças, ensaísta, intelectual alemão e grande admirador da teoria gobiniana. Aliás, sua obra apropriou-se de importantes alicerces de Gobineau a respeito do arianismo e, futuramente, seria utilizada por Hitler como instrumento para corroborar a política nazista.

⁶ O alemão Ludwig Schemann (1852 - 1938), além de renomado tradutor, foi um dos teóricos racialistas do século XIX. Um dos mais importantes tradutores do *Essai* de Gobineau, Schemann também se apoiou em suas teorias a respeito do arianismo para pregar a superioridade da raça branca, cuja responsabilidade seria “salvar” as demais.

⁷ “Gobineau teve considerável influência na política do início do século XX, tanto na Europa quanto na América. Em 1876, ele conheceu o músico alemão Richard Wagner, que ficou impressionado com seu trabalho, assim como

Para cumprir com o que aqui se propõe, foi necessário selecionar um conjunto de fontes capazes de explicitar o pensamento gobiniano tanto sobre a França quanto sobre o Brasil. A primeira e mais clássica produção de Gobineau é o *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853; 1855), grande ensaio produzido em seis volumes que expõe o escopo teórico do Conde ao refletir sobre o passado, o presente e o futuro das civilizações. Tal obra nos permite investigar o processo dedutivo de Gobineau para construir seu prognóstico de que a miscigenação entre as raças seria suficiente para garantir a degeneração. No centro da obra estava a ideia de uma antipatia essencial entre raças e um antagonismo entre as suas capacidades intelectuais, físicas, artísticas e, portanto, civilizatórias (Gahyva, 2006a). Como ele mesmo explicou:

L'Européen ne peut prétendre civiliser le Noir, puisqu'il ne pourra transmettre au mulâtre qu'un fragment de ses aptitudes. La culture métissée n'est qu'à un degré de plus près de la culture blanche ; l'inégalité de l'intelligence entre les différentes races est bien établie⁸ (Gobineau, 1853, v. 1, p. 268).

Enquanto produção intelectual de peso, a análise do *Essai* ocorreu mediante importantes considerações metodológicas. Tomando como base as premissas de Jean-François Sirinelli (1996), avaliamos que trabalhar com a obra do Conde exige a produção de uma cartografia do seu contexto histórico-social, a compreensão de sua trajetória pessoal e acadêmica e a identificação de suas redes de sociabilidade, filiação política, gerações, itinerários, entre outros aspectos. O universo intelectual, sobretudo quando circunscrito na Europa do século XIX, é, como denominou Sartre (1960, *apud* Sirinelli, 1996, p. 234), um *pequeno mundo estreito*, o que, por sua vez, exige um viés de análise capaz de posicionar o *Essai* no seu tempo e dimensioná-lo em relação à sua produção e recepção.

Como explica Pierre Bourdieu (2004), os intelectuais constituem um microcosmos no mundo social regido por uma lógica específica, apesar de inseridos em uma determinada estrutura. Portanto, se por um lado analisar a figura de Arthur de Gobineau e sua obra não significa tratar do século XIX e do debate cientificista de forma absoluta, por outro, sua tese

Friedrich Nietzsche. Inclusive, Wagner e Gobineau tornaram-se amigos próximos e Wagner utilizou-se das teorias de Gobineau de desigualdade racial, antissemitismo e superioridade ariana como sustentáculo científico para suas próprias teorias raciais acerca da cultura. Uma *Gobineau Society* para aristocratas e outras elites foi estabelecida em 1894, e Gobineau foi visto como uma inspiração para a regeneração da aristocracia alemã. O tipo de racismo de Gobineau poderia ser visto como compatível com certas interpretações das teorias de Darwin, e seus escritos influenciaram autores como Houston Stewart Chamberlain, William Z. Ripley e Ernest Haeckel, que por sua vez tiveram uma influência direta sobre Madison Grant e as políticas de imigração dos EUA, além das políticas de Hitler na Europa.” (tradução nossa)

⁸ O europeu não pode pretender civilizar o negro, já que ele apenas será capaz de transmitir ao mulato um fragmento de suas aptidões. A cultura mista está apenas um grau mais próxima da cultura branca; a desigualdade da inteligência entre diferentes raças está bem estabelecida. (tradução nossa)

nos revela importantes elementos estruturais desse tempo e espaço. Se, como aponta Wasserman (2015), o intelectual moderno é aquele que critica ou legitima a ordem sob a qual vive, o Conde de Gobineau pode ser considerado um grande desafiador da modernidade, fazendo do seu *Essai* a *vitrine* do seu descontentamento.

O segundo conjunto de fontes aqui trabalhado são as correspondências que Gobineau trocou com seus pares, sejam do círculo familiar ou intelectual. As cartas constituíam no século XIX não somente forma de comunicação, mas gênero literário propriamente, por isso, analisar essas correspondências exige um determinado enviesamento. O conjunto de cartas adereçadas e escritas por Arthur de Gobineau é vasto. Para os fins desta pesquisa, selecionamos alguns documentos situados entre as décadas de 1850 e 1880, englobando suas trocas intelectuais na Europa a respeito do seu *Essai*, sua estada no Brasil, a forma como ele observa a realidade brasileira e sua relação com Dom Pedro II, com quem se correspondeu de 1869 até a sua morte, em 1882.

A respeito da utilização da correspondência como fonte histórica, Angela Castro Gomes (2004, p. 14) chama atenção para o fato de que a produção de uma carta implica a escrita de si:

A escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade”. [...] O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento.

Diante de tal análise, podemos constatar que as cartas de Gobineau compõem a sua produção literária e intelectual. É nítido que, subtraídos o público e o processo de editoração, a correspondência se trata de um documento do âmbito privado, mas que, ainda assim, revela características da instância pública a partir de determinadas subjetividades (Chartier, 1988). Nesse sentido, reiteramos aqui a necessidade de trabalhar com esse conjunto documental não como um retrato da realidade, e sim como a experiência de Gobineau em relação a tais acontecimentos⁹.

As correspondências revelam que Arthur de Gobineau e Dom Pedro II tornaram-se bons amigos e mútuos admiradores. Ademais, as cartas que ele escreve para seus amigos e familiares

⁹ Fundamental notar que todas as correspondências com as quais trabalhamos aqui foram extraídas da obra de Georges Raeders (1988), que compilou boa parte das cartas escritas pelo Conde de Gobineau e adereçadas a ele de forma cronológica. Algumas dessas correspondências estão em seu idioma original, enquanto outras foram traduzidas para o português pelo autor.

durante sua estada no Brasil (1869-1870) revelam muito a respeito da forma como o francês observou e analisou a realidade brasileira, sobretudo quando associadas à tese do *Essai*.

A terceira obra de Gobineau selecionada para os fins deste trabalho como fonte é o artigo *L'Émigration au Brésil: l'Empire du Brésil à l'Exposition Universelle de Vienne* (1873). O artigo fora encomendado por Dom Pedro II com o objetivo de incentivar a imigração de europeus para o Brasil. Nele, Gobineau constata a absoluta degenerescência da população advinda do alto grau de miscigenação, o que lhe permite concluir que 200 anos seria tempo suficiente para que os brasileiros desaparecessem.

No que tange ao manuseio metodológico do artigo, é importante recorrer ao trabalho de Chartier (1990) a respeito da imprensa enquanto ferramenta para a construção historiográfica. Gobineau escreveu seu artigo a pedido do Imperador para expor seu argumento no Congresso de Viena, em 1873, onde receberia a atenção de seus pares. No ano seguinte, a obra foi publicada no periódico jornalístico *Le Correspondant*, uma revista acadêmica francesa, fundada em 1829, cujo próprio *slogan* fazia jus ao caráter liberal e moderno: *Liberté civile et religieuse par tout l'univers*¹⁰. Assim, a obra pode ser tomada como exposição científica e como texto jornalístico, o que implica analisá-la como representação que permite entrever a sociedade da época (Chartier, 2002). Enquanto objeto de representação histórica, o artigo possibilita conjecturar “a imagem que uma comunidade produz de si mesma” (p. 10-11), nesse caso, a forma como a intelectualidade, alegoricamente materializada na figura do Conde, compreende e dissemina a lógica de construção nacional.

O debate acerca da construção nacional adquire protagonismo no trabalho aqui proposto. Estudar o processo de formação do Brasil enquanto nação exige uma operação histórica intelectual capaz de esclarecer as bases científicas instrumentalizadas para tamanha empreitada. A partir do século XIX, a elite letrada brasileira direciona seu olhar para a nação e a identidade nacional. No cerne desse conflito, a mestiçagem entre brancos, negros e indígenas aparece como protagonista em um país cuja população é caracterizada precisamente por uma diversidade de misturas étnicas (Alonso, 2002). Se é a mestiçagem o espectro pelo qual o nacionalismo é discutido, a raça negra torna-se sustentáculo do atraso. Nas palavras de Renato Ortiz (2006, p. 34):

As Ciências Sociais da época reproduzem, no nível do discurso, as contradições reais da sociedade como um todo. A inferioridade racial explica o porquê do atraso brasileiro, mas a noção de mestiçagem aponta para a formação de uma possível unidade nacional...

¹⁰ “Liberdade civil e religiosa a todo o universo.” (tradução nossa)

É nessa chave que a produção de Sílvia Romero passa a nos interessar. Conduzido pelo compromisso nacionalista, o intelectual sergipano buscava encontrar o povo brasileiro e, assim, aferir como o Brasil poderia alcançar o progresso e a civilização diante da população de que dispunha (Schneider, 2019). Romero encontra a resposta para sua pergunta nos séculos de miscigenação, e produz uma análise que é, no mínimo, contraditória: o mestiço seria, ao mesmo tempo, o brasileiro nato sobre o qual se ergue nossa identidade cultural e, por outro, o elemento impeditivo do progresso, que, por sua vez, concretizar-se-ia através do branqueamento (Costa Filho, 2013).

Sílvia Romero, assim como boa parte da intelectualidade brasileira, esteve em contato com a obra de Gobineau e utilizou de alicerces teóricos do Conde para problematizar a nação e o povo brasileiro. Assim, pretendemos esboçar os ecos de Gobineau na produção romeriana, angariando concretude à premissa de que as teorias do Conde foram instrumentalizadas por nossa elite letrada para embasar suas respectivas análises do presente e prognósticos para o futuro. Para tanto, selecionamos um conjunto de fontes capaz de revelar o olhar de Romero em consonância com as teorias de Gobineau, quais sejam: *História da Literatura Brasileira* (1888), *O Elemento Português* (1902), *Estudos sobre a Poesia Popular Brasileira* (1879-1880), *Realidades e Ilusões no Brasil* (1979) e a obra compilada *Provocações e Debates* (1910).

Observar as relações entre as produções de Arthur de Gobineau e de Sílvia Romero constitui um esforço para mapear as *estruturas de sociabilidade*, como denomina Sirinelli (1996, p. 234), isto é, apesar de escreverem em continentes distintos, e apartados por um intervalo de 35 anos, os intelectuais estabelecem uma rede, entremeada por meio de revistas, centros de pesquisa, jornais, conferências, associações científicas e universidades, que possibilita uma convergência teórica, ainda que revelem horizontes de expectativas diversos (Koselleck, 2014). Importante ressaltar ainda que não tratamos aqui de Sílvia Romero como um mero “influenciado”, pelo contrário, reconhecemos a autonomia intelectual de tal figura no sentido de definir ativamente as condições pelas quais se debruçou sobre a obra gobiniana (Skinner, 1969). Aliás, no que diz respeito à questão da imigração e, consequentemente, ao prognóstico para o futuro da nação, a leitura dos dois intelectuais diverge significativamente.

A operação historiográfica aqui apresentada remonta um passado marcado pelo racismo e pelo racismo. Este trabalho investiga a produção de um discurso cientificista encarregado de responder às grandes questões de seu tempo no que diz respeito à raça, à nação e à civilização. Ainda assim, é fundamental estabelecermos que o olhar do presente, sob o qual repousa a historiografia, exige alguns posicionamentos acerca do tema. Ou seja, se é a historiografia caracterizada por “um corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente,

que é o lugar de sua prática” (Certeau, 1982, p. 58), torna-se tarefa nossa referenciar, ainda que de forma breve, os intelectuais que posteriormente dedicaram-se à oposição de discursos como o de Gobineau, ao recuperar o sentido da miscigenação e estabelecer as bases para uma historiografia pós-colonial.

Referências como Frantz Fanon, Kabengele Munanga, Clóvis Moura, Aimé Césaire, entre outros, sinalizam posteriormente, no século XX, as tensões psíquicas e políticas que se entrelaçam na dialética construção da identidade negra em oposição à branca através de discursos que negavam o reconhecimento do negro como cidadão pleno, lógica que perdura até os dias de hoje e por meio da qual “o branco incita-se a assumir a condição de ser humano” (Fanon, 2008, p. 27). O substrato que deu sentido à ideia de raça no Brasil e no mundo foi sobretudo de ordem política e econômica, e pretendemos explorar tal estrutura no decorrer deste trabalho.

A divisão dos capítulos desta dissertação ocorreu mediante o agrupamento das fontes selecionadas. O primeiro capítulo, intitulado *Joseph Arthur de Gobineau: um homem de seu tempo*, tem por objetivo produzir um panorama da trajetória pessoal e intelectual do Conde. Gobineau foi literato, trabalhou em jornais e periódicos, esteve envolvido em cargos políticos na França e assumiu, por intermédio de Tocqueville¹¹, um posto na diplomacia. Trataremos de abranger boa parte de sua vida produtiva e inseri-lo no debate cientificista de sua conjuntura para, dessa forma, demonstrar o que o levou a produzir o Ensaio e qual a tese que nele sustenta, alegando que a “desigualdade das raças é suficiente para explicar todo o encadeamento dos destinos dos povos” (Gobineau, 1853, p. 138), acarretando, portanto, a degeneração. Ademais, pretendemos demonstrar neste capítulo que, diferentemente do que um senso comum parece alegar, Gobineau não compõe um conjunto heterogêneo de intelectuais da ciência, ao contrário, caminha na contramão, sobretudo do ponto de vista metodológico, de seus pares.

O segundo capítulo, intitulado *Gobineau e o futuro do Brasil mestiço*, objetiva analisar o discurso do Conde a respeito da sociedade brasileira. Portanto, realizaremos uma investigação do contexto brasileiro da década de 1870 vinculado à descrição que o diplomata produz do país em suas correspondências e relatórios institucionais. Esse conjunto de documentos aponta para a escatologia que Gobineau encontra no Brasil, terra onde a miscigenação tomou conta de todos e a degeneração absoluta é somente uma questão de tempo, ou seja, a realidade brasileira torna-

¹¹ Alexis de Tocqueville (1805 - 1859) foi um intelectual e político francês preocupado em compreender a sociedade do pós-revolução na chave da busca da igualdade e dos limites da liberdade individual. Tocqueville era amigo de Gobineau e foi um dos leitores do *Essai* antes mesmo de sua publicação, além de ter sido a personalidade que introduziu o conde ao mundo da diplomacia.

se um verdadeiro laboratório das fatalidades teorizadas pelo francês. Trataremos, portanto, de transpor as observações de Gobineau ao contexto brasileiro da segunda metade do século XIX, quando o discurso cientificista assume o papel de repositor de desigualdades (Schwarcz, 1993) em um universo onde a abolição é iminente.

Caberá ainda no segundo capítulo trabalhar precisamente com as correspondências que o Conde e o Imperador Dom Pedro II trocam, uma vez que eles compartilham de relevantes análises sobre a conjuntura ocidental. A própria essência de tal relação é, para nós, objeto de problematização, uma vez que o francês encontra na figura de Dom Pedro II a civilização que ele mesmo acreditava não mais existir no Brasil. Conduzimos também no segundo capítulo uma investigação através da análise do artigo *L'Émigration au Brésil: l'Empire du Brésil à l'Exposition Universelle de Vienne* (1874). A obra expressa uma visão divergente daquilo que o Conde estabelece no *Essai*, ainda que fortaleça o discurso da construção nacional a partir do branqueamento.

Por fim, o terceiro capítulo desta dissertação, intitulado *Arthur de Gobineau e Sílvio Romero: diálogos e silêncios*, pretende explorar a forma como o intelectual sergipano apropriou-se e, então, interpretou a obra do Conde para construir a sua teoria de Brasil a partir da miscigenação. Dessa forma, demonstramos como um dos fundamentais representantes da chamada Geração de 1870 no Brasil utilizou-se das premissas de Gobineau para materializar sua leitura conjuntural da realidade brasileira e estabelecer uma perspectiva de futuro centrada na mestiçagem.

1 – JOSEPH ARTHUR DE GOBINEAU: UM HOMEM DE SEU TEMPO

Estudar Arthur de Gobineau (1816 - 1882) com certeza não é uma tarefa fácil. Um dos intelectuais mais controversos do século XIX, Gobineau dedicou uma vida ao estudo do que para ele representava a pergunta do século: o que leva civilizações que outrora encontraram seu apogeu ao declínio? Ele reflete a respeito do tema por meio de ensaios, obras literárias, artigos e até mesmo poemas. Finalmente, o intelectual francês desvela que o cerne da questão secular que se apresenta a ele é o estudo da hierarquização racial e da mistura entre *tipos* distintos.

Arthur de Gobineau, que, como trabalharemos a seguir, teve sua vida intelectual perpassada pelo universo cientificista europeu, via-se, antes de mais nada, em um mundo que era somente uma sombra do que antes fora, quando as monarquias reinavam e a aristocracia desempenhava seu devido papel político (Gobineau, 1853; 1855). Antes mesmo de teórico racialista, Gobineau era um ávido crítico da modernidade, alegando no decorrer de sua produção que sua mentalidade e a própria magnitude de sua obra pertenciam ao universo medieval, período em que as civilizações atingiram seu ápice.

É curioso notar, portanto, que Arthur de Gobineau jamais se apresentou como um homem de seu tempo, pois acreditava pertencer a um mundo que, para seu desgosto, não mais existia. Contudo, é justamente esse paradoxo que pretendemos explorar a seguir. O autoproclamado Conde¹² dedicou parte de seus estudos à construção de um escopo teórico científico capaz de demonstrar os perigos advindos da miscigenação, questão essa que só poderia colocar-se precisamente no seu tempo.

Ele não foi o único tampouco o primeiro a trabalhar com o argumento racialista. Ainda assim, a magnitude que sua obra encontrou posteriormente é significativa. No seu tempo e espaço, Gobineau foi um dos intelectuais responsáveis pelo fomento do denominado *racialismo científico*, aquele que pressupõe não somente a existência de raças, mas também que elas se estruturam hierarquicamente, exigindo que raças inferiores estejam apartadas do processo civilizatório (Bethencourt, 2018). Todavia, sua obra não recebeu a atenção que o autor acreditava merecer, foram poucos os seus leitores e, entre eles, as críticas se sobressaíram (Poliakov, 1974). A esse respeito, Gahyva (2012, p. 57) chama atenção para o fato de que “existe um célebre Gobineau desenhado hodiernamente a quem se atribuiu anacronicamente uma notoriedade da qual ele nunca desfrutou”.

¹² Como veremos a seguir, Gobineau forjou para si um título de nobreza, no intuito de proclamar-se aristocrata e descendente dos povos arianos.

Apesar de ser alvo de uma série de estudos em áreas diversas, chama atenção o fato de que o Conde de Gobineau costuma ser retratado como mais um integrante de um conjunto homogêneo de intelectuais racialistas europeus do século XIX. Tal movimento pode simplificar e até mesmo produzir falsas concepções a seu respeito. Nesse sentido, um dos objetivos deste capítulo é demonstrar as aproximações e, sobretudo, os afastamentos entre Gobineau e os demais, tendo em vista o caráter aristocrático e puramente teórico de suas premissas.

Arthur de Gobineau deixou sua marca na história moderna, ainda assim, isso ocorre por meio de um processo de apropriação e reinterpretação de suas teorias, e não propriamente pela veracidade ou qualidade de sua obra. Não resta dúvida, entretanto, de que o Conde foi um intelectual fruto de sua conjuntura e de sua época. Interessado em retomar a história para realizar uma análise do presente, utilizando-se dos artifícios e técnicas da ciência e produzindo um esquema racial capaz não somente de justificar a degradação étnica das civilizações, como também de suscitar uma progressão inevitável para o futuro, Gobineau só poderia ser um homem de seu tempo.

Pretende-se neste capítulo analisar a trajetória intelectual e pretensamente aristocrática de Gobineau, refletindo a respeito do diálogo que estabeleceu com seus pares no que tange à produção do discurso cientificista. Mapeadas as redes intelectuais do Conde, trabalharemos com a forma como, enviesado pelo argumento racial, ele percebia a França de seu tempo, sob o viés do desprezo à igualdade no contexto de pós-revolução francesa. Finalmente, discutiremos o percurso de Gobineau para elencar a pergunta e a resposta do século, que culminam na produção de sua mais conhecida obra, o *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-1855).

1.1 Arthur de Gobineau: “nobre frustrado e intelectual romântico”

Hanna Arendt (1990, p. 203), ao observar a produção científica e intelectual do século XIX, depara-se por motivos óbvios com a obra de Gobineau. Ao analisar a trajetória do Conde, ela o descreve como “nobre frustrado e intelectual romântico”. Apesar de contar com certa simplicidade, a definição carrega dois elementos fundamentais para tratarmos da figura de Joseph Arthur de Gobineau.

O primeiro deles é a partícula *nobre*, uma vez que Gobineau forja para si mesmo o título de Conde aos 55 anos de idade, em uma tentativa de retomar por meio da sua genealogia o passado *glorioso* da Europa, quando a aristocracia era ainda a classe dominante (Poliakov, 1974). O título de nobreza é acompanhado, de acordo com Arendt, pela *frustração*, o que

interpretamos aqui não somente como o desgosto de Gobineau com sua época, mas também como um esforço não tão frutífero de fazer-se nobre em um contexto cuja locomotiva social, política e economia é burguesa (Hobsbawm, 1990).

No que diz respeito à caracterização enquanto intelectual, partimos também da análise que Arthur de Gobineau trabalhou no sentido de construir um escopo intelectual cujos alicerces repousavam na história das grandes civilizações, muito mais do que no método científico de fato. No decorrer deste capítulo, trataremos de explorar a trajetória intelectual do Conde, buscando os diálogos que ele estabelece com seus contemporâneos e conterrâneos, demonstrando também o engendramento do seu pensamento no Brasil.

Interessa aqui salientar a adjetivação *romântico* que Arendt agrega ao *intelectual*. O próprio Gobineau entedia-se como um romântico, um homem fora de seu tempo, para quem a glória se encontrava no passado, ao passo que do futuro só esperava a tragédia. Vale mencionar que a sensibilidade romântica interiorizada por Gobineau e por outros intelectuais do período, ao observar os adventos das revoluções burguesas de finais do século XVIII e início do XIX, foi, de acordo com Elias Thomé Saliba (1991), responsável pela formação do que ele denominou “ímpetus utópicos”. Para o Conde, tal utopia residia no passado anterior à massificação dos processos miscigenatórios. Aliás, ele mesmo publicou alguns romances e poesias, captando o espírito da frustração de seu tempo também por meio de obras literárias.

Para tornar a definição de Hanna Arendt ainda mais clara, partiremos agora para um esboço biográfico de Joseph Arthur de Gobineau, no intuito de mapear sua vida pessoal, intelectual e política e, assim, desvelar quem foi essa figura. Ao tomarmos as proposições de Claudia Wasserman (2015) como instrumentos para a análise da trajetória intelectual de Gobineau, averiguamos rapidamente sua importância para o século XIX. Uma vez que partimos da premissa de que, por mais que pouco apreciado em seu tempo, os ecos da produção gobiniana foram marcantes para a construção de um imaginário cientificista em finais do século XIX e início do XX, temos que ele representou um dos *agentes intelectuais* de sua conjuntura, fazendo-se presente e atuante por meio “de suas práticas em todos os processos históricos de grande envergadura” (Wasserman, 2015, p. 63-64).

“Nasci em 14 de julho, e no mesmo dia tomaram a Bastilha. O que prova que os extremos se tocam” (*apud* Boissel, 1993, p. 24), escreveu Gobineau para sua irmã Caroline em 1867. A frase de fato ilustra uma irônica coincidência, uma vez que o homem que jamais se sentiria pertencente ao seu tempo nasceu precisamente no marco histórico que projetava as transformações do Antigo Regime em direção à Modernidade.

Arthur de Gobineau, filho primogênito do capitão Louis de Gobineau e de Anne Madeleine de Gercy, veio ao mundo em 1816, na cidade de Ville-d'Avray¹³, em uma família que pode ser descrita como contrarrevolucionária. Aliás, seu avô Thibault-Joseph Gobineau foi um dos sujeitos que, no alvorecer da Revolução, opuseram-se à convocação dos Estados Gerais. Vale notar que a família Gobineau, mesmo antes do nascimento da figura que aqui estudamos, já cultivava o “desgosto pela democracia e pela república à la francesa” (*apud* Boissel, 1993, p. 41). Ou seja, Arthur de Gobineau herda uma tradição de recusa aos adventos da modernidade, marcados pelo regime democrático e pela igualdade.

Interessante mencionar que a figura materna tinha para Gobineau um peso significativo e representava muitas das obsessões do intelectual, de acordo com Jean Boissel (1993). Foi também por conta das frustrações em relação à sua mãe que Gobineau esteve preocupado em forjar para si uma origem nobre, alegando que seria ele descendente de Ottar Jarl, um viking conectado diretamente a *Odin* e, portanto, sua família pertenceria a uma nobre linhagem ariana. Essa *anedota* familiar está descrita em sua última obra, *Histoire d'Ottar Jarl*¹⁴.

Helga Gahyva observa que o Conde passou boa parte de sua vida tentando desvencilhar-se da imagem de sua mãe, uma figura que não era *nobre o suficiente* diante de suas pretensões genealógicas. Anne Louise de Gercy teve muitos amantes, separou-se do marido e afastou-se completamente de sua família, assim sua presença na vida do filho deu-se, somente, no âmbito do imaginário que ele mesmo forja (Gahyva, 2012, p. 57-106).

Em 1820, nasceu em Paris a segunda filha do casal (a primeira menina faleceu prematuramente), Caroline. Em 1824, nasceu a segunda irmã de Arthur de Gobineau, Suzanne. Louis não afirmava com certeza se seria mesmo pai das duas meninas, diante dos assumidos casos extraconjugais da esposa, ainda assim, ele as registrou e assumiu a função paterna.

Em finais da década de 1820, a família Gobineau se instalou em Bienne, na Suíça. Foi lá que o jovem Arthur começou a demonstrar interesse pelo estudo de idiomas diversos, entre eles o alemão (que o auxiliou posteriormente a aproximar-se de Tocqueville, personagem relevante para sua jornada diplomática). Em Bienne, Gobineau teve seu primeiro contato com os estudos clássicos (Degros, 1959), além de expandir seus interesses a respeito dos povos orientais, o que inclusive culminou em uma importante característica de sua obra: o repúdio à romanidade e o apreço pelo germanismo.

¹³ Aliás, nunca agradou o conde ter nascido em um local que considerava insignificante, ele mesmo dizia ter nascido em Bordeaux.

¹⁴ Última obra do conde, publicada em 1879, ilustra uma fantasia genealógica na qual Gobineau coloca-se como descendente direto do deus nórdico Odin.

Louis, enquanto capitão do exército, sonhava ver seu primogênito seguindo os passos do pai em direção à carreira militar. Arthur chegou a ser expulso da escola preparatória, e o pai viu-se rapidamente frustrado. Foi em 1835 que o jovem Arthur de Gobineau decidiu, tal qual muitos dos jovens de sua época, mudar-se para Paris e perseguir uma carreira nas letras. Ele não cultivava ilusões a respeito de Paris, um ambiente degenerado que representaria para ele o símbolo do fracasso nacional (Degros, 1959). De qualquer forma, ele compreende que suas chances de sucesso na capital são decerto mais elevadas.

Em Paris, ele se instalou na casa de seu tio Thibaut-Joseph, irmão de seu pai. Apesar dos grandes sonhos com a diplomacia, Gobineau consegue um trabalho na *Compagnie Française d'Eclairage de Gaz*, por meio da indicação do tio. Concomitantemente, ele dá início à sua jornada literária e começa a escrever alguns poemas. Ele publicou em 1837 o poema *Dilfiza* no jornal francês *Le Mode*, mas rapidamente percebeu que o gênero da poesia pouco agradava à audiência burguesa. No decorrer da década de 1830, Gobineau escreveu para uma série de jornais, e desde cedo já demonstrava em seu trabalho o ideário anti-iluminista, “marca da reflexão gobiniana” (Gahyva, 2012, p. 54).

Em 1839, enquanto mantinha suas ocupações literárias, Gobineau começou a trabalhar na administração dos correios, o que lhe garantiu uma renda estável. Foi assim que em 1840 ele publicou sua primeira *nouvelle*: *Le Mariage d'un Prince, épisode du siècle de Louis XIII*. Essa obra já nos aponta outra importante característica do discurso gobiniano: o elogio ao passado feudal em detrimento da construção do Estado francês. Em 1841, Gobineau publicou, na *Revue de Deux Mondes*, seu primeiro artigo de teor político, debatendo as tensões decorrentes da recente independência da Grécia e seu primeiro presidente.

Notamos, pois, um elemento que merece destaque nos anos iniciais da trajetória intelectual de Arthur de Gobineau. O debate a respeito da raça ainda não encontra ressonância na obra do Conde, isto é, ante as suas frustrações genealógicas e a tradição que herdara de sua família no que tange ao seu olhar para o presente ocidental, Gobineau esteve preocupado em fazer sucesso através da crítica à sua conjuntura. Ele pretendia dialogar sobre os célebres acontecimentos do passado, repudiando o centralismo do estado francês, os ideais iluministas de igualdade, o modo de vida burguês e o enfraquecimento da nobreza. É justamente na chave da exaltação do passado e do desprezo pelo presente que Gobineau se encontra, posteriormente, refletindo acerca do que ocasionara o declínio das civilizações. Foi somente na década de 1850, como veremos em breve, que o Conde pôde se dedicar por completo à produção do seu *Essai*, cujo processo intelectual leva-o a aferir a fundamentalidade da questão racial em consonância com o imaginário da época.

Se, como argumenta Roger Chartier “os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles” (Chartier, 1991, p. 177), entendemos que a figura do intelectual, nesse caso, Gobineau, é necessariamente fruto de seu tempo, ao observar experiências passadas para analisar o presente e projetar o futuro. Nesse sentido, investigar a trajetória de produção gobiniana é precisamente remontar uma cartografia histórica mediante sua conjuntura de produção, isto é, existe um sentido por trás dos temas trabalhados pelo Conde em suas primeiras obras. O escopo da crítica à modernidade e a retomada dos valores aristocráticos são temas latentes para o jovem Gobineau, imerso em suas contradições familiares e diante de uma França que não lhe sorri. O *Essai* representa um momento posterior de sua trajetória, em que as insatisfações com a realidade ocidental sistematizam-se através da emergente ciência e encontram justificativa na premissa da degeneração proveniente da mestiçagem.

Foi em 1843 que Tocqueville¹⁵ conheceu o jovem Gobineau¹⁶, que se tornara colaborador do jornal *Commerce*, que pertencia a Tocqueville, e foi convidado por ele para elaborar um trabalho para L’Académie des Sciences Morales et Politique, no qual o jovem intelectual discorreu sobre as doutrinas morais do século XIX e sua aplicação prática na política.

A partir desse trabalho, emerge uma relação de amizade e admiração entre os dois indivíduos. Tocqueville é cativado pela vivacidade e ousadia teórica de Gobineau, embora, desde então, considerasse suas ideias excessivamente radicais. A exemplo, o mais experiente acreditava que o cristianismo, ao advogar a fraternidade entre os seres humanos e o princípio da igualdade direcionado ao plano imaterial, assume uma dimensão secular. Assim, a transformação moral do século XIX seria interpretada como uma aplicação da ética cristã à esfera secular e política (Degros, 1959). Gobineau, por sua vez, adota uma perspectiva de ruptura. Para ele, a moralidade de sua época se revelava superior à ética cristã. Essa última estaria preocupada com o homem enquanto indivíduo. Nessa fase, o pensamento de Gobineau estava muito distante daquele que o nortearia para a produção do *Essai*. Inclusive, durante sua estada na Alemanha, Gobineau demonstrou muito interesse pelas culturas orientais e reconheceu importantes qualidades na doutrina muçulmana. Vale ressaltar que, mesmo descrente de dogmas do catolicismo, o Conde foi um homem católico, sobretudo em termos sociais, afinal, ser um aristocrata francês no século XIX implica, impreterivelmente, uma sociabilidade perpassada pela cristandade.

¹⁵ Intelectual e político francês preocupado em compreender a sociedade do pós-revolução na chave da busca pela igualdade e limites da liberdade individual. Tocqueville era amigo de Gobineau e foi um dos leitores do seu *Essai* antes mesmo de sua publicação, além de ter sido a personalidade que introduziu o conde no mundo da diplomacia.

¹⁶ Não se sabe ao certo como Gobineau e Tocqueville foram apresentados.

Durante toda a década de 1840, a relação entre Gobineau e Tocqueville se mantém, assim como suas trocas intelectuais. No decorrer desse período, o Conde seguiu publicando estudos literários e políticos, além do seu primeiro livro de poesia, e são muitas as correspondências que demonstram as trocas entre ele e Tocqueville, que compartilhavam ideias, bibliografias e críticas a respeito das produções um do outro.

Foi em 1846 que Arthur de Gobineau, já com uma carreira literária mais consolidada (e ainda assim sem os louros que acreditava merecer), casou-se com Clemence Monnerot, e somente três anos depois, em 1849, ele encontra sua oportunidade na diplomacia quando o amigo Tocqueville nomeia-o chefe do Cabinet aux Affaires Étrangères. Após a súbita renúncia de Odilon Barrot do cargo de primeiro-ministro, Tocqueville perde seu posto, enquanto Gobineau, já estabelecido no âmbito diplomático, é designado para servir em Berna como secretário da embaixada (Degros, 1959), função na qual permanece até o final de 1854.

A partir da década de 1850, a carreira diplomática do Conde progride, de forma que até 1877 ele trabalhou em uma série de países. Em 1851, ele exerce interinamente a função de ministro em Hanover; subsequentemente, é destacado para Frankfurt, onde permanece de 1854 a 1855; posteriormente, é designado para Teerã, em 1856, ocupando o cargo de primeiro secretário; desempenha o papel de ministro em Atenas, em 1864; em seguida, é transferido para o Rio de Janeiro, onde permanece de 1869 até o início de 1870; finalmente, ocupa o cargo em Estocolmo, seu último posto diplomático, de 1872 a 1877. Trataremos de aprofundar o percurso diplomático do Conde Gobineau no segundo capítulo deste estudo, contudo, é importante que fique claro desde já o contato que ele teve com tais países na posição de oficial da diplomacia francesa.

Foi em Berna que o Conde redigiu a primeira parte do seu *Essai*, aliás, o governo suíço e seu formato descentralizado são alvos de análise e elogio por parte de Gobineau, que acreditava ter encontrado nessa estrutura vantagens se comparada à França. Em 1853, Gobineau já estava trabalhando na conclusão dos primeiros dois tomos do *Essai*, e ele imediatamente envia a obra até então para o amigo Tocqueville, esperando dele um parecer. A obra carregaria, além de um objetivo imediato, que era a exposição da teoria gobiniana, a esperança de garantir o ingresso de seu autor na L'Académie des Sciences Morales et Politiques, enquanto membro correspondente, o que seria um grande impulso para sua carreira diplomática.

Embora o trabalho feito anteriormente por Gobineau acerca da moral mostrasse o grau de discordância entre os dois intelectuais, Tocqueville reconhecia o brilhantismo e a erudição de seu jovem amigo. Assim, em sua carta de 11 de outubro de 1853, ele confirma o recebimento

dos dois volumes e assinala o quanto está ansioso para lê-los, porém adverte que tem contra a ideia central da obra de Gobineau um grande preconceito (*apud* Degros, 1959).

O *Essai* será futuramente aprofundado no último tópico deste capítulo, uma vez mapeados, além da trajetória intelectual de Gobineau, o debate cientificista e seus *pregadores* no decorrer do século XIX. Por ora, vale ressaltar que Arthur de Gobineau tinha grandes expectativas para tal obra e avaliava que sua repercussão seria ímpar, ponderação essa característica de tal figura que, como afirmou Poliakov, era conhecido em seu tempo por sua arrogância.

Foi também em 1853, enquanto concluía os primeiros tomos da sua *obra-prima*, que Gobineau forjou para si mesmo uma genealogia mítica que o conectava, por linhagem de sangue aristocrático e cavaleiresco, a Ottar Jarl, o viking normando que descenderia do deus Odin (Raymond, 1990). Segundo Jean-François de Raymond, um dos biógrafos de Gobineau, a denominação Conde de Gobineau não teria vindo da pia batismal e, portanto, teria sido obra de sua própria imaginação, determinada em elevá-lo ao estado nobiliárquico.

Foi no ano de 1854, já residindo em Frankfurt, por conta das obrigações diplomáticas, que o Conde iniciou a elaboração da segunda parte do seu *Essai*. E foi nesse período também que Gobineau aproximou-se do Conde austríaco Anton von Prokesch-Osten, figura com a qual trocava uma série de correspondências, que posteriormente serão trabalhadas neste estudo. Prokesch-Osten fora presidente da Receita Federal de Frankfurt e, de acordo com Jean Boissel (1993), compartilhava com Gobineau o pessimismo absoluto a respeito da conjuntura europeia. Ambos os nobres se tornaram bons amigos, e o austríaco “foi um dos compradores dos trezentos e cinquenta exemplares do tratado que foram comercializados na Alemanha” (Gahyva, 2012, p. 75).

O próximo posto diplomático do Conde seria na Ásia, mas antes disso ele saiu de Frankfurt em direção a Paris, onde encomendou as impressões do segundo tomo do *Essai*, lançado pouco tempo depois, em 1855. Seja na França ou na Alemanha, onde o amigo Tocqueville acreditava que a recepção do *Essai* se daria de forma mais abrangente e qualificada, as frustrações de Gobineau permanecem: ambos os tomos publicados da obra, o público não recebeu da forma como seu autor esperava, os poucos críticos que liam o trabalho do Conde acreditavam ser uma obra destoante de seu tempo, portadora de um caráter extremamente pessimista.

No ano seguinte à publicação do segundo volume, Gobineau parte com a família para o Egito, e depois para o Irã, onde serviria a diplomacia francesa. A estada em Teerã trouxe novamente a reflexão sobre o apreço que sentia ele pelo mundo oriental, contrastando com o

desprezo pela atual civilização europeia. Note que Gobineau, ao contrário do amigo Tocqueville, era contra a colonização e, já na década de 1840, identificava que o mundo oriental guardava, para seu alento, determinadas tradições aristocráticas que o alvoreciam.

Foi por volta desse período que seu tio Thibault-Joseph morreu e fez do sobrinho o único herdeiro. Com esse dinheiro, Gobineau pagou suas restantes dívidas e comprou o *château de Trye*, em Oise. Ademais, é importante mencionar que foi durante sua estada na Pérsia¹⁷, na década de 1850, que Gobineau começou a dedicar-se aos estudos das migrações arianas, em 1856 ele publicou um artigo no *Journal Asiatique*, no qual estabelece uma origem comum entre os germanos e afegãos.

Somente em 1858, Gobineau retorna à França, já com as duas filhas: Cristine, nascida no ano anterior, e Diane, a mais velha, já com 10 anos. Porém, a estada em Paris dura pouco, já que em 1859 ele embarca para uma jornada de aproximadamente seis meses em Terra-Nova como membro da comissão de pesca franco-inglesa. Essa viagem lhe rende mais uma obra, que ele publicaria em 1861, *Voyage à Terre-Neuve*, na qual ele novamente realiza uma análise comparativa da civilização ocidental. As conclusões parecem ser sempre as mesmas, a civilização europeia estaria fadada a um futuro degenerado, que agora, após a produção do *Essai*, ele atribui ao processo de miscigenação entre as raças, que, por sua vez, acentuou-se com os adventos do mundo moderno e as empreitadas pela busca da igualdade.

Para seu descontentamento, Arthur de Gobineau foi nomeado ministro plenipotenciário da França na Grécia, o que o obriga em 1864 a partir para Atenas. Apesar do pessimismo em relação à Grécia, o Conde surpreende-se com o fato de que ainda havia lá “bastante do Oriente para se viver, e haverá ainda por muito tempo”¹⁸, isto é, apesar de representar o berço da civilização ocidental, ele enxergou no decorrer de sua estadia fortes marcas do domínio turco. Helga Gahyva observa que, apesar da descoberta da escultura enquanto nova atividade profissional, Gobineau permanece imerso em seu trabalho intelectual, publicando uma série de obras de cunho acadêmico e literário:

Nesse mesmo ano de 1865, ele se manteve às voltas com a correção das provas de *Les Religions et les Philosophies dans l'Asie centrale* e avançou na redação de *Histoire des Perses*, cujo primeiro volume ficou pronto no mês de novembro. Trabalhou, também, em uma nova edição de *L' Abbaye de Thyphaines, feuilleton*, publicada em 1849. Nos dois anos seguintes, Gobineau conheceu Naxos, Antiparos e Santorin. Dessas visitas, ele extraiu a inspiração para *Akrivie Phrangopoulo, souvenir de voyage* redigido dois anos depois, durante sua estada no Rio de Janeiro. Por fim, intensificou as pesquisas

¹⁷ Atual Irã.

¹⁸ Descrição contida em carta que ele escreve para o amigo austríaco Prokesch-Osten, em 1864.

genealógica que, iniciadas nos primeiros meses de 1859, o conduziram a *Histoire d'Ottar Jarl* (Gahyva, 2012, p. 83).

O próximo posto diplomático de Gobineau foi no Rio de Janeiro, onde permanece somente 14 meses, entre 1869 e 1870. Por ora, não trataremos de analisar a estadia do Conde no Brasil, uma vez que constitui um objeto fundante desta pesquisa e receberá o devido destaque nos próximos capítulos. Agora, vale ressaltar que a década de 1870 marca um regresso ao pessimismo característico da produção gobiniana. Diante de figuras tão ilustres como Dom Pedro II (que, como trabalharemos a seguir, tornou-se amigo do Conde, com quem estabeleceu uma relação de mútua admiração), Tocqueville, o austríaco Prokesch-Osten e, é claro, ele mesmo, o sangue ariano que ele afirmara no *Essai* ter desaparecido totalmente parecia fazer-se presente (ainda que não em sua pureza) em personagens de tamanho calibre. Essa é, pois, a questão sobre a qual se debruça Gobineau em sua obra *Les Pléiades*, publicada em 1874. Dois anos depois, ele publica a obra *Amadis*, um poema crítico produzido durante sua estada no Brasil.

Foi em 1875, ao embarcar em viagem pela Europa no intuito de encontrar descanso, que Arthur de Gobineau conheceu, na Itália, Richard Wagner e sua esposa Cosima, casal que seria fundamental para a posterior difusão da obra do Conde. Wagner e Gobineau tornaram-se grandes amigos e admiradores das respectivas obras. Ao partilharem de crenças e interesses em comum pela música e literatura, a amizade com o alemão era uma espécie de refúgio para o Conde, que, a essa altura, já experienciava os sintomas de uma grave condição oftalmológica que o levou à cegueira quase absoluta. Como explica Boissel (1993, p. 288): “A música dera-lhe, agora, um lugar de claridade em um mundo que, para ele, literalmente, afunda em pouco mais, a cada dia, na melancolia e na sombra.”

Nos últimos anos de vida e de produção intelectual, o agora debilitado Conde dedica-se a escrever panfletos e artigos a respeito da conjuntura francesa e, assim, mantém sua convicção na absoluta degeneração de sua civilização de origem, ocasionada pela extinção do gene ariano, diante de uma atual estrutura de governo e sociedade decrepitas:

[...] creio que morrerei, como tenho vivido, na mais perfeita convicção de que não há coisa mais absurda no mundo do que o regime representativo, ou melhor, o fato de consultar e de fazer agir no manejo dos negócios as massas populares, mais ou menos restritas, mais ou menos numerosas, povo ou burguesia (*apud* Raeders, 1938, p. 281).

Então, já praticamente cego e com a saúde extremamente comprometida, Arthur de Gobineau morre, aos 66 anos, no dia 13 de outubro de 1882, em Turim, na Itália. Sua trajetória

intelectual é ilustrativa da abrangência da produção e do discurso gobiniano. Considerou-se sempre pouco apreciado e passou a vida buscando atingir o sucesso que um *nobre* de sua estirpe deveria merecer. Pensava ele não pertencer ao mundo no qual vivia, o que aliás é curioso, uma vez que muitas das críticas destinadas ao seu *Essai* ancoravam-se na premissa de que a obra não fazia jus ao seu tempo. Acredito termos por meio dessa extensa e, ainda assim, não absoluta biografia demonstrado o sentido por trás da caracterização de Hanna Arendt que intitula o tópico.

O Conde de Gobineau morreu frustrado com o contexto que o prendia e, sobretudo, com o futuro que antecipava. Buscou encontrar em sua própria genealogia a tentativa de alvarar sua figura e, conseqüentemente, seu discurso, estipulando-se um verdadeiro ariano e elevando sua própria raça. Como intelectual, ancorou-se nas amarras do passado para debater o mundo ocidental e criticar o universo pós-revolucionário, onde a decrepitude da raça encontrara a fraqueza do espírito. Sua morte foi, na realidade, um prenúncio do que ele mesmo pressagiava para o mundo: “[...] a triste previsão não é a morte, mas apenas a certeza de chegarmos até ela degradados” (Gobineau, 1855, p. 529).

Ao retomarmos as contribuições de Wasserman (2015), e diante do esboço biográfico aqui produzido, temos que Gobineau foi um intelectual de sua época que, enquanto produto de seu tempo, fomentou a construção de um determinado imaginário (Certeau, 1982). Como veremos no decorrer deste estudo, imaginário esse perpassado pelos conceitos de raça, civilização e nação.

Se, como explica Gramsci (1982), o intelectual é aquele que carrega a relevância de, ao longo de sua trajetória de produção, converter-se em monografia de uma época, podemos concluir que Arthur de Gobineau é um alicerce para a compreensão do século XIX no mundo ocidental.

1.2 Gobineau e o universo cientificista do século XIX: os homens de laboratório e o homem de gabinete

No tópico anterior, ao identificar e analisar alguns dos principais momentos da trajetória intelectual de Gobineau, deparamo-nos com suas concepções a respeito da civilização ocidental, da estrutura política da França, dos perigos advindos da igualdade e da magnitude do passado aristocrático europeu. Cabe agora analisar em que medida a teoria gobiniana esteve em

consonância ou não com o imaginário cientificista da época, tendo em vista que foi ele um homem de gabinete, e não de laboratório.

Antes de partirmos para a análise de fato, é relevante debater a respeito do termo *racialista*. Trabalhamos aqui com a fundamentação teórica de Francisco Bethencourt (2018), que, ao produzir um panorama do surgimento e aprimoramento do racismo enquanto escopo teórico e prática segregacionista, afirma ser o *racismo* “o esforço científico para justificar e reificar as divisões, bem como as hierarquias de raças, que supostamente seriam inatas, imutáveis e perpétuas” (Bethencourt, 2018, p. 368). Isto é, Gobineau foi uma das figuras que estiveram preocupadas em teorizar as hierarquias decorrentes da raça, o que, por sua vez, de acordo com Banton (1970), extrapola a prática puramente racista.

Seria anacrônico e redutor da nossa parte assumir que o Conde Gobineau foi somente um homem racista, ainda que de fato fosse. Michel Banton (1970, p. 18) definiu o racismo como a doutrina na qual “o comportamento humano é determinado por características herdadas estáveis derivadas de estoques raciais separados e que possuem atributos distintivos e são considerados usualmente como mantendo uma relação de superioridade e inferioridade uma com a outra”. Conclui-se, dessa forma, que o racismo é a compreensão *generalizante* de que seres humanos de raças distintas carregam atributos divergentes, avaliando a superioridade de uns em relação a outros.

Arthur de Gobineau poderia ser considerado um racista. Apesar da posterioridade do termo, o Conde produziu sua visão de mundo com base na doutrina descrita por Banton. Contudo, como argumenta Bethencourt (2018), os alicerces teóricos do intelectual francês residem, sobretudo, na produção de hierarquias raciais através da instrumentalização da ciência. Logo, para os fins desta análise, Conde de Gobineau caracteriza-se enquanto teórico racialista.

Dito isso, partimos para a investigação do discurso cientificista ocidental, mapeando a rede na qual Gobineau esteve inserido e o imaginário que dele deriva para que, posteriormente, possamos observar de que formas essas ideias são incorporadas pela intelectualidade brasileira.

Se foi no século XVIII que os naturalistas identificaram a presença de raças com caracteres genéticos distintos, foi no XIX que eles inventaram propriamente a concepção puramente biológica, fugindo da interpretação da *perfectibilidade* (Schwarcz, 1993, p. 33-62) e adentrando o campo do debate civilizacional. Cientistas como o naturalista francês Georges Cuvier, o médico alemão Johann Friedrich Blumenbach, o naturalista americano Samuel Morton, o cirurgião Josiah Nott e o anatomista holandês Petrus Camper foram peças fundamentais para a aceção do termo *raça*, bem como para a determinação de inerentes diferenciações entre elas.

Em 1775, Blumenbach publica sua obra *De generis humani varietate nativa*, alegando por meio dos estudos da craniologia que haveria no seio da humanidade cinco raças distintas: caucasóide (branca), mongolóide (amarela), malaia (marrom), etiópica (negra) e americana (vermelha). A concordância a respeito da quantidade de raças existentes não foi ainda atingida, embora os estudos de Blumenbach tenham contribuído para a construção da teoria das três raças (Magnoli, 2009). Para Cuvier, em meados do século XIX, a raça representaria a existência de diferentes tipos humanos com heranças físicas permanentes, isto é, cada povo possuiria um determinado conjunto de características que seriam passadas adiante:

Cuvier desempenhou um papel crucial na racialização da humanidade e na consolidação de preconceitos antigos, sobretudo os relacionados com o estado bárbaro permanente dos africanos negros e com a estagnação das civilizações asiáticas (Bethencourt, 2018, p. 360).

A pesquisa dominante sobre a variedade dos seres humanos avançava em finais do século XVIII, por intermédio de mediações das diferenças raciais, e foi Petrus Camper (1722-1789), professor de anatomia em Amsterdam, quem deu o primeiro passo no sentido da criação de um sistema “científico” para a medição dos diferentes tipos humanos. Crítico do poligenismo e defensor da origem única da humanidade, Camper apropriou-se da hierarquia produzida por Buffon¹⁹. O holandês desenvolveu um método para medir crânios humanos e, assim, teorizou acerca da existência de medições científicas para explicitar diferenças físicas entre as raças.

O americano Dr. Samuel Morton (1799-1851) ficou conhecido posteriormente, na virada do século, por desenvolver técnicas para medir crânios humanos e, assim, postular diferenças fisiológicas entre raças, o que fez dele e de seus alunos as maiores referências na defesa do poligenismo. Morton e seus seguidores (George R. Gibbons, Josiah Nott e Louis Agassiz) ganharam destaque ao notar que os tipos cranianos estariam associados a capacidades cognitivas distintas, que, por sua vez, caracterizariam elementos raciais hierarquicamente mais evoluídos. Portanto, de acordo com seus estudos, a raça branca seria superior às demais. Morton morreu em 1851, antes da publicação da obra suma de Darwin, *Origin of Species*²⁰, fazendo de Nott (1804-1873) o mais proeminente porta-voz de suas teorias. Na obra que derivou de suas palestras, intitulada *Two Lectures on the Natural History of the Caucasian and Negro Races*

¹⁹ Georges-Louis Leclerc, o Conde de Buffon (1707 - 1788) foi um naturalista, matemático e escritor francês. Entre suas variadas linhas de pesquisa no universo da ciência do século XVIII, Buffon teorizou a respeito da inferioridade daqueles que nasceram fora do continente europeu.

²⁰ Quando, em 1859, Darwin publicou “A Origem das Espécies”, a visão poligenista já representava a teoria dominante tanto na América quanto na Europa.

(1844), Nott afirmou haver diferentes espécies humanas, que divergiam em termos de perfectibilidade, moral e capacidades intelectuais.

Aliás, em termos de relevância e impacto no universo cientificista, a obra de Darwin adquire protagonismo. No dia 24 de novembro de 1859, quando *A Origem das Espécies* vem a público, seus 1.250 exemplares impressos na Inglaterra foram rapidamente vendidos no mesmo dia (Sussman, 2020). Charles Darwin notifica seu leitor a respeito de um mundo vivo e mutável, no qual homens e macacos representam ramos distintos de uma mesma espécie e possuem, portanto, um ancestral comum, tal qual os demais seres vivos. A lógica da sobrevivência dos mais aptos por meio de um lento e gradual processo evolutivo seria futuramente apropriada pelos teóricos racialistas, dando origem ao denominado *darwinismo social*. Vale destacar aqui que, apesar da proximidade de suas publicações, o Conde de Gobineau jamais recebeu a notoriedade de Darwin. Arthur de Gobineau é o objeto desta pesquisa, por meio da qual se pretende mapear a origem e os desdobramentos de seu pensamento, ainda assim, está claro que, em termos de abrangência e relevância, o intelectual francês esteve distante das contribuições do naturalista britânico. Apesar de se considerar o *inimigo do século*²¹, esse título poderia pertencer de maneira muito mais coerente a Charles Darwin.

Concomitantemente à produção do termo *raça*, observa-se em finais do século XVIII e início do XIX o processo de especificação das ciências. Como explica Bethencourt (2018, p. 341), o desenvolvimento da história natural levou ao estabelecimento dos campos da química, anatomia comparativa, fisiologia, biologia e da genealogia como disciplinas, que, por sua vez, modificaram a forma como os intelectuais compreendem e estudam a realidade. Associado a esse universo, observamos no início do século XIX o afastamento em relação às explicações religiosas a respeito da origem do homem. Assim, a busca de respostas universais acerca da criação associa-se impreterivelmente à pesquisa sobre as variedades de seres humanos ao redor do mundo (p. 342).

Destacamos aqui um elemento importante. Arthur de Gobineau posicionava-se contra a especialização das ciências, processo esse que ele associava ao universo burguês, antagônico à mentalidade aristocrática, caracterizada por um conhecimento enciclopédico e generalizante. Ou seja, a metodologia gobiniana caminha na contramão da intelectualidade de seu tempo. Enquanto os *homens da sciencia* especializavam-se e rumavam para seus laboratórios para conduzir experimentos vinculados à anatomia e à fisiologia humana, Gobineau mantinha-se em

²¹ Caracterização que a Profa. Dra. Helga Gahyva atribui a Gobineau em sua tese de doutorado.

seu gabinete, onde retomava obras a respeito da história das civilizações para embasar suas teorias. Esse é, pois, um interessante paradoxo.

No antro desse processo de transformação, surgem as duas principais correntes que tomam conta do pensamento científico no século XIX, cujo objetivo era desvelar precisamente a origem do homem. São elas o monogenismo e o poligenismo (Schwarcz, 1993, p. 31-62). De um lado, posicionava-se a visão monogenista, fundamentada em preceitos religiosos, sustentando a concepção de uma humanidade unificada, cuja origem remontaria a uma fonte comum. De outro, delineava-se a perspectiva poligenista, que postulava a emergência da humanidade a partir de múltiplos centros de criação. Essa última abordagem, ao enfatizar a diversidade de procedências humanas, contribuía para uma interpretação biológica das diferenças entre os povos, implicando uma separação ontológica entre eles.

Os defensores do monogenismo argumentavam que a humanidade compartilhava uma origem comum, contudo, as diferenças raciais seriam resultado de diferentes níveis de “degeneração”, amplamente atribuídas às variações climáticas²². Em contrapartida, os poligenistas sustentavam que as raças teriam sido criadas de forma independente – como defendido por Euclides da Cunha – e, desde sua origem, possuíam características e aptidões distintas. Evidências arqueológicas, como estátuas e representações artísticas encontradas em tumbas egípcias, eram frequentemente utilizadas para reforçar a existência dessas diferenças desde tempos remotos. De acordo com Menand:

Both [theories] assume the existence of deeply ingrained racial differences, and both are hierarchical. But polygenism is the more radical theory, because it supports the contention not just that black people and white people have evolved (or devolved) at different rates, but that They belong to entirely different species (Menand, 2002, p. 111).

A concepção poligenista, ao sugerir a existência de diversos centros de origem, insinuava a inexistência de conexões genealógicas entre certas sociedades, fomentando, conseqüentemente, a distinção cultural. Essa linha de pensamento foi especialmente encorajada pela emergência simultânea da frenologia e da antropometria, disciplinas que procuravam interpretar as capacidades humanas com base no tamanho e na proporção do crânio e do cérebro de diferentes grupos étnicos. Tais abordagens foram posteriormente revitalizadas, particularmente no contexto dos estudos sobre comportamento criminoso (Schwarcz, 1993, p. 31-62). Como explica Bethencourt (2018, p. 342):

²² O filósofo Charles de Montesquieu, como exemplo, era adepto da degeneração climática.

O debate entre os apologistas da criação plural de seres humanos (poligenistas) e os que advogavam a ascendência única (monogenistas) percorreu os séculos XVIII e XIX, vindo a ser relativamente atenuado, embora não eliminado, pela perspectiva evolutiva introduzida por Charles Darwin (1809-82). Nesse debate, o poligenismo veio desafiar radicalmente a narrativa judaico-cristã da Criação, abrindo a porta à divisão natural da humanidade e trazendo consigo uma hierarquia natural de tipos humanos. O monogenismo podia acomodar uma longa formação de seres humanos, opondo-se assim à interpretação literal do Gênesis sem contestar o caráter único da humanidade, a qual se acreditava ter atingido diferentes estados de diferenciação e de complexidade.

A controvérsia entre poligenistas e monogenistas constituiu um dos debates científicos mais relevantes do século XIX. Entretanto, a partir da década de 1870, esse debate tomou novos rumos. A crescente influência das teorias evolucionistas de Darwin, aliada ao fim da escravidão nos Estados Unidos, transformou o contexto político e intelectual em torno da questão racial. Darwin, por sua vez, buscou exercer influência sobre essa discussão, especialmente por meio de sua obra publicada em 1871, *Descent of Man*.

Desde então, o estudo científico multiplicou os métodos e as suposições para explicar os diferentes tipos humanos. Já não era suficiente descrever as características fenotípicas, os graus de inteligência ou os hábitos comportamentais. Assim, fazia-se necessário classificar e hierarquizar esses diferentes tipos, o que explicita o caráter científico adquirido pelo termo *raça*. O contexto implicava pensar a respeito de atributos próprios de determinadas raças, o que, por sua vez, caracterizava *tipos* com maior ou menor grau de civilização. É precisamente nesse momento da história da ciência que o Conde de Gobineau se insere.

Se, por um lado, trabalha-se com a premissa da perfectibilidade, por outro, emerge o conceito da degeneração. A humanidade é tida ontologicamente como diferente, produzindo irreduzíveis desigualdades raciais. Dessas fundamentações surgem escopos teóricos como o evolucionismo social, delimitando que os homens são hierarquicamente desiguais, e o darwinismo social, pregando diferentes espécies humanas, isto é, raças com potenciais variados (Schwarcz, 1993, p. 81). Existem quatro fundamentais figuras que explicitam, nesse momento, o paradigma da perfectibilidade *versus* a inevitabilidade da degeneração, são elas: Renan, Le Bon, Taine e, quem mais nos importa aqui, Arthur de Gobineau.

Para Ernest Renan (1823 - 1892), existiriam três grandes raças – branca, negra e amarela –, de forma que os negros, os amarelos e suas respectivas miscigenações seriam povos inferiores e incivilizáveis, uma vez que constituiriam raças *não perfectíveis* (Renan, 1872). Gustave Le Bon divulgou suas teorias concomitantemente e pretendeu relacionar raças humanas a espécies animais, assim, ele afirmava que um grupo humano, entendido necessariamente como um conjunto, determinava os comportamentos raciais individuais. O terceiro “*profeta do*

determinismo” foi Taine (1828 - 1893), para quem todos os fenômenos decorriam de causas externas. Uma das mais influentes figuras de finais do século XIX, Taine passou a associar o conceito de raça biológica à ideia de nação, associação relevante para a produção teórica de Gobineau.

Apesar de breve, a descrição das produções teóricas de tais intelectuais nos fornece algumas importantes considerações. A primeira delas é precisamente a análise do contexto em que Gobineau esteve inserido. A rede de intelectuais europeus e americanos de finais do século XVIII e início do século XIX demonstra a circulação do jargão cientificista, o que, por sua vez, desvela o caráter global do tema e explicita a construção de um diálogo internacional a seu respeito. Se alegamos aqui que Gobineau não inventou o argumento racial, fez-se necessário investigar os pilares sob os quais ele construiu sua obra. Ademais, como veremos a seguir, o *Essai* parte em primeiro plano do diálogo com muitos desses intelectuais mencionados, de forma que Gobineau coloca-se como árbitro das teorias prévias e utiliza-se delas para postular a sua. A segunda relevante colocação fruto do mapeamento de tais figuras e de suas obras revela que a produção gobiniana é dissonante das obras de seus pares, que buscaram de forma empírica alegar o caráter desigual entre as raças, enquanto ele utilizou-se da história para demonstrar que as desigualdades raciais culminariam no declínio das civilizações.

A ideia de evolução única e generalizante aparentava para Gobineau como um engano, uma vez que os caracteres fixos de cada raça postulavam a necessidade da perpetuação dos *tipos puros*, intocados pela miscigenação, em outras palavras, o estado de civilização era restrito, atingido somente por determinadas raças.

Um monogenismo – descrito por Poliakov da seguinte forma: “Em suma, pode-se dizer que era monogenista em teoria, e poligenista na prática” (Poliakov, 1974, p. 218) –, Gobineau tomava como inquestionável a verdade bíblica que postulava haver um só casal original. No entanto, isso não fazia crer que não existissem diferentes raças. Tais raças seriam diferentes entre si pelas formas exteriores, pelas proporções dos membros, pela estrutura óssea da cabeça, pela conformação interna do corpo, pela natureza do sistema venoso, pela cor e por uma infinidade de outros aspectos (Gobineau, 1853-1855), o que somente poderia ser rompido pelo cruzamento entre elas:

Cette permanence de caractères génériques suffit pleinement à produire des effets de dissemblance radicale et d'inégalité, à leur conférer la portée de lois naturelles, et à

appliquer à la vie physiologique des peuples les mêmes distinctions que j'appliquerai plus tard à leur vie morale²³ (Gobineau, 1855, p. 107).

Gobineau acredita na existência de uma raça original, descendente direta de Adão, submetida a condições naturais mais poderosas e, ela mesma, mais facilmente moldável aos diferentes climas. Dessa raça original, ou “raça primária”, as raças atuais herdaram somente caracteres gerais. Graças à origem única de todas as raças atuais é que, entende Gobineau, os seres humanos seriam capazes de produzir híbridos fecundos, e essa seria a única forma de romper a “eterna separação das raças” (Gobineau, 1853, p. 111). A ação cosmológica teria gerado então três raças distintas – a branca, a amarela e a negra –, e dentro dessas três raças chamadas “raças secundárias” ainda haveria variações produzidas pelas mesmas forças. A mistura entre esses três tipos puros daria origem ao “tipo terciário”, que, uma vez misturados, geram as “raças quaternárias” e assim por diante. Sobre esses últimos grupos, aqueles que atingiram um grau mais elevado de mistura étnica, afastando-se da pureza, Gobineau (1853, p. 117) declara que “não oferecem mais do que um espetáculo horrível de anarquia étnica” (Gobineau, 1853, p. 117).

Arthur de Gobineau insere-se no debate racial ainda que sem confrontar diretamente as teorias vigentes, seja do lado do poligenismo, seja no campo monogenista. Na concepção do autor do *Essai*, poder-se-ia assumir o poligenismo como verdade, se levadas em consideração as características físicas divergentes de cada raça. Contudo, antes mesmo de esboçar suas conclusões, ainda no primeiro volume da obra, ele opta por dialogar com as teses de cientificistas que o antecederam, a começar por Pierre Camper.

O holandês, como observamos anteriormente, postulou que, ao medir os ângulos da face de humanos, seria possível averiguar quais estariam mais próximos do tipo ideal: quanto maior o ângulo, mais próximo estaria o indivíduo da perfectibilidade. Enquanto o europeu teria o maior ângulo facial entre todas as espécies, o africano estaria tão abaixo na escala evolutiva que aproximar-se-ia mais dos orangotangos. Ainda assim, Camper não chegou a se posicionar em favor do poligenismo.

Gobineau, em sua análise, enaltece a precisão das medições fisiológicas como um requisito fundamental para a autenticidade científica (Gobineau, 1853). No entanto, ele contrapõe as abordagens de Camper e Richard Owen. Owen contesta as conclusões de Camper, argumentando que esse último baseou seus estudos exclusivamente em símios jovens,

²³ “Essa permanência de caracteres genéricos basta plenamente para produzir os efeitos de dessemelhança radical e de desigualdade, a dar-lhes o alcance de leis naturais, e aplicar à vida fisiológica dos povos as mesmas distinções que aplicarei mais tarde à sua vida moral.” (tradução nossa)

resultando em medidas faciais divergentes quando aplicadas a macacos adultos. Ele destaca que os ângulos faciais observados em seus estudos variaram significativamente, situando-se entre 30° e 35° para chimpanzés e orangotangos adultos, em contraste com a média de 70° encontrada em indivíduos africanos. Ele refuta, portanto, qualquer comparação direta entre os rostos de macacos e humanos africanos. Além disso, Owen observa que animais considerados mais inteligentes que os orangotangos, como os elefantes, apresentam ângulos faciais menores.

Em seguida, Gobineau direciona sua atenção para os estudos de Blumenbach, que, contrastando com os autores anteriores, concentra-se em medir a altura da caixa craniana, associando um volume maior a um nível mais elevado de inteligência. Em seus estudos, Blumenbach propõe a divisão da humanidade nas cinco raças distintas.

Então, o Conde francês menciona Carl Gustav Carus, que teria subdividido a humanidade em quatro estados em analogia ao movimento do sol: o dia, a noite, o crepúsculo matutino e o crepúsculo vespertino. Nesse esquema, o europeu seria o dia diante do “esplendor de sua ciência e a nitidez de sua civilização”, ao passo que os negros representariam a noite, “pois dormem nas trevas da ignorância” (Gobineau, 1853, p. 94-97).

Até esse ponto do *Essai*, Gobineau ainda evita se posicionar, operando como uma espécie de árbitro teórico²⁴. Ele avalia os postulados de Carus, afirmando que o intelectual teria produzido somente uma *corrente poética*, uma vez que suas comparações não levariam a nenhuma conclusão palpável. Está claro para Gobineau, como ele mesmo expõe, que nem Carus, Camper, Blumenbach ou Owen foram capazes de sistematizar as diversidades imperantes entre as raças, faltava-lhes uma análise minuciosa de cada um desses *tipos*.

Em seguida, ele se propõe a debater os estudos de Morton, cujo trabalho, apesar da fama que carregava, avaliou como incompleto, por contar com um número reduzido de crânios, impedindo que se produzisse uma teoria universalizante, até porque o americano negligenciou, de acordo com Gobineau, o contexto social em que vivam as pessoas cujos crânios foram estudados. Assim, Arthur de Gobineau classifica o trabalho de Morton como o resultado fortuito de um estudo incompleto que, portanto, não carrega legitimidade científica.

Uma das passagens do seu *Essai* aponta uma aparente defesa do monogenismo, quando o Conde afirma que diferentes medições no formato da cabeça podem ser percebidas como meras variações fisiológicas, advindas de causas externas pontuais:

²⁴ Vale destacar que, como aristocrata, inserido no universo católico, não caberia a Arthur de Gobineau rechaçar o universo monogenista, vinculado às explicações bíblicas da origem humana.

Les partisans de l'unité ethnique ne manquent pas de tirer parti de cette impuissance pour prétendre que, dès lors que les observations sur la conformation du crâne osseux semblent ne pas pouvoir être classées de manière à permettre de formuler un système démonstratif de séparation originelle des types, il faut considérer les divergences, non comme de grands traits radicalement distincts, mais comme de simples résultats de causes secondes, indépendantes, entièrement dépourvues de caractère spécifique²⁵ (Gobineau, 1853, p. 95).

Entretanto, Gobineau rapidamente volta a tomar posição em favor dos poligenistas quando afirma que os monogenistas se apressam para chegar a conclusões que lhes favorecem, utilizando-se de métodos heterogêneos. Diante de tal cenário, o Conde explica que os poligenistas são capazes de aprofundar seus estudos, observando aspectos fisiológicos para além da medição craniana que poderiam comprovar a origem múltipla da espécie humana, entre eles a estrutura pélvica, o sistema sanguíneo e a cor da pele. Como exemplo, cita o argumento de Willem Vrolik²⁶, afirmando que a diferença na estrutura pélvica entre homens e mulheres europeus era menos pronunciada do que na raça negra, sugerindo uma característica *bastante saliente de animalidade* em ambos os sexos dessa raça. Essa proposição partia da premissa de que a morfologia pélvica exerceria uma influência determinante na formação do feto.

Gobineau argumenta que Weber²⁷ contestou essa teoria, destacando casos de exceção nos quais indivíduos americanos, africanos e mongóis exibiam características pélvicas semelhantes às dos europeus. Contudo, em última instância, o Conde concorda com a posição de Vrolik, sugerindo que Weber negligenciou considerar o fenômeno da miscigenação nessas situações em particular.

O Conde estuda também a questão climática e seus impactos físicos nos seres humanos. Aliás, esse foi um debate proposto pelos monogenistas como justificativa para a existência de diferentes tipos humanos ao redor do mundo. Para exemplificar, Gobineau cita em seu *Essai* o povo quíchua, do Peru, que, de acordo com o argumento monogenista, teria sido afetado pelo clima proveniente da grande altitude da região, fazendo com que seu tórax fosse sobressaltado. Mas ele mesmo responde ao afirmar que os povos escoceses também vivem em altitudes consideráveis e não possuem o tórax avantajado e *monstruoso* como o dos peruanos.

Robert Sussman (2020) aponta para o fato de que, durante os séculos que antecederam a produção gobiniana, sobretudo antes da Revolução, foram muitos os escritores que buscaram

²⁵ “Os partidários da unidade étnica não deixam de aproveitar essa impotência para pretender que, desde o momento que as observações sobre a conformação da cabeça óssea parecem não poder classificar-se de maneira que permitam formular um sistema demonstrativo de separação original dos tipos, há que se considerar as divergências, não como grandes traços radicalmente distintos, senão como meros resultados de causas segundas, independentes, desprovidas por inteiro de caráter específico.” (tradução nossa)

²⁶ Anatomista e patologista holandês, professor da universidade de Groningen.

²⁷ Ele não especifica a que Weber se refere.

explicar por que determinados grupos na Europa possuíam status superior e contavam com um direito divino à nobreza. Entre esses *mitos* (Poliakov, 1974), circulava a ideia de que as classes nobiliárquicas na Europa eram originalmente os franco-germânicos e os anglo-saxões, ao passo que os germânicos eram considerados os povos mais superiores²⁸. Apesar de um certo direito divino que emanava de tal hierarquização, essa dependia de qualidades biológicas de cada um desses povos.

Smedley (1999) explica que esses escritos fomentaram a crença de que havia três raças distintas habitando a França: os nórdicos, os alpinos e os mediterrâneos. Nesse esquema, estava posto que os nórdicos, de pele clara, olhos reluzentes, cabelos loiros e corpo esbelto, seriam os únicos descendentes das antigas tribos germânicas, fazendo deles os únicos capazes de liderar a civilização. O *Essai* definitivamente expressa esse popular mito entremeado pelo jargão cientificista do século XIX (Sussman, 2020). Gobineau argumenta não somente em favor da superioridade branca, mas adiciona que, entre os brancos, havia um grupo no topo da hierarquia da civilização: os arianos.

O termo *ariano* não foi inventado por Arthur de Gobineau, ele apropria-se da expressão que ora designava a língua ancestral do que conhecemos hoje como língua indo-europeia. Por volta de 1819, o termo ganhou tração através das palestras do professor alemão Friedrich Schlegel e popularizou-se por meio da obra dos Irmãos Grimm, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX (Poliakov, 1974). Gobineau defende que existe uma hierarquia entre línguas, que, por sua vez, correspondia a uma hierarquia racial. Assim, a raça ariana estaria no topo dessa suposta pirâmide.

Para Gobineau, os arianos seriam os mais nobres, inteligentes e cruciais membros da raça branca, não à toa ele forja uma genealogia vinculando-o a uma figura nórdica e pleiteando para si um lugar na mais superior das *castas*. A conclusão torna-se óbvia: o sucesso da civilização estaria impreterivelmente vinculado à pureza do sangue ariano. Contudo, os arianos só poderiam exercer seu papel ontológico se capazes de eliminar os processos miscigenatórios com as raças inferiores. Assim, ele conclui que a mestiçagem racial é um processo sem volta, capaz de degenerar toda a humanidade. Nas palavras de Sussman (2020, p. 39): “Gobineau claimed that once racial divergence had taken place, the different racial types were permanent and unchangeable”²⁹.

²⁸ Henri Conde de Boulainvilliers (1658 - 1722), um nobre francês, fora o primeiro a escrever sobre o denominado *mito nórdico*.

²⁹ “Gobineau argumenta que, uma vez que as divergências raciais se estabeleceram, os tipos raciais distintos eram permanentemente imutáveis.” (tradução nossa)

Destacamos aqui a figura de Georges Vacher de Lapouge (1854 - 1936), ainda que posterior a Gobineau, suas teorias a respeito do arianismo contribuíram para a difusão da obra gobiniana em finais do século XIX e início do XX. Em 1899, o antropólogo publicou sua obra *L'Aryen – Son Rôle Social*, considerada uma das mais influentes no âmbito do darwinismo social. Professor de Antropologia, Lapouge argumentava que essa disciplina científica era capaz de revelar as causas naturais dos equívocos cometidos até então, resultantes de construções mitológicas, referindo-se às conquistas da Revolução Francesa. Segundo ele, conceitos como justiça, igualdade e fraternidade eram ilusões, e os cientistas deveriam se concentrar nas leis naturais e nas evidências que as sustentam. Lapouge denominou esse campo de estudo como antropossociologia, um ramo da sociologia dedicado à análise do ser humano em sociedade.

De acordo com Béjin (1988, p. 494), Lapouge foi o “mais importante eugenista francês”, carregando evidentes traços do imaginário gobiniano, o antropólogo acreditava que o cruzamento entre as raças era condenável, na medida em que seu efeito “não é, de ordinários, nem feliz, nem geral, nem definitivo” (Lapouge, 1896, p. 155). No intuito de explicar a queda nas taxas de natalidade da França no século XIX, ele parte para o estudo de espécies animais e acusa o “mestiço humano” como responsável, tendo em vista que ele estaria perpetuando heranças de raças diversas, provocando a esterilidade humana. Ao comentar sobre o Brasil, Lapouge estabelece, tal qual Gobineau, que não haveria futuro para uma nação enegrecida como a nossa: “[O Brasil] formará, talvez daqui a um século, um estado negro, a menor que ele retorne, o que provável, a barbárie” (Lapouge, 1896, p. 187).

Ao tratar da miscigenação como agente central do processo de decadência humana, Gobineau ecoa a teoria monogenista de que mestiços seriam viáveis tanto no reino animal quanto no vegetal, mediante a existência de um número considerável de caracteres comuns entre duas espécies, contudo esse produto híbrido estaria fadado à esterilidade. O Conde não nos garante a veracidade de tal premissa, uma vez que a presença de híbridos era rara, impedindo a possibilidade de universalizar qualquer conclusão a respeito do tema. O que ele pensava, entretanto, era que a miscigenação fora suficiente para produzir *tipos* consecutivamente mais bárbaros, degenerando em um período não tão longo de tempo todo o espírito e a biologia das civilizações.

Deparamo-nos aqui com uma relevante contradição inerente ao pensamento gobiniano, e que trataremos mais a fundo nos tópicos seguintes. Gobineau entende a civilização com um sutil equilíbrio entre o caráter “masculino”, marcado pela conquista material, e o “feminino”, caracterizado pela elevação espiritual. O primeiro é intrínseco à raça ariana, ao passo que o

segundo pertence às raças negra e amarela. Ou seja, para possibilitar a materialização da civilização, seria necessário que as raças se misturassem. Entretanto, é precisamente essa mistura que carrega em si o *devoir* inevitável da degeneração. Aliás, o Conde explica que alguns atributos, como as habilidades artísticas, só se concretizam mediante a miscigenação, uma vez que, apesar do vigor e da perspicácia dos tipos brancos, faltava-lhes ainda a força da sensibilidade. “*Il serait inexact de prétendre que tous les mélanges sont mauvais et nocifs*”³⁰, escreveu Gobineau (1853, p. 152), uma vez que a miscigenação aglutina importantes características pertencentes a raças distintas.

[...] L'immense supériorité des Blancs dans le domaine total de l'intelligence s'associe à une infériorité non moins manifeste dans l'intensité des sensations. Le Blanc est beaucoup moins doté que le Noir et le Jaune du point de vue sensuel. Il se sent ainsi moins sollicité et absorbé par l'action corporelle, bien que sa constitution soit remarquablement vigoureuse³¹ (Gobineau, 1853, p. 150-151).

Helga Gahyva (2012) dedica-se a arguir se o conceito de raça utilizado na teoria gobiniana é o de *raça-linhagem* ou o de *raça-espécie*, a esse respeito, algumas colocações são necessárias. Tomando como base o *Dictionnaire de la Langue Française*, de Littré, Gahyva explica que a *raça-linhagem* diz respeito a um conjunto de caracteres comuns nos *planos social e moral* entre os integrantes de uma mesma raça. Por outro lado, a *raça-espécie* implica um conjunto de indivíduos com uma origem comum e, portanto, proveniente da mesma espécie, pressupondo a transmissão hereditária dos caracteres genéticos. A tese de Gahyva é precisamente a de que, apesar de ensaiar a utilização do conceito de *raça-espécies* no *Essai*, Gobineau retorna inevitavelmente à conceituação da *raça-linhagem* ao remeter-se à antiga “querela das duas raças”³²:

Ele foi um dos últimos representantes de um modo particular de pensar as diferenças entre os homens que está na origem – quase esquecida – da ideia contemporânea de raça: hoje, cultural; ontem, biológica; antes de ontem, familiar (Gahyva, 2012, p. 20).

A autora afirma que o *Essai*, apesar de se proclamar uma obra científica acerca das desigualdades raciais e da degradação advinda da miscigenação, foi na realidade uma espécie

³⁰ “Seria inexacto assumir que todas as misturas são ruins e prejudiciais.” (tradução nossa)

³¹ “[...] a imensa superioridade dos brancos na esfera total da inteligência se associa a uma inferioridade não menos manifesta, na intensidade das sensações. O branco está muito menos dotado que o negro e o amarelo sob o ponto de vista sensuel. Se sente assim menos sollicitado e absorvido pela ação corporal, ainda que sua estrutura seja notadamente vigorosa.” (tradução nossa)

³² O termo diz respeito ao embate entre a origem franca ou galo-romana da França. Trataremos do assunto de forma mais aprofundada no tópico a seguir.

de alegoria crítica à civilização ocidental, uma vez que os caminhos da história no pós-revolução só poderiam conduzir para a tragédia (Gahyva, 2012, p. 54). Aliás, para Boissel (1983, p. 1229), o *Essai* deve ser interpretado como “uma máquina de guerra contra as ideias do humanismo liberal pós-revolucionário, uma máquina de guerra contra o novo poder ideológico da Europa moderna”. Não pretendemos aqui debruçarmo-nos sobre o tema, contudo, vale notar a centralidade que o desprezo pela conjuntura moderna adquire na obra de Gobineau e a atenção que Gahyva dedica à análise da teoria gobiniana enquanto crítica à civilização ocidental.

Embora não fosse um antissemita, e se encontrasse distante do que viria a ser a eugenia, Gobineau foi apropriado em finais do século XIX e início do XX para corroborar tais instâncias. O *Essai* teve pouco impacto na França contemporânea, mas foi imediatamente traduzido e reinterpretado em 1856 nos Estados Unidos por Nott, e em 1898 na Alemanha por Ludwig Schemann (discípulo de Wagner). Os estudos mais aprofundados sobre Gobineau começaram a ser publicados na França pelas mãos de Ernest Seillière, em 1903, e por Robert Dreyfus, em 1905. Contudo, foi somente na década de 1920 que Clément Serpeille publicou uma nova versão do *Essai*, que finalmente cativou os olhos do público (Bethencourt, 2018, p. 381).

Ainda assim, somente na década de 1930, por intermédio da propaganda nazista, que a teoria gobiniana adquire certa interpretação capaz de produzir uma determinada visão a respeito do Conde. A exemplo disso, o fato de que Gobineau elogiava os hebreus, caracterizando-os como um povo composto por guerreiros, agricultores, comerciantes, médicos, criadores de Estados e migrantes bem-sucedidos, além de fortes, capazes e inteligentes. Ele também não enaltecia os alemães de seu tempo, afirmando serem eles “extremamente misturados”, o que os afastaria da pureza de sangue ariana, que, aliás, encontrava seus últimos vestígios na Escandinávia, na Inglaterra e na América do Norte, de acordo com o francês. Ademais, o Conde também não descrevia todos os negros como seres incapazes, uma vez que tal premissa forçá-lo-ia a afirmar que seriam todos os europeus puros e inteligentes, algo em absoluto distante de sua mentalidade aristocrática (Bethencourt, 2018, p. 381).

Nada disso impediu que Gobineau adquirisse a fama posterior de fundador do arianismo e pregador da pureza racial, cruciais para a política nazista. Sussman (2020) explica que a conexão entre o poligenismo defendido por Gobineau e o posterior desenvolvimento da eugenia é notável:

The connection between old theories of polygenism and the eugenics movement, as one might expect, were very strong. Nott and Gliddon's textbook, *Types of Mankind*, and Gobineau's *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines*, although written a half-

century earlier, were still popular texts at the beginning of the twentieth century in Europe and the United States, and both Nott and Gobineau had a strong influence on the basic racist aspects of the eugenics movement. At the turn of the century, Chamberlain and Ripley had again popularized Gobineau's ideas for German and American audiences. In the United States, as Brace (2005) has detailed, we also can trace the influence of Aggasiz, Nott and Gobineau directly to Nathaniel Southgate Shaler (1841-1906), professor of paleontology and geography at and subsequently dean of Harvard's Lawrence Scientific School³³ (Sussman, 2020, p. 45).

Conforme evidencia Pietra Diwan (2007), os eugenistas eram precisamente aqueles que advogavam pela difusão da lógica de que os indivíduos considerados “bem-dotados biologicamente” deviam ser incentivados, mediante a implementação de programas governamentais, a se unirem e a procriarem. A justificativa subjacente a essa perspectiva residia na crença de que tal prática culminaria na ampliação progressiva da população de indivíduos considerados “saúdáveis” e dotados de características biológicas favoráveis. A ideia de pureza racial e da limitação da mestiçagem no intuito de promover o desenvolvimento dos mais aptos encontra na política eugenista posterior formas de materializar as leituras do *Essai* subsequentes à morte de seu autor.

1.3 A França do Pós-Revolução: Gobineau e a crítica à igualdade social

Embora a diplomacia tenha proporcionado a Gobineau uma vida pouco estática, ele passou parte de sua carreira em Paris e fez da realidade francesa a protagonista de suas críticas. Seja pela herança intelectual de sua família ou pelas frustrações que o jovem Gobineau encontrara em Paris ao tentar estabelecer-se como poeta e romancista, ele dedica parte significativa da sua obra à crítica ao mundo moderno. Pretendemos neste tópico, portanto, dialogar com a produção de Gahyva (2012), que entende o *Essai* como um manifesto contra a igualdade e a democracia, tecendo um óbvio elogio à monarquia, à vida aristocrática e ao imperativo de uma desigualdade social perene. Tal qual fizeram importantes figuras como Thierry, Guizot e Michelet, Gobineau encontrava-se na empreitada de construir uma nova

³³ “As conexões entre as antigas teorias do poligenismo e o movimento eugenista, como seria de se esperar, são fortes. O livro de Nott e Gliddon, ‘Tipos de Humanidade’, e o ‘Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas’, de Gobineau, embora escritos meio século antes, ainda eram textos populares no início do século XX na Europa e nos Estados Unidos, e tanto Nott quanto Gobineau tiveram forte influência na consolidação das bases racistas do movimento eugenista. Na virada do século, Chamberlain e Ripley novamente popularizaram as ideias de Gobineau para o público alemão e americano. Nos Estados Unidos, como detalhado por Brace (2005), também é possível rastrear a influência de Aggasiz, Nott e Gobineau diretamente na figura de Nathaniel Southgate Shaler (1841 - 1906), professor de paleontologia e geografia e, posteriormente, decano da Harvard's Lawrence Scientific School.” (tradução nossa)

identidade para a França ante a ruína do Antigo Regime e os novos ideais trazidos pela Revolução.

Investigar a forma como Gobineau enxergava a França de sua conjuntura é para nós relevante na medida em que fornece mais profundos instrumentos para que possamos interpretar como Gobineau observou o Brasil. No cerne da sua frustração com o Brasil está o repúdio pelo seu país de origem, incapaz de compreender a magnitude de sua produção e distante dos velhos e áureos tempos.

A Revolução Francesa foi um marco histórico disruptivo capaz de escancarar a decrepitude da ultrapassada aristocracia, posicionando a burguesia e seus ideais de liberdade no cerne da locomotiva sociopolítica do país. A guinada burguesa produziu impactos mais profundos, de acordo com Gobineau, uma vez que incentivou o crescente individualismo e difundiu a sensação generalizada insegurança. Assim, Gobineau é antagônico à Revolução desde seus primórdios. O que representa uma dissonância entre ele e o amigo Tocqueville. O segundo foi simpático à Revolução até a morte de Luis XVI, em 1793. Diferentemente de Gobineau, Tocqueville concluiu que na origem da Revolução estava uma crise de identidade já arraigada na sociedade francesa, o que, por sua vez, produziu um ambiente propício para a afronta das estruturas vigentes. Ao contrário dos ingleses, que, nas palavras de Tocqueville (1997, p. 157), possuíam “uma longa experiência de cooperação em assuntos de interesse público”, facilitando o estabelecimento institucional de uma democracia, a França não contava com tal aparato:

Não há mais hierarquia na sociedade, nem classes determinadas, nem posições fixas: há um povo composto de indivíduos quase semelhantes e inteiramente iguais, uma massa confusa reconhecida como o único soberano legítimo, mas cuidadosamente provada de todas as faculdades que poderiam permitir-lhe dirigir até controlar seu governo (Tocqueville, 1997, p. 157).

Ao passo que Tocqueville encontrara no cerne de seus estudos a diferenciação entre a sociedade francesa e a inglesa, investigando em que medida o modelo de democracia francesa nascera falho, Gobineau propunha-se algo maior. Ele pretendia encontrar respostas para a decadência francesa observando a história universal e, portanto, conduziria no *Essai* uma análise de todas as civilizações que, tal qual os franceses, atingiram seu ápice e, posteriormente, encontraram-se em decadência.

Como *intelectual romântico*, Gobineau esteve preso às amarras do passado e acreditava ser a monarquia a “única forma racional de governo” (Gobineau, 1855, p. 544). A experiência moderna representava para Gobineau o fim do progresso das nações, tendo em vista a

contraditória imposição de igualdades em um mundo caracterizado por desigualdades. Assim, o Conde justifica seu pessimismo de que não haveria para a espécie humana um fim alternativo à degeneração. Aliás, é interessante notar que o próprio Tocqueville, ao receber uma cópia do *Essai* anterior à sua publicação, alerta seu amigo a respeito do perigo que decorreria de uma tese escatológica como a do Conde. Em uma das cartas que Tocqueville responde a Gobineau, ele tenta dissuadi-lo de continuar a escrita da obra:

Mas vós abraçastes precisamente a tese que me parece a mais perigosa que alguém possa sustentar nos nossos dias. Isto, independentemente do fato de tomar como falso que vossos princípios alcancem a extensão extrema que vós quereis, o que é suficiente para que não me converta nem de longe a eles (*apud* Degros, 1959, p. 205).

Para o autor do *Essai*, a república representava uma ameaça ao governo da realeza. É precisamente esse o motivo para o elogio do Conde à Idade Média, uma vez que a burguesia, fruto de raças menos civilizadas, e a nobreza, representante dos princípios arianos, estiveram separadas, isto é, não se miscigenaram entre si (Gobineau, 1853). Observamos aqui um elemento importante. A crítica à mistura racial está impreterivelmente conectada ao repúdio pelo esfacelamento das hierarquias sociais, atribuindo à tese do Conde um caráter político, além de biológico. A Revolução Francesa representaria o marco institucional da instauração de uma pretensa igualdade social e racial que, na realidade, jamais poderia se concretizar (Bethencourt, 2018). Vejamos o que o Conde escreve na conclusão do *Essai* publicada em 1855:

Un peuple a toujours besoin d'un homme qui comprenne sa volonté, le résumé, j'explique, et le mène où il doit aller. Si l'homme se trompe, le peuple résiste, et se lève ensuite pour suivre celui qui ne se trompe pas. C'est la marque évidente de la nécessité d'un échange constant entre la volonté collective et la volonté individuelle. Pour qu'il y ait un résultat positif, il faut que ces deux volontés s'unissent ; séparées, elles sont infécondes. De là vient que la monarchie est seule forme de gouvernement rationnelle³⁴ (Gobineau, 1855, p. 543-544).

Concluimos, dessa forma, que, se foi a Revolução o fenômeno responsável pela dissolução da monarquia, foi ela também que furtou do homem sua capacidade de progresso sob a égide de um governo cujas vontades soberanas de um líder conduziriam as massas rumo à civilização. Como observaremos no segundo capítulo, Gobineau encontra na figura de Dom Pedro II a força da liderança que tanto elogiara no passado ocidental.

³⁴ “Um povo sempre precisa de um homem que compreenda sua vontade, a resuma, explique-a e a leve onde deve ir. Se o homem está errado, o povo resiste e depois se levanta para seguir o homem que não erra. Esta é a marca evidente da necessidade de uma troca constante entre a vontade coletiva e a individual. Para que haja um resultado positivo, estas duas vontades devem se unir; separadas elas são inférteis. Portanto, a monarquia é a única forma racional de governo.” (tradução nossa)

A ideia do homem *público*, abrangido pelas determinações de um líder, capaz de fundir o âmbito privado ao coletivo, fora esfacelada pela Revolução, de acordo com o Conde. O homem burguês, interessado nos proventos do acúmulo material, caíra nos vícios desse novo mundo e era incapaz de compreender o escopo de sua realidade. Gobineau acreditava que a pretensa igualdade democrática, tal qual o processo miscigenatório, elevava grupos inferiores ao mesmo tempo que rebaixava os que estavam no topo (Gobineau, 1853).

Como explica Gahyva (2006a), o desprezo de Gobineau pela conjuntura francesa arraigava-se também na *querela das duas raças*, a interpretação da história francesa pautada na investigação do embate entre os francos e galo-romanos, que, de acordo com Gahyva (2006a, p. 568) “representou um *tour de force* entre defensores e opositores da centralização monárquica”. Gobineau acreditava serem os galo-romanos dos séculos V e VI mais heroicos que seus conquistadores francos, mas nenhum deles escapou da miscigenação e, portanto, do processo degenerativo. Importante salientar que tal embate esteve em voga antes mesmo da produção de Gobineau, aliás, ele antecede a elaboração do conceito de raça biológico. Como explica Poliakov (1974, p. 9-10):

[...] o franco, homem germânico, homem livre, opõe-se tanto ao servo como a escravo; assim, as palavras-chave da história política francesa parecem sugerir disfarçadamente a superioridade germânica tanto sobre os latinos como sobre os eslavos. Superiores ao mesmo tempo de “raça” e de “classe”, com efeito, as hierarquizações sociais e as chamadas hierarquizações raciais, tão contrastantes para o entendimento contemporâneo, confundiam-se facilmente na origem, para opor os povos conquistadores aos povos conquistados.

A história da formação da França, tal qual diversas outras nações, ocorreu mediante a produção de uma identidade nacional na qual um determinado grupo suplantava a existência de outro. Nesse caso, como demonstra a passagem de Poliakov, os galo-romanos foram vencidos pelos francos, assegurando a superioridade dos francos ante os eslavos e os latinos. De acordo com as crenças populares, os francos eram, portanto, o embrião da nobreza, assegurando-lhes grande prestígio. Assim, observamos que o conceito gobiniano de desigualdade estaria ligado não somente à raça, mas consequentemente à ideia de classe social. Como sintetiza Gahyva (2006a, p. 571):

Na perspectiva de Gobineau, essa suposição histórica dava ensejo a que se reatualizasse, em meados do século XIX, a desigualdade inata entre francos e gauleses, ou melhor, entre a aristocracia conquistadora germânica. O povo galo-romano conquistado. Nesse sentido, seu racismo pode ser interpretado como um suspiro resignado de um homem que via os valores que lhe eram mais caros sendo solapados por um processo de democratização da sociedade. Em muitas passagens do

tratado [*Essai*], o termo raça aproxima-se da ideia de classe social, sem prejuízo para a compreensão daquilo que Gobineau pretendia afirmar.

A concepção binomial de raça e classe utilizada por Gobineau para analisar a França de sua época revela inclusive a forma como ele compreendia o conceito de nação (Gahyva, 2006a), na medida em que ela estaria fragmentada, garantindo a poucos o privilégio da sociabilidade. Gobineau percebia-se impossibilitado de impedir o avanço da ordem burguesa, e sabia que dela a degeneração representaria um inexorável produto. Em outras palavras, a Revolução de 1789 empregara uma igualdade inorgânica, jamais plenamente materializada, que, além de representar a ruptura com o mundo antigo, colocava em movimento a temida locomotiva de decadência.

Conforme explicou Tocqueville (1997, p. 68), a Revolução fez despencar o velho e já decrépito edifício social, mas o fez “repentinamente, por um esforço convulsivo e doloroso, sem transição, sem precaução, sem deferência”. O trauma da Revolução, seguido pela era do terror, aguça a busca da intelectualidade francesa por suas identidades históricas. Em um percurso inverso ao de seus conterrâneos, Gobineau universaliza a problemática para, em um segundo momento, voltar ao estudo do caso francês, não à toa o Conde trabalha com uma série de exemplos históricos, sobretudo a partir da segunda publicação do *Essai*, em 1855.

Como observaremos a seguir de maneira aprofundada, a mistura entre as raças promoveria a transposição de diferentes graus de inteligência, isto é, se eram os brancos, de acordo com o intelectual francês, os mais inteligentes e aptos, a miscigenação geraria uma progressiva redução de sua perspicácia. O fenômeno da decadência dos saberes era nítido para o Conde na sociedade francesa, que pouco sabia apreciar suas obras, que se descolava de um passado em absoluto superior à promessa do futuro e em que as ciências se especializavam, afastando-se do que antes representavam. Sobre esse último ponto, Gobineau (1871) esboça a crítica em uma de suas correspondências direcionadas novamente ao Imperador brasileiro: “[...] em França onde a raiva da especialidade causa estragos de uma maneira bastante calamitosa para depreciar sensivelmente o nível de inteligência” (*apud* Readers, 1938, p. 54).

Apesar do passado glorioso, a França representava para Gobineau uma sombra do que antes fora. A mistura entre as raças teria produzido um caos social que conduziu as massas à Revolução. Em meio à busca de uma identidade nacional, conduzida pela intelectualidade francesa, Gobineau aponta para um novo horizonte de análise. Tal qual as demais nações, o futuro de seu país de origem era previsível. A Queda da Bastilha, fronteira de uma nova era e, coincidentemente, data de nascimento de Arthur de Gobineau, foi um marco no processo artificial de fomento às igualdades. Gobineau foi, à sua maneira, partidário do Antigo Regime

e crítico dos ventos da Revolução, ainda que, paradoxalmente, buscasse na ciência moderna a autoridade para comprovar suas ideias.

Ao final de uma das cartas que Gobineau envia a Dom Pedro II, ao comentar o livro mais recente de Renan, o Conde escreve: “sou um homem da Idade Média, e aí fico” (Gobineau, 1882, *apud* Readers, 1938, p. 361). Novamente, fica clara a imagem que pretendeu disseminar ao longo de toda a sua vida e o viés a partir do qual analisava a França de seu tempo. Aliás, a obra *Amadis*, um poema épico escrito por Gobineau e publicado somente após sua morte, narra de forma idealista esse glorioso passado medieval.

1.4 A questão e a resposta do século: o ensaio sobre a desigualdade entre as raças (1853-1855)

A primeira edição do *Essai sur l'inégalité des races humaines* foi lançada em 1853. Nela, Gobineau escreve no prefácio uma dedicatória ao Rei de Hanover, Jorge V. Suas primeiras palavras são precisamente:

J'ai l'honneur d'offrir ici à VOTRE MAJESTÉ le fruit de longues méditations et d'études favorites, souvent interrompues, toujours reprises.
Les événements considérables, révolutions, guerres sanglantes, renversements de lois, qui, depuis trop d'années, ont agi sur les États européens, tournent aisément les imaginations vers l'examen des faits politiques. Tandis que le vulgaire n'en considère que les résultats immédiats et n'admire ou ne réprouve que l'étincelle électrique dont ils frappent les intérêts, les penseurs plus graves cherchent à découvrir les causes cachées de si terribles ébranlements, et, descendant la lampe à la main dans les sentiers obscurs de la philosophie et de l'histoire, ils vont demander à l'analyse du cœur humain ou à l'examen attentif des annales le mot d'une énigme qui trouble si fort et les existences et les consciences³⁵ (Gobineau, 1853, p. 28).

Caracterizando-se como um *sério pensador*, Gobineau explica que, diante das “inquietações dos tempos modernos” (Gobineau, 1853, p. 28), ele pretendia não somente investigar os resultados imediatos que observava, mas desvelar as “causas ocultas”, as respostas ora deixadas de lado para perguntas colocadas no presente. De forma pretenciosa, Arthur de

³⁵ “Tenho a honra de oferecer aqui a Vossa Majestade o fruto de longas meditações e estudos preferidos, frequentemente interrompidos, mas sempre retomados. Os eventos significativos, revoluções, guerras sangrentas, mudanças de leis, que há tantos anos têm impactado os Estados europeus, facilmente direcionam as imaginações para o exame dos fatos políticos. Enquanto o vulgo considera apenas os resultados imediatos e admira ou reprova apenas a faísca elétrica com a qual eles afetam os interesses, os pensadores mais sérios procuram descobrir as causas ocultas dessas terríveis convulsões, descendo, lâmpada na mão, pelos caminhos obscuros da filosofia e da história, eles vão buscar na análise do coração humano ou no exame atento dos registros a solução de um enigma que tanto perturba as existências e as consciências.” (tradução nossa)

Gobineau almeja produzir o estudo do século, aventurando-se onde nenhum outro ousara, em um mundo onde a “escuridão e a névoa” cessavam diante do “*soleil de la Science*” (Gobineau, 1853, p. 29). Ou seja, como homem de seu tempo, o Conde de Gobineau percebeu, diante da degradação da civilização ocidental, que a busca de respostas era uma tarefa imperativa.

Em 1882, ano da morte do Conde, a segunda edição do *Essai*, contendo quatro volumes, foi lançada. E, novamente no prefácio, ele chama a atenção do leitor:

Ce livre a été publié pour la première fois en 1853 (tome I et tome II) les deux derniers volumes (tome III et tome IV) sont de 1855. L'édition actuelle n'y a pas changé une ligne, non pas que, dans l'intervalle, des travaux considérables n'aient déterminé bien des progrès de détail. Mais aucune des vérités que j'ai émises n'a été ébranlée, et j'ai trouvé nécessaire de maintenir la vérité telle que je l'ai trouvée³⁶ (Gobineau, 1882, p. 33).

“Nenhuma verdade que afirmei foi abalada, e achei necessário manter a verdade como a encontrei” (Gobineau, 1882, p. 33), escreveu ele. Nesse segundo prefácio, ele ainda menciona alguns dos alicerces teóricos e figuras como Darwin ou Buckle que lhe abriram caminho para produzir, ao passo que outros somente copiaram-lhe as teorias “misturando da melhor forma possível as ideias que estão agora na moda” (Gobineau, 1853, p. 18). Arthur de Gobineau afirmava que seu livro não fora produzido no intuito de constituir-se como obra polêmica, “seu propósito era o de professar uma verdade, não fazer guerra contra erros” (Gobineau, 1853, p. 18).

No primeiro livro, Gobineau trata de elencar em cada um dos capítulos possíveis causas para a decadência moral das civilizações ocidentais que, como veremos a seguir, ele mesmo refuta, ao notar que a única explicação coerente e científica para o declínio civilizacional seria a mistura entre as raças. Já no segundo livro, ele trata de investigar as civilizações antigas, e a separação dos capítulos ocorre mediante a escolha de diferentes povos que ele se propõe a analisar. Já é possível constatar o trabalho de cartografia histórica feito pelo Conde no intuito de produzir uma análise comparativa de diferentes civilizações ao longo do tempo, ressaltando aspectos que as levaram ora ao apogeu, ora à decadência. No livro seguinte, ele dedica atenção às civilizações asiáticas, as quais originaram a raça amarela. Dando sequência à obra, no quarto e no quinto volumes, Gobineau explora os povos semitas nas diversas regiões da Europa. Por fim, o último livro dedica-se novamente ao estudo da civilização ocidental, agora com foco nas

³⁶ “Este livro foi publicado pela primeira vez em 1853 (volume I e volume II), os dois últimos volumes (volume III e volume IV) são de 1855. A edição atual não mudou uma linha, não porque, nesse intervalo, trabalhos consideráveis não tenham suscitado progressos detalhados. Mas nenhuma das verdades que emite foi abalada, e achei necessário manter a verdade tal como a encontrei.” (tradução nossa)

capacidades e aptidões dos povos germânicos. A partir desse, ele produz sua grande conclusão geral.

O objetivo da obra faz-se claro, Gobineau pretendia analisar civilizações em recortes espaciais e temporais diversos para finalmente desvelar o que estaria conduzindo essas sociedades à barbárie. Gahyva (2012) afirma, utilizando expressão que inclusive dá nome a um dos capítulos de sua tese, que o *Essai* pretende narrar uma verdadeira *epopeia da decadência*. Gobineau encontra uma verdade somente, e ele mesmo corrobora a cientificidade do seu método e a certeza de suas conclusões: o processo de miscigenação entre as raças é o maior inimigo das civilizações, que contraditoriamente carregam em seu bojo o *devenir* da mestiçagem e caminham impreterivelmente para a degeneração.

Gobineau analisa a trajetória das civilizações persa, romana, egípcia, judaica, germânica, entre outras de grande relevância, e observa uma tendência comum: todas elas atingem um momento de apogeu e, assim, acreditam ter alcançado uma ascensão civilizatória contínua e perpétua. No entanto, após um período de tempo, começam a declinar, independentemente da solidez de suas instituições morais, políticas ou religiosas. O Conde observa, portanto, que cada civilização, desde seu surgimento, está predestinada inevitavelmente ao declínio e ao desaparecimento.

Se a história demonstrara que a morte de todas as civilizações é uma realidade da qual não se pode escapar, ele conclui que existe um fator comum a todas elas, capaz de explicar tal processo. Seu esforço intelectual reside, portanto, na busca pelas causas do declínio inevitável das civilizações. Nas suas palavras:

[...] Mais quand, après un temps de force et de gloire, on s'aperçoit que toutes les sociétés humaines ont leur déclin et leur chute, toutes, dis-je, et non pas telle ou telle ; quand on remarque avec quelle taciturnité terrible le globe nous montre, épars sur sa surface, les débris des civilisations qui ont précédé la nôtre, et non seulement des civilisations connues, mais encore de plusieurs autres dont on ne sait que les noms, et de quelques-unes qui, gisant en squelettes de pierre au fond de forêts presque contemporaines du monde, ne nous ont pas même transmis cette ombre de souvenir ; lorsque l'esprit, faisant un retour sur nos États modernes, se rend compte de leur jeunesse extrême, s'avoue qu'ils ont commencé d'hier et que certains d'entre eux sont déjà caducs : alors on reconnaît, non sans une certaine épouvante philosophique, avec combien de rigueur la parole des prophètes sur l'instabilité des choses s'applique aux civilisations comme aux peuples, aux peuples comme aux États, aux États comme aux individus, **et l'on est contraint de constater que toute agglomération humaine, même protégée par la complication la plus ingénieuse de liens sociaux, contracte, au jour même où elle se forme, et caché parmi les éléments de sa vie, le principe d'une mort inévitable**³⁷ (Gobineau, 1853, p. 40-41).

³⁷ “Mas quando, após um tempo de força e glória, percebemos que todas as sociedades humanas têm seu declínio e queda, todas, digo todas, e não apenas uma ou outra; quando observamos com que terrível taciturnidade o globo nos mostra, espalhados em sua superfície, os destroços das civilizações que nos precederam, não apenas das civilizações conhecidas, mas também de várias outras cujos nomes desconhecemos, e de algumas que, jazendo

Nesse momento, sua investigação conduz o leitor a uma série de possíveis e plausíveis justificativas para o declínio observado. Contudo, como notamos através do índice, a própria nomenclatura dos capítulos aponta para o descrédito de todas as teorias angariadas.

Primeiro, ele argumenta que o fanatismo, o luxo, a imoralidade e a irreligião não levam necessariamente as sociedades à ruína. Gobineau cita o exemplo do Império Asteca, que vivia sob a égide do fanatismo religioso e encontrou seu trágico fim, ao passo que os europeus, que “massacravam seus concidadãos em altares, sem hesitação e sem escolha” (Gobineau, 1853, p. 37), não deixaram de ser um povo poderoso, rico e duradouro. O luxo e a indolência também não são os culpados, uma vez que essas são características de classes altas, e não de sociedades inteiras. A corrupção da moral, apesar de destrutiva, também não pode ser considerada a grande culpada, a exemplo dos espartanos, que “viveram e ganharam admiração somente pelos efeitos de uma legislação de bandidos” (p. 38). No que diz respeito ao abandono das crenças religiosas, Gobineau argumenta que nenhuma nação jamais abandonara suas crenças sem antes arraigar-se em outra, o que torna impossível afirmar que a irreligião seja o motivo do declínio das civilizações.

Em seguida, Gobineau levanta a hipótese de que maus governos podem levar à destruição das nações. Após uma extensa caracterização do que seriam governos ruins³⁸, o Conde conclui que diversas sociedades que viveram sob o controle de governos decrepitos mantiveram-se coesas e fortalecidas. Um dos exemplos que ele cita é a Itália, que sofreu com severos conflitos de autoridade entre o Papa e o Imperador, ou os *nobres e os comunas*, deixando o povo confuso a respeito de quem obedecer, então ele questiona o leitor: “La société italienne est-elle morte alors? Non. Sa civilisation ne fut jamais plus brillante, son industrie plus productive, son influence au dehors plus incontestée”³⁹ (Gobineau, 1853, p. 56).

Posteriormente, o Conde postula que uma civilização em estado avançado de envelhecimento inevitavelmente cederá lugar a uma mais jovem, o que pode ser exemplificado pelo declínio da Caldeia diante Pérsia, ou da Grécia decadente diante da Roma robusta, e até

como esqueletos de pedra no fundo de florestas quase contemporâneas ao mundo, nem mesmo nos transmitiram essa sombra de memória; quando a mente, refletindo sobre nossos Estados modernos, reconhece sua extrema juventude, admite que começaram ontem e que alguns deles já estão caducos: então reconhecemos, não sem certo terror filosófico, como a palavra dos profetas sobre a instabilidade das coisas se aplica às civilizações assim como aos povos, aos povos assim como aos Estados, aos Estados assim como aos indivíduos, e somos obrigados a constatar que toda aglomeração humana, mesmo protegida pela mais engenhosa complicação de laços sociais, contrai, no próprio dia em que se forma, e oculto entre os elementos de sua vida, o princípio de uma morte inevitável.” (tradução nossa)

³⁸ Ele menciona governos que abandonaram seus princípios fundadores, ou governos cujas instituições são antagônicas.

³⁹ “A sociedade italiana está morta então? Não. Sua civilização nunca foi mais brilhante, sua indústria mais produtiva, sua influência no exterior mais incontestável.” (tradução nossa)

mesmo pela transição da dominação de Augusto para o Reino dos Nobres e Príncipes Teutônicos. No entanto, essa teoria lhe parece ser de pouca utilidade, conduzindo-o, por meio de uma abordagem eliminatória, a uma irrefutável e empiricamente verificável conclusão:

C'est alors que, d'induction en induction, j'ai dû me laisser convaincre de l'évidence : la question ethnique domine tous les autres problèmes de l'histoire, en constitue la clé, et l'inégalité des races dont la réunion forme une nation suffit à expliquer tout l'enchaînement des destinées des peuples⁴⁰ (Gobineau, 1853, p. 15).

Gobineau explica que aqueles que vieram antes dele já haviam concluído que é no interior de uma sociedade que reside a causa de sua dissolução. Perceberam eles também que as nações morrem quando os “elementos degenerados” se espalham, contudo “foi aí que naufragamos” (Gobineau, 1853, p. 59), explica ele. Ninguém fora ainda capaz de definir o que constitui um povo degenerado. Apelar para argumentos como o fanatismo ou a falta de religião, o desgoverno ou a ausência de moral, só comprova “a infância da arte da anatomia social” (p. 59). É nesse momento que o autor teoriza a respeito do que ele entende por *degeneração* e escreve, como já havíamos citado:

Je pense donc que le mot dégénérescence, appliqué à un peuple, doit signifier et signifie que ce peuple n'a plus la valeur intrinsèque qu'il possédait autrefois, parce qu'il n'a plus dans ses veines le même sang, des combinaisons successives ayant graduellement modifié sa qualité ; en d'autres termes, bien qu'il conserve le même nom, il n'a pas gardé la même race que ses fondateurs ; enfin, que l'homme de la décadence, celui que nous appelons l'homme dégénéré, est un produit différent, du point de vue ethnique, du héros des grandes époques. [...] ⁴¹ (Gobineau, 1853, p. 53).

A lógica gobiniana sugere, portanto, que uma civilização, inicialmente vigorosa e soberana, tende a enfraquecer-se mediante o processo de miscigenação racial. Tal miscigenação, entretanto, é inevitável, uma vez que uma civilização originalmente homogênea em termos raciais, ao expandir-se e fortalecer-se, é propensa a conquistar outros povos. Como resultado, tanto os conquistadores quanto os conquistados acabam por se envolver no processo

⁴⁰ “Então foi quando de induções em induções tive de me deixar convencer da evidência: que a questão étnica domina todos os demais problemas da história, constitui sua chave, e a desigualdade das raças cujo concurso forma uma nação, para explicar todo o encadeamento dos destinos dos povos.” (tradução nossa)

⁴¹ “Penso, então que a palavra degeneração, aplicando-se a um povo, deve significar e significa que esse povo não tem mais o valor intrínseco que outrora possuía, porque ele não mais em suas veias o mesmo sangue, já que combinações sucessivas modificaram-lhe gradualmente o valor; em outras palavras, ainda que mantendo mesmo nome, ele não conservou a mesma raça que seus fundadores; enfim, que o homem da decadência, aquele que chamamos homem degenerado, é um produto diferente, do ponto de vista étnico, do herói das grandes épocas. [...]” (tradução nossa)

de miscigenação, gerando uma descendência que não compartilha necessariamente das mesmas características distintivas dos povos originais (Gahyva, 2006).

Tomando o exemplo da história francesa, Gobineau observa que os galo-romanos dos séculos V e VI, mesmo sendo conquistados pelos francos, possuíam qualidades heroicas, tanto em termos morais quanto no que diz respeito a bravura e habilidades militares, que muitas vezes superavam as de seus conquistadores. No entanto, à medida que ambas as raças se miscigenaram, houve uma deterioração generalizada de ambas as civilizações (Gobineau, 1853).

Assim, já em princípios da obra, Gobineau pode afirmar com certeza que existem diferenças significativas quanto ao “valor intrínseco” das raças humanas (Gobineau, 1853, p. 54), e essas são passíveis de serem identificadas. A expressão de tal diferença encontra-se no espírito da civilização, isto é, algumas raças humanas são incapazes de atingir a civilização, uma vez que não possuem “condições de superar a repugnância natural que o homem, como os animais, sente pela mestiçagem” (p. 55). Observa-se aqui um elemento fundamental, a miscigenação encontrava-se no embrião da civilização, apesar de nociva, ela carregava em si o potencial de construção. Gobineau explica mais adiante que a humanidade carregaria em seu bojo uma repulsa ontológica à miscigenação, e que as raças capazes de civilizar a si mesmas são somente aquelas que dão conta de domar essa repulsa, contudo, os traços da mistura sempre permanecem:

Ainsi le genre humain se trouve soumis à deux lois, l'une de répulsion, l'autre d'attraction, agissant, à différents degrés, sur ses races diverses ; deux lois, dont la première n'est respectée, que par celles de ces races qui ne doivent jamais s'élever au-dessus des perfectionnements tout à fait élémentaires de la vie de tribu, tandis que la seconde, au contraire, règne avec d'autant plus d'empire, que les familles ethniques sur lesquelles elle s'exerce sont plus susceptibles de développements⁴² (Gobineau, 1853, p. 62).

Por consequência, Gobineau estabelece um princípio inconciliável, alegando que o nascimento da civilização, e da própria humanidade, “coincide com a certeza da morte” (Gahyva, 2012, p. 127). Como ele mesmo aponta no título da obra, a desigualdade é característica inerente da humanidade, aliás, ele sabia que tal crença já era antiga no mundo (Gobineau, 1853). Nesse ponto, a equação está posta: à medida que os povos se tornam mais

⁴² “Assim, a raça está sujeita a duas leis: uma de repulsão, outra de atração, atuando, em graus diferentes, sobre suas diversas raças; duas leis, a primeira das quais é respeitada somente por aquelas raças que nunca devem se elevar acima das melhorias bastante elementares da vida tribal, enquanto a segunda, ao contrário, quando reina com mais força, mais as famílias étnicas sobre as quais é exercida são suscetíveis de desenvolvimento.” (tradução nossa)

civilizados (aqueles que são capazes, claro), mais frequentes e *poderosas* são as misturas raciais, situação essa que ele alega observar com clareza na França, onde os casamentos étnicos são cada vez mais numerosos. Assim, ele reprova mais uma linha de argumentação, a que coloca nas falhas institucionais o peso da degradação de uma civilização, tendo em vista que foram as pessoas que inventaram tais instituições.

Arthur de Gobineau também não acreditava no suposto determinismo que alegava ser a natureza e, portanto, o ambiente, o clima e as condições topográficas fatores que necessariamente interferem no *progresso* ou na *estagnação* dos povos. Se uma raça é “verdadeiramente digna de alta fortuna” (Gobineau, 1853, p. 88), ela será capaz de atingir a civilização, independentemente do ambiente que habite. Também não é possível, de acordo com o autor, alegar ser o cristianismo um fato ímpar para o processo civilizatório. Apesar de considerar a fé cristã como um elemento capaz de fazer do homem mais “atencioso e gentil”, Gobineau confessa existirem também civilizações pagãs, “uma brâmane, uma budista, uma judaica” (p. 91). Até esse ponto, são duas as certezas proferidas pelo intelectual francês:

En adoptant comme justes les conclusions qui précèdent, deux affirmations deviennent de plus en plus évidentes : c'est, d'abord, que la plupart des races humaines sont inaptes à se civiliser jamais, à moins qu'elles ne se mélangent ; c'est, ensuite, que non seulement ces races ne possèdent pas le ressort intérieur déclaré nécessaire pour les pousser en avant sur l'échelle du perfectionnement, mais encore que tout agent extérieur est impuissant à féconder leur stérilité organique, bien que cet agent puisse être d'ailleurs très énergique⁴³ (Gobineau, 1853, p. 86).

Arthur de Gobineau desafia as proposições de François Guizot, ao tentar definir o conceito de civilização. O Conde refuta a obra *Civilisation en Europe* (1870), de Guizot, ao alegar que esse compreende a civilização como um fato. O autor do *Essai* argumenta que a civilização é um “estágio no qual se encontra uma sociedade humana”, e que esse fenômeno está impreterivelmente vinculado à raça:

La civilisation n'est pas un fait, c'est une série, un enchaînement de faits plus ou moins logiquement unis les uns aux autres, et engendrés par un concours d'idées souvent assez multiples ; idées et faits se fécondant sans cesse. Un roulement incessant est quelquefois la conséquence des premiers principes ; quelquefois aussi cette conséquence est la stagnation ; dans tous les cas, la civilisation n'est pas un fait, c'est un faisceau de faits et d'idées, c'est un état dans lequel une société humaine se trouve

⁴³ “Ao adotar como corretas as conclusões anteriores, duas afirmações tornam-se cada vez mais evidentes: em primeiro lugar, a maioria das raças humanas são incapazes de se civilizar por si só, a menos que se misturem; em segundo lugar, não apenas essas raças não possuem o impulso interno declarado como necessário para empurrá-las para a frente na escala do aperfeiçoamento, mas também que qualquer agente externo é impotente para fertilizar sua esterilidade orgânica, embora esse agente possa ser muito energético.” (tradução nossa)

placée, un milieu dans lequel elle a réussi à se mettre, qu'elle a créé, qui émane d'elle, et qui à son tour réagit sur elle⁴⁴ (Gobineau, 1853, p. 97).

Findado o levantamento de hipóteses e alcançada a tão esperada conclusão, Gobineau parte para a análise do conceito de raça (que já trabalhamos no tópico primeiro deste capítulo). Nesse ponto, ele faz referência aos intelectuais que o antecederam e à ciência do seu século, posicionando-se, portanto, no debate racista. Após sua minuciosa investigação, e já tendo arbitrado as teorias de seus antecessores, o Conde de Gobineau elucida o leitor a respeito das três raças existentes: branca, negra e amarela, e constrói seu esquema de miscigenação no qual hierarquicamente organizam-se as raças primária, secundária, terciária e assim por diante. Ou seja, a miscigenação não gera somente a fusão de variedades, “ela determina a criação de novas características, que então se tornam o aspecto mais importante de um subgênero” (p. 176). Ao distinguir as características dos três primordiais *tipos* humanos, ele alega que qualquer observador, por mais leigo que seja, é capaz de notar as diferenças gritantes entre tais grupos humanos. Quando o autor do *Essai* descreve a raça negra, ele argumenta que:

Quand l'œil s'est fixé un instant sur un individu ainsi conformé, l'esprit se rappelle involontairement la structure du singe et se sent enclin à admettre que les races nègres de l'Afrique occidentale sont sorties d'une souche qui n'a rien de commun, sinon certains rapports généraux dans les formes, avec la famille mongole⁴⁵ (Gobineau, 1853, p. 119).

A separação entre as raças estaria muito além de aspectos físicos. Afora caracteres como força, beleza, o vigor, a fisiologia e estruturas ósseas, as raças apresentariam diferentes graus de inteligência, experienciariam emoções distintas, possuiriam aptidões variadas e, portanto, teriam potenciais impreterivelmente desiguais. O que os olhos tornam claro para Gobineau é que, entre todos os grupos raciais, os europeus e seus descendentes seriam os mais belos:

J'ai déjà constaté que, de tous les groupes humains, ceux qui appartiennent aux nations européennes et à leur descendance sont les plus beaux. Pour en être pleinement convaincu, il suffit de comparer les types variés répandus sur le globe, et l'on voit que depuis la construction et le visage, en quelque sorte, rudimentaire du Pélagien et du

⁴⁴ “A civilização não é um fato, é uma série, uma sequência de fatos mais ou menos logicamente ligados uns aos outros, e gerados por uma combinação de ideias muitas vezes bastante diversas; ideias e fatos constantemente fecundando-se mutuamente. Às vezes, um movimento constante é a consequência dos primeiros princípios; às vezes, também, essa consequência é a estagnação; em todos os casos, a civilização não é um fato, é um feixe de fatos e ideias, é um estado no qual uma sociedade humana se encontra, um meio no qual ela conseguiu se colocar, que ela criou, que emana dela e que, por sua vez, reage sobre ela.” (tradução nossa)

⁴⁵ “Quando o olho se fixa por um momento em um indivíduo com tal conformação, a mente involuntariamente evoca a estrutura do macaco e se sente inclinada a admitir que as raças negras da África ocidental surgiram de um tronco que não tem nada em comum, exceto certas relações gerais nas formas, com a família mongol.” (tradução nossa)

Pécherai jusqu'à la taille élevée, aux nobles proportions de Charlemagne, jusqu'à l'intelligente régularité des traits de Napoléon, jusqu'à l'imposante majesté qui respire sur le visage royal de Louis XIV, il y a une série de gradations par laquelle les peuples qui ne sont pas du sang des blancs approchent de la beauté, mais ne l'atteignent pas⁴⁶ (Gobineau, 1853, p. 152).

A noção de perfectibilidade, tão cara aos homens da ciência do século XIX, aparece para Gobineau no cerne das desigualdades raciais (Schwarcz, 1993, p. 31-62). Mesmo “o mais repulsivo canibal possui”, de acordo com o Conde, uma “faísca do fogo divino” (Gobineau, 1853, p. 183), ainda assim seria impossível não observar um abismo entre ele e aqueles de raças mais avançadas. Apesar de atraente, a ideia de perfectibilidade é, para o autor do *Essai*, extremamente limitada: se são as civilizações fruto de processos miscigenatórios originários, é possível determinar *tipos* que se aproximam da plenitude racial, entretanto, a pureza já não mais existe. Essa é a triste conclusão que repousa sob as mãos de Gobineau.

Encontramo-nos em um momento fundamental da tese do *Essai*. A partir do capítulo XVI, com as bases teóricas já fundamentadas, o Conde trataria de demonstrar concretamente onde residem as desigualdades raciais, desenhando de forma didática, por assim dizer, a hierarquia que sustenta sua tese. Os negros, na base dessa suposta hierarquia, seriam os mais “brutos e simples, com faculdades de pensamento medíocres ou mesmo nula” (Gobineau, 1853, p. 235), eles possuem sentidos primitivos, de forma que não saberiam diferenciar odores e gostos prazerosos dos nocivos. Acrescido a isso, eles teriam uma notável instabilidade de humor, a luxúria *inflamada* e a sexualidade exposta. Vejamos a descrição contida no *Essai*:

[...] Ce n'est cependant pas une brute pure et simple, que ce nègre à front étroit et fuyant, qui porte, dans la partie moyenne de son crâne, les indices de certaines énergies grossièrement puissantes. Si ces facultés pensantes sont médiocres ou même nulles, il possède dans le désir, et par suite dans la volonté, une intensité souvent terrible. Plusieurs de ses sens sont développés avec une vigueur inconnue aux deux autres races : le goût et l'odorat principalement. Mais là, précisément, dans l'avidité même de ses sensations, se trouve le cachet frappant de son infériorité. Tous les aliments lui sont bons, aucun ne le dégoûte, aucun ne le repousse. Ce qu'il souhaite, c'est manger, manger avec excès, avec fureur ; il n'y a pas de répugnante charogne indigne de s'engloutir dans son estomac. Il en est de même pour les odeurs, et sa sensualité s'accommode non li seulement des plus grossières, mais des plus odieuses. À ces principaux traits de caractère il joint une instabilité d'humeur, une variabilité de sentiments que rien ne peut fixer, et qui annule, pour lui, la vertu comme le vice. On dirait que l'emportement même avec lequel il poursuit l'objet qui a mis sa sensibilité en vibration et enflammé sa convoitise, est un gage du prompt apaisement de l'une et du rapide oubli de l'autre. Enfin il tient

⁴⁶ “Já observei que, de todos os grupos humanos, aqueles que pertencem às nações europeias e sua descendência são os mais belos. Para estar plenamente convencido disso, basta comparar os diversos tipos espalhados pelo globo, e vemos que desde a construção e o rosto, de certa forma, rudimentar do Pelagiano e do Pécherai até a estatura elevada, as nobres proporções de Carlos Magno, até a regularidade inteligente dos traços de Napoleão, à imponente majestade que transpira na face real de Luís XIV, há uma série de graduações pelas quais os povos que não são da linhagem dos brancos se aproximam da beleza, mas não a alcançam.” (tradução nossa)

également peu à sa vie et à celle d'autrui ; il tue volontiers pour tuer, et cette machine humaine, si facile à émouvoir, est, devant la souffrance, ou d'une lâcheté qui se réfugie volontiers dans la mort, ou d'une impassibilité monstrueuse⁴⁷ (Gobineau, 1853, p. 195-196).

Já a raça amarela é, para Gobineau, uma *antítese* desse tipo. Esses indivíduos teriam pouco vigor físico, seriam mais apáticos, com menos desejos, inteligência medíocre. Por outro lado, seriam pessoas mais práticas, que seguem regras com facilidade e vivem de maneira mais tranquila, tendo em vista a limitação de seus *desejos* (Gobineau, 1853, p. 237).

Por fim, no topo da hierarquia estão os brancos, dotados de “inteligência energética e sensação de utilidade”. Essa raça caracteriza-se por sua perseverança, extraordinária força física, notável “instinto de ordem”, gosto pela liberdade e “amor singular pela vida”. “Sua crueldade, quando exercida, é consciente de seus excessos, um sentimento que é muito problemático para os negros”, explica Gobineau (1853, p. 237). A honra ocupa importante espaço em seus pensamentos, e a *noção civilizadora* (desconhecida pelas demais raças) lhe movimenta o espírito, o nível de sua inteligência seria extremamente superior em relação às demais raças. Por outro lado, no campo da intensidade das sensações, o branco ficaria aquém das outras raças, uma vez que seus sentidos seriam mais limitados, sobretudo sua sexualidade.

São esses os três tipos secundários, advindos da raça *adamita*, a gênese da humanidade. Provenientes da mistura entre eles, surgem os grupos terciários, que por sua vez têm como produto de sua mestiçagem os tipos quaternários. Nesse sentido, Gobineau argumenta que novas misturas e, portanto, raças surgem todos os dias, algumas delas constituem “fusões completas”, enquanto outras representam “misturas desordenadas” (Gobineau, 1853, p. 238). Para a multidão da mestiçagem, não há outra previsão senão a “assustadora possibilidade”, como caracteriza ele, do aumento sucessivo de raças.

⁴⁷ “No entanto, este negro de testa estreita e recuada não é uma besta pura e simples, ele carrega, na parte média de seu crânio, os indícios de certas energias grosseiramente poderosas. Se suas faculdades de pensamento são medíocres ou mesmo nulas, ele possui no desejo, e consequentemente na vontade, uma intensidade frequentemente terrível. Vários de seus sentidos são desenvolvidos com um vigor desconhecido para as outras duas raças: especialmente o paladar e o olfato. Mas é precisamente aí, na avidez de suas sensações, que se encontra o distintivo de sua inferioridade. Todos os alimentos são aceitáveis para ele, nenhum o enoja, nenhum o repugna. O que ele deseja é comer, comer em excesso, com fúria; não há cadáver repulsivo indigno de ser engolido por seu estômago. O mesmo se aplica aos odores, e sua sensualidade se adapta não apenas aos mais grosseiros, mas também aos mais repugnantes. A esses principais traços de caráter, ele acrescenta uma instabilidade de humor, uma variabilidade de sentimentos que nada pode fixar, e que anula, para ele, a virtude assim como o vício. Parece que a exaltação com que ele persegue o objeto que colocou sua sensibilidade em vibração e inflamou sua cobiça é uma garantia do rápido apaziguamento de um e do rápido esquecimento do outro. Enfim, ele valoriza pouco tanto a própria vida quanto a dos outros; ele mata facilmente para matar, e essa máquina humana, tão fácil de se emocionar, diante do sofrimento, ou é covarde, refugiando-se facilmente na morte, ou é de uma impassibilidade monstruosa.” (tradução nossa)

No interior da raça branca haveria ainda algumas subdivisões. Entre elas, estariam no topo, distantes e no seu permanente pedestal, os arianos. O ariano é sempre “o melhor dos homens”, o mais esclarecido, dotado da mais alta inteligência e energia. Ao controlar suas paixões e impulsos materiais, o ariano é capaz de elevar-se ao mais alto grau de moralidade. O embrião da civilização sempre esteve, de acordo com o Conde, intrínseco ao sangue ariano, o que por sua vez não garante que todos os indivíduos dessa raça se encontrem em tão alto escalão. Aliás, parte da crítica de Gobineau ao mundo ocidental reside no fato de que muitos dos arianos praticam “atos tão repreensíveis quanto indivíduos de outras espécies” (Gobineau, 1853, p. 427).

Ainda assim, a contraditória tese do Conde afirmava que nem todas as misturas são prejudiciais. Através da miscigenação, os brancos foram capazes de elevar, ainda que não suficientemente, as raças negra e amarela⁴⁸, tal qual foi possível introduzir à raça branca o gene artístico fruto da sensibilidade da raça negra. Se por um lado a miscigenação fez do mulato mais capaz que seu avô negro (p. 239), ela também fez “dos Brâmanes da Índia primitiva, dos heróis da Ilíada ou dos guerreiros escandinavos, gloriosos fantasmas das mais belas raças, agora extintas”:

[...] Si donc les mélanges sont, dans une certaine limite, favorables à la masse de l'humanité, la relèvent et l'ennoblissent, ce n'est qu'aux dépens de cette humanité même, puisqu'ils l'abaissent, l'énervent, l'humilient, l'étêtent dans ses plus nobles éléments, et quand bien même on voudrait admettre que mieux vaut transformer en hommes médiocres des myriades d'êtres infimes que de conserver des races de princes dont le sang, subdivisé, appauvri, frelaté, devient l'élément déshonoré d'une semblable métamorphose, il resterait encore ce malheur que les mélanges ne s'arrêtent pas ; que les hommes médiocres, tout à l'heure formés aux dépens de ce qui était grand, s'unissent à de nouvelles médiocrités, et que de ces mariages, de plus en plus avilis, naît une confusion qui, pareille à celle de Babel, aboutit à la plus complète impuissance, et mène les sociétés au néant auquel rien ne peut remédier. **C'est là ce que nous apprend l'histoire**⁴⁹ (Gobineau, 1853, p. 199).

Gobineau recorre à história e encontra nela a verdade, toda civilização tem sua origem na raça branca, “o ramo mais ilustre da espécie” (Gobineau, 1853, p. 199), e a impiedosa marcha

⁴⁸ Esta análise constitui a tese que o conde elabora no artigo produzido sob encomenda para Dom Pedro II, trataremos de investigá-la no terceiro capítulo.

⁴⁹ “Se, portanto, as misturas são, dentro de certo limite, favoráveis à massa da humanidade, elevando-a e enobrecendo-a, é apenas às custas dessa mesma humanidade, pois a abaixam, a irritam, a humilham e a matam em seus elementos mais nobres; e mesmo que se admitisse que é melhor transformar miríades de seres insignificantes em homens medíocres do que preservar raças de príncipes cujo sangue, subdividido, empobrecido, adulterado, se torna o elemento desonrado de uma metamorfose semelhante, ainda restaria o infortúnio de que as misturas não param; de que os homens medíocres, antes formados às custas do que era grande, se unem com novas mediocridades, e de que desses casamentos, cada vez mais degradados, nasce uma confusão que, como a de Babel, termina na mais completa impotência, e conduz as sociedades a um vazio que nada pode remediar. Isto é o que a história nos ensina.” (tradução nossa)

do tempo faz com que a miscigenação, apesar de elevar espíritos, destrua, pouco a pouco, a pureza como se conhecia. Logo, o fim da história é, para Gobineau, ainda mais claro que o começo: as infindáveis raças, sucessivamente mais distantes da civilidade, levariam a humanidade à sua própria ruína, arraigada no cerne de sua própria criação.

Tal premissa explicaria também, de acordo com o Conde de Gobineau, o que esteve por trás da constante supremacia do mundo ocidental, o eterno “centro do mundo” (Gobineau, 1853, p. 395), que representava para ele o:

[...] échiquier où les plus grands intérêts sont venus se débattre. C'est un lac qui a constamment débordé sur le reste du globe, parfois le ravageant, toujours le fertilisant. C'est une sorte de champ aux cultures bariolées où toutes les plantes, salubres et vénéneuses, nutritives et mortelles, ont trouvé des cultivateurs⁵⁰.

Isso acontece precisamente porque no mundo oriental o elemento ariano miscigenou-se somente entre si, ao passo que os negros e os amarelos fizeram o mesmo, sem inter cruzarem-se, o que mais uma vez comprova a fundamentalidade do *tipo* ariano para o processo civilizatório.

“*L’histoire humaine est semblable à une toile immense. La terre est le métier sur lequel elle est tendue*”⁵¹ (Gobineau, 1855, p. 539), é assim que Gobineau dá início ao seu último capítulo, a conclusão geral de sua obra, publicada em 1855, no sexto volume do *Essai*. A história é para ele um instrumento científico, do qual emana a compreensão das variedades da nossa espécie. Seu esforço no decorrer da obra fora precisamente o de aproximar a história do campo das ciências naturais, aplicando a precisão ao estudo das civilizações no tempo. A instrumentalização da história é que dá o direto a Gobineau de utilizar-se do passado para elaborar um prognóstico ao futuro. Se o passado comprova que a superioridade do sangue ariano já se diluiu de tal forma que não mais é capaz de “sustentar o edifício de nossa sociedade” (Gobineau, 1855, p. 526), o futuro reserva o que ele chama de *caput mortuum*, ou seja, *restos sem valor*.

As nações converter-se-iam em “rebanhos humanos”, que, “sobrecarregados por uma sonolência monótona viverão como búfalos ruminantes nas poças estagnadas dos pântanos” (Gobineau, 1855, p. 527). Em outras palavras, o progresso das civilizações chegará ao fim, e o homem “conhecerá sua marcha vacilante rumo à decrepitude” (p. 529). Por isso, a pergunta do

⁵⁰ “[...] um tabuleiro de xadrez, onde os maiores interesses vieram lutar. É um lago que constantemente transbordou para o resto do globo, às vezes devastando-o, sempre fertilizando-o. É uma espécie de campo com culturas variadas onde todas as plantas, saudáveis e venenosas, nutritivas e mortais, encontraram cultivadores.” (tradução nossa)

⁵¹ “A história humana é semelhante a uma vasta tela. A terra é o tear sobre o qual ela está esticada.” (tradução nossa)

século não seria quando morreremos, mas sim se chegaremos à nossa morte absolutamente degenerados. A resposta é, portanto, óbvia, já que, conforme a miscigenação avança, a humanidade retrocede. No último parágrafo de sua tese, Gobineau, já resignado, fornece-nos o resultado:

Mais la religion elle-même ne nous a pas promis l'éternité, mais la science, en nous montrant que nous avons commencé, semblait toujours nous assurer aussi que nous devions finir. Il n'y a donné lieu de s'étonner ni de s'émouvoir en trouvant une confirmation de plus d'un fait qui ne pouvait passer pour douteux. La prévision attristante, ce n'est pas la mort, c'est la certitude de n'y arriver que dégradés ; et peut-être même cette honte réservée à nos descendants nous pourrait-elle laisser insensibles, si nous n'éprouvions, par une secrète horreur, que les mains rapaces de la destinée sont déjà posées sur nous⁵² (Gobineau, 1855, p. 563-564).

⁵² “Mas a religião em si não nos prometeu a eternidade, enquanto a ciência, ao nos mostrar que começamos, sempre pareceu também nos assegurar que devemos terminar. Portanto, não há motivo para se surpreender ou se comover ao encontrar uma confirmação adicional de um fato que não poderia ser considerado duvidoso. A triste previsão não é a morte, mas apenas a certeza de chegarmos até ela degradados; e talvez até mesmo essa vergonha reservada para nossos descendentes poderia nos deixar indiferentes, se não sentíssemos, por um horror secreto, que as mãos ávidas do destino já estão sobre nós.” (tradução nossa)

2 – GOBINEAU E O FUTURO DO BRASIL MESTIÇO

Pretende-se neste capítulo introduzir o olhar para o contexto brasileiro da segunda metade do século XIX, momento de maior circulação das teorias raciais de cunho científico e de desmonte da instituição escravista. Trabalha-se aqui com a hipótese de que o jargão científicista ganhava mais aderência no Brasil, em concomitância com os processos legais de recuo do regime escravista, uma vez que a necessidade de um novo, e moderno, discurso para o fomento da desigualdade fazia-se imperativa. Isto é, a ciência encarregava-se de construir novas hierarquias raciais, garantindo que as populações negras e miscigenadas permanecessem às margens da sociedade. Foi precisamente nesse contexto que Gobineau veio ao Brasil em missão diplomática e observou a diversidade e, portanto, degradação racial, intangível na Europa, onde o espectro étnico era majoritariamente, se não quase que absolutamente, branco.

Trataremos, portanto, de analisar as proposições de Arthur de Gobineau sobre o Brasil através do artigo escrito por ele sob encomenda de Dom Pedro II – *L'Émigration au Brésil: l'Empire du Brésil à l'Exposition Universelle de Vienne* (1874, *apud* Readers, 1988) – por meio de um conjunto de correspondências escritas e adereçadas ao Conde, com enfoque nas trocas entre o diplomata francês e o Imperador brasileiro, e de recortes de relatórios enviados por Gobineau para o Ministério das Relações Exteriores da França. A partir desse conjunto documental, será possível observar o prognóstico de Arthur de Gobineau para a nação brasileira.

Apesar da curta estada no Brasil e do desprezo do Conde de Gobineau por nossa *gente miúda*⁵³, é relevante investigar a convergência entre seu discurso e a prática racista e pretensamente civilizatória que visava erguer uma nação moderna no Brasil. Buscamos tecer uma relação entre os postulados teóricos de Gobineau a respeito das questões de raça, nação e civilização e a equação construída pela intelectualidade brasileira que pressupunha o desenvolvimento nacional por meio da sobreposição de raças e do projeto de branqueamento através da imigração.

A questão racial, tão engendradora na formação e no desenvolvimento do Brasil, tem na obra do Conde uma importante aliada, que anuncia ao mundo a necessidade de *novas almas*⁵⁴ capazes de civilizar os corpos e as mentes de uma sociedade rumando à barbárie étnica. Nesse

⁵³ Caracterização presente em carta que Gobineau envia à sua esposa em 1869 ao atracar na Bahia. No documento ele escreve ainda: “[...] todo esse povinho miúdo, escuro, ri a solta colocando à mostra os dentes reluzentemente brancos, entre o vermelho-escuro dos lábios que se destacam sobre a pele negra. É uma algazarra e um vozerio característicos de uma escola de rebuliço” (*apud* Readers, 1988, p. 40).

⁵⁴ Termo que Gobineau utiliza em seu artigo para se referir aos europeus que migrariam ao Brasil.

sentido, a questão da miscigenação torna-se pauta essencial ao tratar das hierarquias raciais brasileiras. A premissa gobiniana de que a mistura entre as raças estaria conduzindo civilizações ao fracasso encontra terreno fértil no Brasil. Conclui-se, portanto, que o projeto de branqueamento vai muito além de uma questão fenotípica ou puramente biológica, ele estaria no cerne da construção nacional brasileira. Nas palavras de Seyferth (1996, p. 43):

A miscigenação se transformou em assunto privilegiado no discurso nacionalista brasileiro após 1850, vista como mecanismo de formação da nação desde os tempos coloniais e base de uma futura raça histórica brasileira, de um *tipo* nacional, resultante de um processo seletivo direcionado para o branqueamento da população. Como consequência, será assunto obrigatório na discussão da política migratória.

2.1 Gobineau e os brasileiros

Ao descobrir ainda em Atenas que seria mandado para o Brasil a serviço da diplomacia francesa (1869), e após algum período tentando transgredir o cargo, Gobineau escreve à sua irmã Caroline, em 1868, demonstrando sua frustração: “Querem enviar-me como ministro ao Brasil. [...] Creio que mereço outra coisa, e sou capaz de prestar serviços mais relevantes em questões de maior vulto” (*apud* Raeders, 1988, p. 22). No mesmo documento, ele explica que o problema não é a distância, e sim a compreensão de que seu trabalho não seria devidamente valorizado na América: “Não prefiro nenhum posto a outro, contanto que não se trate da América” (*apud* Raeders, 1988, p. 23).

Foi com esse sentimento de derrota que Gobineau saiu da Grécia, no dia 20 de julho de 1869. Ele optou por deixar a família em Trye e veio ao Brasil acompanhado de seu camareiro, do Visconde de la Marlière, um jovem secretário da delegação francesa e mais dois adidos, os senhores de Montgomery e de Roquette. Em fevereiro de 1869, o navio atracou em Lisboa, para então seguir em direção à Bahia. “Mal desembarcamos, e já vimos negros, negras, negrinhos, de todos os matizes, correndo, passando e caminhando” (*apud* Readers, 1988, p. 40), escreveu ele para sua esposa em março de 1869. Gobineau se impressionou com a beleza natural baiana, ainda que de imediato tenha se espantado com os tons diversos da população. Finalmente, o Conde chegou ao Rio de Janeiro, onde cumpriria seu posto.

São muitas as correspondências em que Gobineau confessa impressionar-se com a natureza carioca, ainda assim, ele admite que a paisagem deixa a desejar se comparada a Constantinopla, que, tão bonita quanto, conta com todo o “esplendor do Oriente”. Arthur de Gobineau se instala no Hotel dos Estrangeiros, no Catete, “uma espécie de Champs-Élysées do

Rio” (*apud* Raeders, 1988, p. 53), de acordo com ele. Em carta à esposa, o Conde diz gostar muito do bairro, que conta com ruas largas, jardins elegantes, bondes recém-instalados e iluminação a gás. O que mais lhe perturba no cotidiano carioca é, sem dúvida, o clima⁵⁵, além dos insetos e dos bichos (baratas, sapos, morcegos e cobras parecem-lhe os piores). “É um país bonito, embora só fale aos olhos e pouco diga ao coração” (*apud* Raeders, 1988, p. 57), ele escreve a Marie Dragoumis em abril de 1869.

Em relação aos “negócios políticos”, Gobineau afirma serem “inexistentes”⁵⁶ no Brasil, ele se espanta com a precariedade das demais delegações estrangeiras e se beneficia da pouca demanda de trabalho⁵⁷. Raeders (1988) enfatiza que, de acordo com as correspondências enviadas por Gobineau ao Ministério das Relações Exteriores, os temas sobre os quais debatia a delegação francesa eram restritos e, por vezes, banais. O Conde mandava notícias a respeito da Guerra⁵⁸, fazia menções ao tratado de extradição entre Brasil e França e discorria sobre o processo legal de abolição da escravidão.

Durante os meses em que viveu na capital carioca, o Conde reclamou também da ínfima vida social, uma vez que os teatros eram poucos, os bailes desanimados e a maioria dos jovens brasileiros estava na Guerra do Paraguai. Conde de Gobineau acompanhava com curiosidade as manifestações religiosas e visitava algumas igrejas no Rio de Janeiro. Ele não acreditava que o brasileiro fosse dotado de forte sentimento religioso e caracterizava como grotescas as demonstrações de fé que observava. Em carta à sua madrinha, ele resume suas impressões a respeito do cenário religioso no Brasil: “É sublime, tanto quanto possível pagão, e de uma infantilidade inominável” (*apud* Raeders, 1988, p. 71).

As observações de Gobineau acerca do cotidiano brasileiro nos são relevantes na medida em que explicitam seu olhar sobre a sociedade. Diferente de tudo aquilo que observara na Europa, o Brasil contava não somente com ricas paisagens naturais, mas também com um conjunto étnico extremamente heterogêneo. Nas décadas anteriores à vinda do Conde para o Brasil, enquanto produzia seu *Essai*, ele jamais havia se deparado com um povo de tantas cores.

⁵⁵ Ele escreve para sua esposa no dia 29 de maio de 1869: “Passa-se o tempo num nevoeiro opaco, preto ou cinzento, no vento, e numa espécie de calor que, sem ser excessivo, é úmido e entorpecedor; uma temperatura de estufa. Enfim, não é um clima agradável (*apud* Raeders, 1988, p. 54).

⁵⁶ Descrição contida em carta a Marie Dragoumis, datada de 27 de setembro de 1869

⁵⁷ Apesar de doente em maio de 1869, ele escreve uma carta a esposa relatando seu dia a dia: “Minha vida aqui não é complicada. Passo a vida retirado no meu magnífico e enorme salão, tendo diante dos olhos o maior e mais extraordinário panorama do mundo, montanhas, mar infinito, florestas sublimes e lindos palacetes”. (*apud* Raeders, 1988, p. 56),

⁵⁸ Em maio de 1869, o Consulado da França em Assunção fora saqueado por tropas brasileiras que ocupavam a cidade. Desde então, Gobineau esteve encarregado de exigir explicações a despeito do ocorrido, junto ao Governo.

O Brasil representaria, portanto, uma demonstração empírica de um conjunto de premissas até então meramente teóricas a respeito da raça e, sobretudo, da miscigenação.

O Brasil, na perspectiva de Gobineau, enfrentava dois desafios fundamentais: o primeiro consistia na carência de um passado medieval, isto é, a ausência de uma civilização passada que contasse com grandes feitos históricos; o segundo, e mais significativo, residia no alto grau de miscigenação da população brasileira. A esse respeito, ele escreve em carta a Carolina de Gobineau, em 19 de abril de 1869:

Uma população toda mulata, com sangue viciado, espírito viciado e feia de meter medo [...] Nenhum brasileiro é de sangue puro; as combinações dos casamentos entre brancos, indígenas e negros multiplicaram-se a tal ponto que os matizes de carnção são inúmeros, e tudo isso produziu, nas classes baixas e nas altas, uma degenerância do mais triste aspecto. [...] Já não existe nenhuma família brasileira que não tenha sangue negro e índio nas veias; o resultado são compleições raquíticas que, se nem sempre repugnantes, são sempre desagradáveis aos olhos (*apud* Raeders, 1988, p. 90).

No que tange à conformação da população brasileira, alguns pontos merecem atenção. O primeiro deles é a expressiva presença de populações miscigenadas que constituem a nação desde os primórdios da colonização. De acordo com o censo de 1872 (produzido somente dois anos após a conclusão do ofício diplomático de Gobineau no Brasil), 38,1% da população era branca, 19,6% preta, 38,2% parda e 3,9% indígena. Assim, pretos e pardos somados, fossem eles libertos ou escravizados, contabilizavam quase 60% do contingente populacional brasileiro (Chalhoub, 2012). No segundo volume do seu *Essai*, publicado em 1855, Gobineau defende a premissa de que “a reunião de todos os tipos degenerados dá e dará necessariamente origem a novas “desordens étnicas” (Gobineau, 1853, p. 536), fato esse que ele acredita ter comprovado durante sua estada no Rio de Janeiro.

Em consonância com o *espetáculo da mestiçagem*⁵⁹, tão caro àqueles que pretendiam traçar os rumos da nação brasileira, destacam-se os discursos em torno do escravismo, que, do ponto de vista institucional, começa a se desmontar a partir da segunda metade do século. Em 1850, foi aprovada a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico negreiro (e que, diferentemente das regulamentações de 1831 e 1835, mostrou-se eficaz na redução da entrada de escravizados no país). Aliada ao fim do tráfico, a Lei de Terras, datada do mesmo ano, garantia que as terras se mantivessem nas mãos de senhores brancos, o que, por sua vez, operava no sentido de fixar as populações negras e miscigenadas recém-libertas às margens da sociedade. Destacam-se aqui também as consequências desencadeadas pela Guerra do

⁵⁹ Denominação utilizada por Schwarcz (1993), ao referir-se ao Brasil do século XIX.

Paraguai, entre elas a presença de escravizados no Exército Imperial, borrando a fronteira entre as atividades próprias para pessoas livres e para as escravizadas. Sinal esse que também aponta para o colapso e a obsolescência do regime escravista.

O período em que Gobineau viveu no Rio de Janeiro representa, portanto, uma das últimas décadas do processo de abolição legal do escravismo, transformação essa que ele observou no cotidiano e comentou em muitas de suas correspondências e relatórios enviados ao Ministro das Relações Exteriores da França. Em um de seus relatórios, o Conde explica ao Ministro francês que o Imperador brasileiro está muito engajado no processo de alforria absoluta dos escravizados, ainda que considere “os apuros financeiros e as dificuldades políticas” (*apud* Raeders, 1988, p. 118) que poderiam derivar desse processo, entre os quais salienta a obrigação do Estado em indenizar os proprietários, fato esse que, de acordo com Gobineau, “ou arruinaria o Estado já arruinado, ou arruinaria os particulares já fortemente comprometidos” (*apud* Raeders, 1988, p. 119).

O problema da escravidão estava, para Gobineau, entremeado com a questão da miscigenação. Independentemente do sistema produtivo brasileiro, a população era toda mestiça, o que implicaria sua incapacidade de dar cabo a um projeto civilizatório sem que houvesse a introdução do elemento branco:

É preciso reconhecer que a maioria dos que chamamos *brasileiros* compõem-se de sangue mestiço, sendo mulatos e filhos de caboclos de graus distintos. Eles estão em todos os escalões sociais. O Senhor Barão de Cotegipe, atual Ministro das Relações Exteriores é mulato; no Senado há homens desta categoria; **em uma palavra, quem diz brasileiro diz, com raras exceções, homem de cor.** Sem entrar no mérito das qualidades físicas ou morais destas variedades, é impossível desconhecer que elas não são laboriosas, ativas ou fecundas. As famílias mestiças destroem-se tão rapidamente que certas categorias existentes há apenas vinte anos já não mais existem, como por exemplo os mamelucos. E, por outro lado, a grande maioria dos fazendeiros, cuja desagradável situação econômica expus-lhes ainda agora, vive num estado muito próxima da barbárie, no meio de escravos, e deles não e diferenciam nem por gostos mais sofisticados, nem por tendencias morais mais elevadas (*apud* Raeders, 1988, p. 119-120).

Nesse sentido, Gobineau conclui que a escravidão é um enorme empecilho ao futuro do país. Em termos de dinâmica do trabalho, o Conde entende que o brasileiro é uma raça preguiçosa que “jamais desejara trabalhar” (*apud* Raeders, 1988, p. 121) e, mesmo se dispostos, o aumento da concorrência estrangeira seria suficiente para enxugar a efetividade da produção cafeeira. Sob o ponto de vista da conformação populacional, o escravismo intensificara as intersecções raciais, comprometendo a civilidade dos brancos já acometidos por misturas. Nesse sentido, Gobineau acredita que, “assim como em todo o resto da América, no Brasil a

escravidão causou mais malefícios aos senhores de escravos do que aos próprios escravos” (*apud* Raeders, 1988, p. 121).

A questão do embranquecimento populacional não é um tema sobre o qual o intelectual francês se debruça com profundidade ao tratar do Brasil, ainda que, como veremos a seguir, defendesse essa premissa no seu artigo publicado em 1874. Parece-nos certo inferir que Gobineau pouco se preocupava com o futuro brasileiro (ou americano, diga-se de passagem), contudo, por conta de sua residência no Rio de Janeiro, ele não podia deixar de observar e comentar a degradação que observava na população.

A realidade brasileira confere, nesse sentido, certa originalidade ao discurso gobiniano, capaz de materializar a abrangência da hierarquia racial teorizada no *Essai*. Assim, as impressões que o Conde revela a respeito do Brasil em suas correspondências e relatórios institucionais demonstram seu desgosto generalizado pelo continente americano e lhe parecem confirmar o prognóstico de extinção das civilizações através da mestiçagem, até porque, a não ser pelas vivências adquiridas por meio da diplomacia, Gobineau não conduziu pesquisas de teor experimental, pelo contrário, ele se atinha às bibliotecas.

Gobineau deveria permanecer em seu cargo no Rio de Janeiro por quatro anos, mas sua estada foi curta, de março de 1869 a maio de 1870. Segundo Raeders (1938), o motivo oficial de sua partida foi sua saúde debilitada por uma febre persistente, cujo tratamento com doses excessivas de quinino o deixava extremamente irritado e prejudicava sua audição.

Entretanto, um incidente envolto em mistério parece ter sido determinante para sua rápida saída do Brasil. Em julho de 1869, após uma apresentação teatral, de acordo com a versão de Gobineau, ele teria agredido fisicamente, com duas bofetadas e puxões de barba, um homem que o enfrentara após o Conde ter chamado a sua atenção para que não empurrasse a consulesa-geral da Holanda. O homem em questão era o Dr. Vicente Cândido Figueira de Sabóia, futuro Visconde de Sabóia e genro do diretor da Faculdade de Medicina, Conselheiro Cruz Jobim. No dia seguinte, Gobineau teria enviado seu adido à casa do médico com uma mensagem propondo um duelo, mas o oponente recusou. A repercussão do episódio foi desfavorável a Gobineau, que, segundo seus próprios relatos, recebeu recados afirmando que no Brasil, em vez de duelar, bastava pagar alguns multos para eliminar o desafeto (Raeders, 1988).

Uma outra versão do episódio, relatada por Afrânio Peixoto, sugere que o jovem médico teria se irritado com Gobineau devido ao fato de o Conde ter olhado insistentemente para sua esposa durante o espetáculo (Raeders, 1988, p. 174). Independentemente de qual versão seja verdadeira, o fato é que, seja por ter sua vida ameaçada, pela febre persistente ou por ambos os

motivos, o Imperador, amigo de Gobineau, interveio para que ele retornasse à França junto da esposa (a quem, aparentemente, nada contou sobre o incidente), dirigindo-se ao castelo de Trye.

2.2 Gobineau e Dom Pedro II: Simbá e o Rei na terra dos macacos

A chegada de Gobineau no Brasil é descrita por ele mesmo como o momento em que *Simbá*, personagem principal de *As Mil e Uma Noites*, atraca em uma terra desconhecida repleta de paisagens exuberantes e grotescos macacos. Depois de muito andar a esmo, Simbá avista um palácio que pertenceria ao rei daquele povo, lá ele encontra finalmente um homem, “e este homem lia o Alcorão. De modo que não apenas encontrara um ser da sua espécie, mas um ser com quem podia se entender” (*apud* Raeders, 1988, p. 78). Ora, se em tal alegoria Gobineau é o protagonista *Simbá* e os brasileiros são representados pelo bando de macacos selvagens, Dom Pedro II só poderia ser o rei, o único homem civilizado naquela terra.

Apesar das mazelas com as quais se depara o Conde no Rio de Janeiro, ele mesmo admite que não esperava encontrar no Imperador brasileiro figura tão erudita, com a qual estabeleceria uma verdadeira amizade. A relação entre essas duas figuras é para os fins desta dissertação relevante material de trabalho. Em primeiro lugar porque a existência de um monarca como Dom Pedro II representava para Gobineau uma contradição discursiva. Em um país cuja população era toda mestiça e fadada ao desaparecimento, ele encontrara um homem capaz de materializar as virtudes da raça ariana. Em segunda instância, como veremos mais a fundo no tópico seguinte, foi a relação entre os dois que fez com que Gobineau aceitasse a encomenda do Imperador brasileiro para produzir um artigo incentivando a vinda de imigrantes europeus ao Brasil. E, por fim, a forma como Arthur de Gobineau enaltece Dom Pedro II corrobora seu sentimento monarquista e romântico, fazendo com que seu desprezo pela França do pós-revolução se tornasse ainda mais patente, afinal, como poderia um país americano contar com um nobre de tamanha ilustração, ao passo que sua pátria ruía diante dos ideais republicanos.

Antes mesmo de apresentar suas credenciais e as de seus companheiros da diplomacia, Gobineau já encontrava o Imperador pelo menos duas vezes por semana e passava de três a quatro horas em sua companhia, a única pessoa com quem podia “realmente conversar” (*apud* Raeders, 1988, p. 78). Em carta a Zoé Dragoumis, de 29 de maio de 1869, o Conde explica como se davam as tais conversas:

Falamos de tudo e mais alguma coisa, e nem sempre estamos de acordo. Quando a discussão esquenta, peço desculpas, mas ele roga que eu continue. Ele é muito mais liberal do que eu: aliás, é sua profissão; mas o que ele sabe é impressionante, e o que lê, extraordinário. Ele me atormenta com as matemáticas, mas creio que jamais conseguirá me enfronhar nos algarismos. Quem faria meus livros e minhas estátuas (*apud* Raeders, 1988, p. 79).

Em carta à sua esposa, o Conde explica que, apesar das discordâncias, o Imperador insistia para que ele não deixasse de expressar suas opiniões. Ele relata que já percebera os sinais que indicavam a discordância de Dom Pedro II, que “lança-me sem uma palavra um certo olhar de soslaio, carregado de um orgulho e de uma frieza tipicamente castelhanos, e cheirando à casa da Áustria, com a qual tem laços de sangue”⁶⁰. De acordo com Raeders, o Imperador não concordava com o pessimismo do Conde, contudo, Ludwig Schemann esclarece que as divergências entre ambos, via de regra, resultavam no estreitamento de sua amizade.

Gobineau relata que, durante as visitas oficiais, na presença das demais delegações estrangeiras, o Imperador tratava-o com certa distância e profissionalismo, o que, de acordo com o Conde, servia para não provocar ciúmes nos outros diplomatas. Contudo, nos momentos de suas visitas semanais, às segundas e quintas-feiras, os dois tratavam-se como amigos e dirigiam-se aos salões e às bibliotecas do palácio para discutir literatura, política nacional⁶¹ e internacional e anedotas pessoais. “Minha verdadeira ocupação – escreve à senhora Gobineau no dia 7 de abril de 1869 – é o relacionamento com o Imperador.” Gobineau sente-se “lisonjeado e agradecido” ao saber que “não há antecedentes de um tratamento assim desde que o Brasil é Brasil” (*apud* Raeders, 1988, p. 85), referindo-se à forma como o Imperador o considerava.

Dom Pedro II e o Conde eram quase da mesma idade na época, o primeiro estava com 47 anos e o segundo, com 53, fator esse que também estreitou os laços entre os dois, com vivências temporais similares. Ao amigo austríaco Prokesch-Osten, Gobineau escreve que “o Imperador é o príncipe mais inteligente e erudito que existe; leu e lê de tudo: história, poesia, linguística” (*apud* Raeders, 1996, p. 18). A bagagem intelectual e acadêmica do monarca brasileiro cativara Arthur de Gobineau, que, mesmo após sua saída do Rio de Janeiro, continuou se correspondendo com Dom Pedro, até poucos meses antes de sua morte, em outubro de 1882.

Através do compilado de correspondências organizado por Georges Raeders em sua obra publicada em 1938, é possível analisar o caráter das trocas entre Dom Pedro e Gobineau. Correspondiam-se mensalmente e relatavam suas rotinas de trabalho, as angústias cotidianas,

⁶⁰ Carta à Senhora de Gobineau, 4 de maio de 1869.

⁶¹ Em carta a sua esposa, o Conde afirma que ele e Dom Pedro II discutiam muito a respeito da emancipação dos escravizados brasileiros e sobre as possibilidades para a política migratória ao Brasil. De acordo com Gobineau, o Imperador demonstrava especial interesse em trazer alemães católicos para povoar o Brasil (Raeders, 1988, p. 84).

trocavam comentários e observações sobre obras literárias e pediam notícias frequentes um do outro. A amizade entre os dois parecia ter se consolidado de tal forma que Gobineau alegava perceber através das palavras escritas pelo Imperador quando ele estava triste ou apreensivo. Preocupado com o tom do amigo em sua mais recente carta, Gobineau escreve a Dom Pedro de Estocolmo, no dia 15 de setembro de 1873:

Peut-être je me trombe mais, quand on aime on lit entre les lignes et il peut fort bien arriver qu'on y trouve ce qui j'y mets ainsi n'y soit pas. Mais il me semble qu'il y a un peu de mélancolie dans la pensée de Votre Majesté, un peu d'ennui et peut-être bien aussi, un peu de fatigue dans sa santé⁶² (Raeders, 1938, p. 455).

Ainda em Estocolmo, no ano seguinte, depois de finalizar sua mais recente obra, *Les Pleiades*, Gobineau envia o livro a Dom Pedro. O Conde afirma que, apesar do caráter violento, essa representaria sua melhor produção, e alega que o público também parece ter recebido a obra com a mesma sensação. Ademais, ele conta que se ocupa dos estudos da obra de Darwin, no intuito de dialogar com seus postulados na segunda edição do *Essai*, que estaria a caminho: “*Je suis fort occupé en ce moment d'étudier Darwin pour analyser son système dans la 2^e Edition de mon Essai sur l'Inégalité des Races à laquelle je travaille. Je mettrai l'ouvrage au courant de ce qu'on a appris ou proposé depuis sa première apparition*”⁶³ (Raeders, 1938, p. 473).

Dom Pedro II concorda com o diagnóstico de Gobineau a respeito de *Les Pleiades*, e afirma que de fato esse é o melhor trabalho do Conde. Em carta ao amigo francês datada do dia 4 de outubro de 1874, o Imperador pede a Gobineau que não gaste seu tempo combatendo as “fantasias” de Darwin, e sim se ocupe de produzir seus textos: “*Vous savez déjà que je ne suis pas Darwiniste, et je ne comprends même où veulent aboutir ces Messieurs*”⁶⁴ (Raeders, 1938, p. 486).

Em 1876, o Conde recebe autorização do governo francês para deixar seu posto e se encontrar com Dom Pedro II, que faria uma longa viagem pela Europa. Eles vão a Rússia, Constantinopla e Grécia, até que o Imperador segue viagem somente com a esposa em direção

⁶² “Talvez me engane, mas quando se tem amizade, lê-se nas entrelinhas e pode-se muito bem acontecer que se veja o que não existe e desejo em extremo que não seja como estou pensando. Mas, me parece que há um pouco de melancólica no pensamento de Vossa Majestade, um pouco de aborrecimento e, talvez também um pouco de cansaço.” (tradução nossa)

⁶³ “Estou muito ocupado no momento estudando Darwin para analisar seu sistema na 2ª edição do meu *Essai sur l'Inégalité des Races*, no qual estou trabalhando. Atualizarei a obra com o que foi aprendido ou proposto desde sua primeira publicação.” (tradução nossa)

⁶⁴ “Você já sabe que não sou darwinista, e nem mesmo entendo aonde esses senhores querem chegar.” (tradução nossa)

ao Oriente. Em 1877, ele retorna à Europa e, em Paris, reencontra o amigo Gobineau que o acompanha como um guia da cidade, de acordo com Raeders (1938).

Dom Pedro conhecia os problemas de saúde que acometiam o Conde e tinha clareza do insucesso de suas obras (não à toa, ele encomendara o artigo *L'Émigration au Brésil*, que trataremos no tópico seguinte). Ciente de suas necessidades financeiras e de como a valorização do trabalho de Gobineau afagaria seu ego, o monarca brasileiro encomenda uma de suas esculturas. Após a separação definitiva da esposa, Gobineau se dirige à Itália, onde a paixão pela escultura floresce, e ele passa a dedicar boa parte do seu tempo a isso. Em Roma, produz uma enorme estátua em mármore para o Imperador e espera ansioso pelas impressões do amigo: “*Je suppose que lorsque cette lettre arrivera à Votre Majesté, la statue sera arrivée ou bien près d’arriver. Je ne puis assez dire combien je suis désireux de savoir l’impression que l’aura accueillie*”⁶⁵(Raeders, 1938, p. 564).

A partir de 1880, a visão de Gobineau encontrava-se já muito debilitada. Por isso, sua caligrafia fica cada vez menos compreensível e os textos para Dom Pedro tornam-se mais curtos e menos frequentes: “*Je ne peux pas encore travailler car je continue à avoir des yeux pour ne pas voir comme les Idoles des Anciens. [...] Mais que de peine quand on n’y voit pas ! Je n’ai jamais rien fait de si difficile*”⁶⁶ (apud Raeders, 1938, p. 596). Em 1881, nem mesmo a escultura era uma opção para Gobineau, que, quase totalmente cego, pouco podia fazer para se ocupar. Em uma de suas últimas cartas para o monarca brasileiro, o Conde relata suas frustrações com a Europa, que se encontrava em irreversível decadência: “*Le choses sont tristes en Europe comme le voit Votre Majesté. Tout cela finira certainement mal et pour tout le monde. C’est l’inconvénient de vivre dans un temps d’épuisement et de décadence. Je ne vois pas comment on pourrait se tirer d’affaires*”⁶⁷ (apud Raeders, 1938, p. 606).

Apesar de considerar Dom Pedro o monarca “mais liberal” que já vira, Gobineau aprendeu a admirá-lo mesmo diante das discordâncias. Ainda que a população brasileira estivesse absolutamente contaminada pelos males da mistura racial, o Conde encontrou na figura do Imperador a erudição típica da pureza. As correspondências revelam, portanto, um traço já conhecido e fundamental do pensamento gobiniano: o apego pelo passado e por um universo monárquico moldara sua construção teórica de tal forma que a civilização,

⁶⁵ “Suponho que, quando esta carta chegar a Vossa Majestade, a estátua terá chegado ou estará prestes a chegar. Não posso expressar o quanto estou ansioso para saber a impressão que ela terá causado.” (tradução nossa)

⁶⁶ “Ainda não posso trabalhar pois continuo tendo olhos para não ver como os Ídolos Antigos. [...]. Mas que dificuldade quando a gente não vê o que faz! Nunca trabalhe com tanta dificuldade.” (tradução nossa)

⁶⁷ “As coisas estão tristes na Europa, como Vossa Majestade pode ver. Tudo isso certamente terminará mal e para todos. Esse é o inconveniente de viver em uma época de esgotamento e decadência. Não vejo como poderíamos nos sair bem.” (tradução nossa)

caracterizada pela pureza racial, caminharia em consonância com a lógica aristocrática. A erudição do Imperador representaria para o Conde um típico atributo das raças superiores, ainda que em uma *terra de macacos*.

Os diálogos entre Gobineau e Dom Pedro II revelam ainda que o Brasil não era o único cujo prognóstico desapontava. A França e a Europa como um todo caminhavam em direção à decadência moral e política, tendo em vista os processos miscigenatórios e o desmonte da instituição monárquica. Nesse sentido, destacamos aqui que o desprezo gobiniano pela população brasileira reflete suas frustrações com seu país de origem, ao passo que o inverso também é verdadeiro. Não se pode perder de vista o caráter aristocrático da crítica gobiniana, isto é, a ideia de que o mundo moderno testemunhava a destruição de instituições e formas de vida que fortaleciam a pureza racial ariana. Diante desse cenário, Gobineau constata viver em uma *época de esgotamento e decadência*, demonstrando novamente o pessimismo com o qual a humanidade haveria de se deparar.

2.3 *L'Émigration au Brésil* (1874) e os caminhos para o progresso nacional brasileiro

Como fruto da admiração e do apreço de Gobineau pelo Imperador brasileiro, e claramente ciente de que a aliança com tal figura traria benefícios políticos e pessoais, o Conde escreve em 1873 um artigo intitulado *L'Émigration au Brésil: l'Empire du Brésil à l'Exposition Universelle de Vienne*, no qual faz um elogio à nação brasileira com o intuito de incentivar a imigração europeia para o Brasil. Em 25 de dezembro de 1873, Gobineau escreve de Estocolmo a Dom Pedro II:

[...] J'ai suspendu mes travaux ordinaires pour m'occuper d'un article développé et raisonné sur la statique du Brésil. Il est déjà un peu avancé et je le destine au *Correspondant*. Je le fais au point de vue de l'émigration et m'appuie sur un fait intéressant qui se passe à cette heure, ici, et en Allemagne. C'est le retour de nombreux émigrants qui ont quitté les Etats-Unis après avoir vainement essayé de s'y faire une place. Il m'a semblé que l'occasion était favorable pour exposer et faire ressortir les mérites et la richesse d'un pays où ne se trouvent pas les inconvénients dont les émigrants ont eu à se plaindre. Je ne puis dire tout le plaisir que j'éprouve à m'occuper de choses de nature à plaire un peu à l'Empereur. Cette statistique du Brésil est d'un extrême intérêt. C'est un ouvrage clair, précis, simple oule faite sont présentés avec une simplicité qui répond de leur bonne foi et où la somme des mérites est présentée de façon à produire l'impression la plus heureuse sans qu'aucun artifice de langage. Sy ajoute. Il y a peu de pays sur lesquels on possède um bilan aussi net de la situation et je me réjouis infiniment que le Brésil soit du nombre de ces régions si parfaitement appréciées. Je ferai de mon mieux dans mon travail pour conserver le caractère de

réalité à tout ce que j'aurai à emprunter à la statistique. J'espère envoyer l'article à Paris vers le 15 janvier⁶⁸ (*apud* Readers, 1988, p. 464-465).

Deparamo-nos nesse ponto com um fator importante. Trabalhar com uma obra produzida sob encomenda é uma empreitada desafiadora. Parece-nos razoável assumir que Gobineau escreveria no artigo aquilo que seduziria os olhos do monarca brasileiro, sobretudo quando constatamos a dissonância entre a publicação de 1874 e os postulados do *Essai*. Ademais, é sabido que Gobineau enfrentava sérios problemas financeiros na década de 1870, principalmente após a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), que ocasionara a perda do castelo de Trye. Nesse momento da vida, ele já encontrava dificuldades para enxergar (em decorrência de doença que enfrentaria até sua morte, em 1882) e havia experienciado algumas comorbidades enquanto residia no Rio de Janeiro, o que o debilitara ainda mais. Sua carreira diplomática, que também representava uma sucessão de fracassos (tendo em vista como os destinos para os quais fora mandando pouco o agradavam), caminhava para o fim, e ele já se aventurava no ramo da escultura, o que não lhe traria fama ou lucro. Ou seja, diante dos desafios de ordem financeira, pessoal e profissional, o pagamento que ele receberia pela produção do artigo de 1874 adquire relevância ímpar, o que para nós significa que tal produção representa uma operação historiográfica digna de certa dúvida.

Ainda assim, o artigo, uma obra pouco explorada se comparada com as demais produções de Gobineau, pode nos fornecer importantes escopos de análise. Pretendemos neste tópico esmiuçar o panorama tecido por Gobineau a respeito do que ele observa e prevê para a sociedade brasileira, contrastando seu diagnóstico com a realidade. Além disso, espera-se questionar, em segunda instância, em que medida o prognóstico pessimista vislumbrado para o Brasil também dialoga com as frustrações do Conde com seu país e continente de origem.

Em 13 de fevereiro de 1874, Gobineau escreve a Dom Pedro II contando que acaba de enviar um artigo ao *Le Correspondant*. Ele afirma ter utilizado pesquisas e dados estatísticos

⁶⁸ “Interrompi meus trabalhos habituais para ocupar-me de um artigo desenvolvido sobre a estatística do Brasil. Ele já está um pouco adiantado e eu o destino ao *Correspondant*. Faço-o sob o ponto de vista da emigração e baseando-me no fato interessante que se passa atualmente, aqui e na Alemanha. É a volta de numerosos emigrantes que deixaram os Estados Unidos depois de terem tentado em vão arranjar uma colocação. Pareceu-me que a ocasião era favorável para expor e fazer realçar os méritos e a riqueza de um país onde não se vê os inconvenientes de que se podem queixar os emigrantes. Não posso dizer todo o prazer que experimento em ocupar-me de coisas que possam interessar um pouco ao Imperador. Essa estatística brasileira é de grande interesse. É um trabalho claro, preciso, singelo onde os fatos são apresentados com uma simplicidade que responde por sua boa-fé e em que a soma dos méritos é exposta de maneira a produzir a impressão mais feliz sem acrescentar nenhum jogo de linguagem. Bem poucos são os países sobre os quais se tenha um balanço tão nítido da situação, e felicito-me infinitamente que o Brasil esteja no número dessas regiões tão apreciadas. Em meu trabalho farei o possível para conservar o caráter de realidade a tudo o que tiver de emprestar a estatística. Espero enviar o artigo a Paris lá para 15 de janeiro.” (tradução nossa)

para debater a questão migratória e espera que o Imperador possa utilizar-se do documento em favor do Brasil. Na carta, Gobineau coloca:

En général, il me semblerait que si Votre Majesté souhaite avoir soit des ouvriers soit des émigrants suédois et norvégiens de différentes catégories, la chose est faisable. Mais il serait bon de la faciliter en créant des agents consulaires sur différents points en les choisissant un peu actifs. [...] Il me semble qu'il serait intéressant de chercher à détourner sur le Brésil une émigration qui se compose, en général, de gens solides, laborieux et nullement révolutionnaires⁶⁹ (*apud* Raeders, 1988, p. 467-468).

Percebemos rapidamente por meio da carta que, além de discorrer acerca da iminência da imigração europeia para o Brasil em seu artigo, Gobineau também se propõe a debater quais tipos de imigrantes o Imperador poderia considerar vantajosos. No documento supracitado, ele cita suecos e noruegueses, frisando a importância de buscar pessoas “fortes, laboriosas e distantes dos ideais revolucionários”. Retomando a premissa do *Essai* de que, embora a pureza não mais existisse em seu auge, o sangue ariano ainda corria nas veias de alguns povos pelo globo. No decorrer da obra, Gobineau cita os escravos e garante ao leitor que esses ainda carregam, apesar de diluída, a grandeza de seus antecessores.

Gobineau encubava um enorme desprezo pelo continente americano, não somente pelo Brasil. Ele vem ao Rio de Janeiro a contragosto, ciente de que não poderia barganhar o cargo, tendo em vista as recentes recusas de postos anteriores. A antipatia pelo Brasil se dava nessa conjuntura, contudo, não podemos deixar de lado sua aversão generalizada pelo Novo Mundo. Se era o Velho Mundo “uma dama nobre e real, repleta de gênio e de espírito; a outra [o Novo Mundo] é uma bonita donzela inculta e selvagem que não sabe ler nem escrever” (*apud* Raeders, 1988).

Ele inicia seu artigo explicando que o processo migratório como um todo havia sofrido algumas transformações nos últimos anos, o que ele intitula de *curiosa revolução*. Argumenta que a década de 1870 constitui um momento de virada, na medida em que a busca de melhores oportunidades e qualidade de vida nos Estados Unidos se mostrava uma empreitada não tão frutífera, seja pela grande concorrência ou pela ausência de hospitalidade dos americanos.

Além disso, o Conde considera que o ano de 1873 é marcante para o debate migratório, haja vista que o processo de repatriamento na Europa aumentava circunstancialmente, isto é, populações que outrora haviam emigrado agora retornavam ao seu continente de origem e,

⁶⁹ “Em geral, julgo que se Vossa Majestade desejar ter operários ou imigrantes suecos e noruegueses de diferentes categorias, é possível arranjar-se. Mas seria bom facilitar os meios criando agentes consulares em diferentes pontos e escolhendo gente ativa. [...] Parece-me que seria interessante procurar atrair para o Brasil uma imigração que se compõe, em geral, de gente forte, laboriosa e que em absoluto não tem ideias revolucionárias.” (tradução nossa)

ainda assim, não encontravam a hospitalidade e as oportunidades com que antes se deparavam. Nesse ponto, já podemos identificar as frustrações de Gobineau com o continente europeu, onde “as combinações étnicas, distribuídas por todos os pontos geográficos do território” (Gobineau, 1855, p. 516), teriam produzido a completa corrupção física e moral das civilizações.

Esses são fatores que levam Gobineau (1874, *apud* Raeders, 1988, p. 219) a crer que “o movimento de emigração vai-se modificar e transportar as massas ambulantes para outros pontos do continente ocidental”. Então, o autor sugere que o leitor considere o Brasil enquanto destino possível para construir seu futuro, lá ele encontraria “a prosperidade à qual aspira”. A partir desse momento, Gobineau parte para uma longa arguição que engloba elementos políticos, climáticos, geográficos, econômicos e populacionais para persuadir os estrangeiros a imigrar para o Brasil, uma terra que dependeria dessa massa branca e europeia para sobreviver. A tese do Conde é, portanto, a de que, apesar de grandes riquezas naturais e econômicas, além de um governo estruturado e bem-intencionado, o Brasil precisava de *novas almas*.

É importante ressaltar aqui que, no seu *Essai* (1853-1855), o Conde avalia que a miscigenação entre as raças representa um caminho sem volta, o verdadeiro motivo da decadência das grandes civilizações. Por isso, é estranho observar o discurso do Conde no artigo apresentado no congresso de Viena. Realmente, a única explicação plausível parece residir no seu apreço pelo Imperador brasileiro, que lhe encomendara tal obra. Ainda assim, seu discurso caminha em absoluta consonância com um determinado imaginário da época e carrega em si um relevante potencial, seja no que tange ao seu engendramento nos meios intelectuais brasileiros, seja na possibilidade de convencer, por meio de sua retórica, imigrantes europeus a optarem pelo Brasil.

Por ocasião da Exposição Universal de Viena, o Governo Brasileiro teve razão em preocupar-se com estas incertezas disseminadas na opinião pública [...]. Agora, tem-se os meios de saber, com a mais rigorosa e satisfatória exatidão, o que é o Brasil, como ele é governado, sob que regime vive, e pode-se compreender, a partir de quesitos de sua brilhante opulência, aqueles que lhe permitirão um desenvolvimento ainda maior no futuro (Gobineau, 1874, *apud* Raeders, 1988, p. 221-222).

Gobineau se utiliza de dados concretos para elaborar sua tese. Ele cita a vastidão dos portos (42) e o avançado sistema de navegação a vapor, a hidrografia perfeita para navegação e os projetos em andamento para conectar algumas das principais vias fluviais. A abundância fluvial brasileira estaria destinada, nas palavras do Conde, a “protagonizar importante papel na história econômica” (Gobineau, 1874, *apud* Raeders, 1988, p. 224), prometendo consideráveis riquezas. Além disso, ele chama atenção para os constantes esforços do Governo brasileiro em

explorar cada vez mais as grandes bacias (Amazonas, Pará e São Francisco) e os principais rios do país. Entre os esforços científicos de “homens de reconhecido mérito” para desbravar o território brasileiro, o Conde destaca Agassiz⁷⁰, “cuja magnífica exploração do Amazonas produziu para a ciência benefícios de primeira grandeza” (Gobineau, 1874, *apud* Raeders, 1988, p. 224).

De fato, do ponto de vista do desenvolvimento urbano e industrial, a segunda metade do século XIX é marcada por importantes processos, sobretudo no Rio de Janeiro, onde vive Gobineau. As grandes reformas que tiveram início na década de 1850, entre elas a expansão de linhas férreas, o desenvolvimento de portos, a criação de armazéns e o aumento do capital estrangeiro, operam também no sentido de suplantando o caráter escravocrata do Rio de Janeiro e do Brasil como um todo, em prol da modernização, o que, por sua vez, representa mais uma forma de atrair imigrantes europeus (Andreatta, 2006).

Em seguida, Gobineau se propõe a discorrer sobre o clima brasileiro, que encontra condições bem variadas no decorrer do ano. Apesar do incômodo proporcionado pelo calor e pela umidade (ele mesmo reclama constantemente das altas temperaturas durante a sua estada no Rio de Janeiro, em 1869), esse é, pois, um fator fundamental no combate a doenças. O Conde explica que o Brasil sofreu e ainda sofreria com epidemias como a cólera e a febre amarela, que, por sinal, foram trazidas do continente europeu, mas convém notar que o clima é “extremamente saudável e favorece o desenvolvimento da vida humana” (Gobineau, 1874, *apud* Raeders, 1988, p. 226), impedindo que os vírus se tornem endêmicos. Ademais, o alto volume de chuvas também influi positivamente não somente na saúde da população, como no processo reprodutivo da fauna e flora, aumentando ainda a capacidade nacional de produção de alimentos, oportunidades comerciais e riquezas.

Contudo, por conta da imensidão da natureza brasileira, Gobineau argumenta que a ação humana ainda é pouco notada diante da amplitude da *mata virgem*:

O império é tão grande e a população relativamente tão pequena que a natureza ainda pertence, por assim dizer, a si mesma, produzindo-se, desperdiçando-se e gastando-se de forma quase ignorada e desprezada [...]. Tudo se cala, porque aqui o reino vegetal é absoluto, e não tem concorrentes (Gobineau, 1874, *apud* Raeders, 1988, p. 212-213).

Pois é justamente o *reino vegetal absoluto* que garante ao Brasil um potencial econômico como nenhum outro, explica o Conde: a madeira, a borracha, a tinturaria, a baunilha,

⁷⁰ Intelectual suíço, já mencionado no primeiro capítulo desta tese, esteve no Brasil no século XIX e dedicou-se a estudar a origem das diferenças humanas, defendendo a hierarquização científica por meio das raças.

noz-moscada, cacau, as frutas, entre tantas outras riquezas com as quais se produzem alimento, moradia, qualidade de vida e acúmulo financeiro. Em seguida, ele menciona a atividade mineradora, afirmando que o Brasil é uma terra abundante em diamantes, ouro, prata, cobre, estanho, chumbo, manganês etc. Além de estarem espalhadas por todo o território, o Governo concedeu total liberdade para a pesquisa dessas pedras, que, diga-se de passagem, seriam superiores em disponibilidade e qualidade em relação às pedras encontradas na Suécia e na Dinamarca (Gobineau, 1874, *apud* Raeders, 1988). Ele destaca ainda que tal potencial minerador garante excelentes condições para o processo de industrialização brasileiro, que já caminha a passos significativos.

Apesar de exaltar as belezas naturais, é possível observar a crítica incutida nesse pretenso elogio. De fato, Gobineau se impressiona com a vegetação brasileira, contudo, diante de uma população degenerada e desprovida de moral, esses recursos não somente sobrepõem-se à própria ação humana como ficam aquém do seu potencial de geração de lucros, não pela ausência de esforços do Governo, mas pela falta de populações capazes de trabalhar rumo ao progresso:

Quando uma terra é assim dotada, é irrevogável que, num tempo determinado, seu destino seja se tornar o centro de uma importante aglomeração da raça humana. Apta a responder todas as necessidades e satisfazer todas as ambições, podendo também facilitar o desenvolvimento numérico das populações e garantir-lhes a riqueza destinada a elevar sua inteligência e a aperfeiçoar seu estatuto social, na medida em que o valor intrínseco da raça domiciliada possa se prestar a isso, uma terra semelhante desse necessariamente atrair todos os que, entre os homens, têm sede de trabalho frutuoso e de bem-estar assegurado (Gobineau, 1874, *apud* Raeders, 1988, p. 239).

Gobineau escreve que, depois de realizar algumas pesquisas (ele não menciona onde ou como encontrou os dados), verificou que naquele ano, 1873, havia um total de 11.780.000 habitantes no Brasil, e desses a maioria estava concentrada no litoral, sobretudo no Rio de Janeiro (600.000 habitantes). Contudo, ele mesmo afirma que é possível duvidar desses dados, na medida em que não se tem total conhecimento dos métodos de pesquisa adotados para aglomerá-los. É então que o Conde menciona que existem outras estimativas que apontam que a população brasileira não passaria de 9 milhões de habitantes, número esse que, nos últimos 30 anos, havia sofrido uma redução de mais de 1 milhão de pessoas (novamente, ele não menciona a forma de coleta desses dados).

Assim, ele começa a consolidar as bases teóricas para a defesa de sua tese: por alguma razão (que ele trataria de explicar em seguida), a população brasileira sofreu, de acordo com suas pesquisas, um considerável decréscimo de mais de 1 milhão de pessoas. Chamamos

atenção para essa premissa, uma vez que em seu *Essai*, ainda no primeiro volume publicado em 1853, Gobineau afirma que um dos processos mais facilmente detectáveis a partir da miscigenação racial é justamente a redução quantitativa de contingentes populacionais “puros”, o que mais uma vez apontaria em definitivo para a degeneração dos brasileiros.

De acordo com o Conde, o aumento no grau de miscigenação da população e a difusão dos *tipos* negros e indígenas geraram uma diminuição do genótipo português e branco como um todo. Ele afirma que em muitos cenários o processo de miscigenação racial, além de gerar um número limitado de gerações, produz populações “estéreis e inviáveis que desaparecem antes de darem à luz, ou então deixam rebentos que não sobrevivem”:

É inquestionável que, antes de cinquenta anos, todos os mulatos do Haiti terão desaparecido. No Brasil, acabamos de ver que um período de trinta anos roubou um milhão de almas (Gobineau, 1874, *apud* Raeders, 1988, p. 241).

Novamente, em consonância com sua grande obra, o *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-1855), a tese apresentada a respeito da população brasileira não diverge em termos teóricos do diagnóstico acerca das populações arianas, que não transcorreram a história ílesas das misturas raciais:

La supériorité relative tend constamment à disparaître ; la part de sang Aryen, déjà tant de fois subdivisée, qui subsiste encore dans nos régions et qui seule soutient l'édifice de notre société, s'approche chaque jour des limites de son absorption. Le principe blanc, contenu en chaque homme en particulier, sera dans une proportion de 1 pour 2, une proportion triste qui, en tout cas, suffirait à paralyser son action⁷¹ (Gobineau, 1855, p. 526).

Diante desse cenário, Gobineau (1874, *apud* Raeders, 1988, p. 241) continua com uma previsão fatalista de futuro para o Brasil:

[...] podemos concluir que, se um período de trinta anos custou um milhão de habitantes ao Brasil, os nove milhões nos quais acredito terão desaparecido completamente, até o último homem, no final de um período de 270 anos.

Contudo, ele rapidamente se corrige, explicando que a degeneração das gerações brasileiras aconteceria em um intervalo de tempo mais acelerado do que o esperado. Então,

⁷¹ “A relativa superioridade tende constantemente a desaparecer; a parte do sangue Ariano, já tantas vezes subdividida que ainda existe em nossas regiões, e que por si só sustenta o edifício de nossa sociedade, está se movendo a cada dia em direção aos extremos de sua absorção. O princípio branco, contida em cada homem em particular, estará na proporção de 1 para 2, uma proporção triste que, de qualquer forma, bastaria para paralisar sua ação.” (tradução nossa)

conclui que “em menos de 200 anos, na verdade, veremos o fim da posteridade dos companheiros da Costa de Cabral e dos imigrantes que o sucederam. Aliás, o Brasil já se acostumou a tal espetáculo” (Gobineau, 1874, *apud* Raeders, 1988, p. 241).

Existiria, porém, uma forma de reverter a catástrofe premeditada no Brasil, essa é, pois, a motivação para a produção do artigo: em vez de se reproduzirem entre si, os brasileiros deveriam diluir os *elementos daninhos* através da aliança com raças de mais valor, aquelas advindas da Europa. De acordo com Gobineau, a vinda de europeus para o Brasil e a consequente difusão dos genes brancos poderiam restabelecer a raça, melhorar as condições de saúde pública, restaurar a índole moral e, portanto, renovar a sociedade brasileira. Esse problema é apresentado pelo Conde como um embate entre a civilização e a barbárie, e ele afirma que é necessário sonhar com a civilização dos selvagens como quem almeja a moralização dos criminosos, ato esse que “demonstra esperança e generosidade por parte do que vos escreve”.

Gobineau retoma a tese do seu *Essai* para justificar a imperatividade do desaparecimento das populações negras e indígenas, afirmando que “o espírito de uma raça não se metamorfoseia enquanto continua a ser ela mesma, e se esta raça entra em contato com uma potência estrangeira e mais forte, é triste dizer, não se se assimila à outra: morre ou desaparece” (Gobineau, 1874, *apud* Raeders, 1988, p. 243). Essa situação agrava-se por conta do sistema escravista, instituição que, de acordo com o autor, jogou contra o espírito moderno brasileiro, atrasando e desfavorecendo a nação. Ele explica que o anseio pela extinção desse sistema vinha não somente da Europa como ainda do soberano brasileiro (a quem ele tece muitos elogios por seu senso de justiça e sua responsabilidade para com o povo). Como os demais países americanos já haviam demonstrado, o sistema escravista representaria um atraso dos pontos de vista econômico e social, uma vez que a massa de trabalhadores africanos estaria condenando a população à barbárie racial, o que ele também defende nos seus relatórios oficiais para o Ministério francês⁷².

Gobineau defende, contudo, que existe um motivo plausível para a espera que antecipa o processo de abolição, na medida em que o sistema escravista afeta diretamente a produção do café, cultura mais importante do Brasil do XIX. Ele argumenta que é natural que a população e até mesmo seu líder tenham receios para com a abolição, afinal, sem os escravizados, a

⁷²Fundamental destacar que o Conde, assim como outros intelectuais da época, posiciona-se contra a escravidão não por algum tipo de consciência social, ao contrário, ele acredita que a mão de obra escravizada representa um atraso do ponto de vista do mundo moderno do trabalho e sob a perspectiva da raça, afinal, sua tese é a de que o genótipo negro é degenerado e precisa ser extinto.

produção de café seria comprometida. O Conde levanta duas grandes questões que explicariam a permanência do regime escravocrata, mas logo em seguida afirma que elas podem ser e estão sendo solucionadas.

A primeira delas seria, nas palavras de Gobineau (1874, *apud* Raeders, 1988, p. 244), “a incapacidade do negro para o trabalho voluntário”, minando qualquer possibilidade de libertá-los. A segunda é a “impossibilidade de substituir este trabalhador, nas latitudes quentes, por operários da raça branca”. Mas a experiência vivida nos últimos anos provou que seria necessário reconsiderar esses argumentos. Ele explica que os negros emancipados não se mostraram tão hostis ao trabalho e que os operários brancos não apenas conseguiam trabalhar nos trópicos sem grandes riscos à sua saúde, como eram capazes de produzir com mais eficácia que os africanos (ele cita aqui o exemplo dos portugueses dos Açores):

Hoje, em vários locais do Brasil faz-se a cultura do café com emigrantes europeus que dão conta do recado perfeitamente bem, deixando prever no futuro resultados ainda mais satisfatórios (Gobineau, 1874, *apud* Raeders, 1988, p. 245).

Esse é, pois, elemento preponderante no imaginário brasileiro da segunda metade do século XIX. A ideia de que os negros seriam incapazes de trabalhar sob um regime de liberdade por conta da sua *má índole* permeia os estudos científicos e antropológicos do período (Schwarcz, 1993, p. 31-62), uma vez que a biologia de toda e qualquer população estaria necessariamente vinculada ao seu caráter, honestidade, disposição para o trabalho, entre outros fatores que compõem a subjetividade humana. Assim, o mesmo vale para os europeus, sobre os quais, apesar do alto grau de civilidade, ainda restavam dúvidas relativas à sua força e aptidão física.

Diante dos fatos, Gobineau explica que o Imperador pôde colocar em prática suas intenções e, em 28 de setembro de 1871, aboliu a escravidão, ao promulgar a Lei do Ventre Livre, declarando que ninguém mais nasceria escravo no Brasil. A partir da década de 1870, o Conde argumenta que a prática de alforria espontânea por parte dos senhores estaria tornando-se cada vez mais usual, na medida em que o governo proporcionava as condições necessárias para garantir a estabilidade dos produtores. Ele alega também que as condições de trabalho dos escravizados atenuara-se com o passar dos anos, permitindo inclusive que eles realizassem algum tipo de trabalho assalariado para arrecadar dinheiro e comprar sua própria alforria (dados esses que se provaram absolutamente equivocados para a historiografia brasileira do século XIX).

Diante dessa situação, Gobineau (1874, *apud* Raeders, 1988, p. 246) explica que:

[...] deu-se uma transformação gradual sem e abalos sem perigos para a segurança pública. E, como o número total de escravos não chega, em todo o Império, a 1,4 milhão, e anualmente diminuiu em proporção crescente, pode-se prever, num futuro próximo, o momento em que o Brasil terá unicamente habitantes livres. Em nenhum lugar a questão foi resolvida tão habitualmente. [...] O Brasil continua a aumentar sensivelmente sua produção e sua prosperidade, ao mesmo tempo que realiza uma transição tão temida e, de fato, tão temível.

O argumento defendido por Gobineau no decorrer de sua produção é de que, apesar de prejudicado pela miscigenação e pelo aumento das populações degeneradas, o Brasil teria ainda uma perspectiva de futuro. Observamos, nesse sentido, que a ciência racalista preconizada por Gobineau e por tantos outros intelectuais do século XIX torna-se, ante o contexto brasileiro, um importante ator para o processo de construção nacional.

Para o Conde, uma nação pode ser descrita como “o círculo mais ou menos extenso no qual se exerce, de uma forma ou de outra, uma soberania distinta” (Gobineau, 1853, p. 146), isto é, um heterogêneo conjunto que abriga sociedades diversas sob uma única estrutura de poder. Diante do enunciado de que a desigualdade é inerente aos seres humanos, Gobineau compreende que nem todas as sociedades carregariam em si o *devoir* de se tornar nação, uma vez que essa pressupõe um conjunto heterogêneo que, paradoxalmente, só pode ser atingido através da miscigenação. Encontramos aqui uma relevante definição: o processo pelo qual uma sociedade tornar-se-ia uma nação seria, pois, a definição de desenvolvimento. Esse, por sua vez, ocorreria mediante aquilo que Gobineau denomina como *lei de repulsão*, que consiste na capacidade de um povo de interditar cruzamentos e desacelerar o processo miscigenatório.

As nações originam-se, portanto, do processo de miscigenação, mas se é esse a gênese, é também a escatologia que leva à *degeneração*. Ao trabalhar com os primeiros volumes da obra de Gobineau, Helga Gahyva (2012, p. 135) explica que uma civilização degenerada “era aquela na qual não mais se fazia presente a vitalidade de seus fundadores, fenômeno este que representaria o fim do longo processo ilustrado”. Em sua origem, as civilizações organizaram-se de acordo com as estruturas da raça dominante, que, portanto, construiu a nação e trabalhou em prol do desenvolvimento e contra a degeneração.

Diante do seu próprio paradoxo, o intelectual francês argumenta sobre a necessidade de um equilíbrio racial para que uma nação pudesse cumprir com seu potencial civilizador. Ainda que a heterogeneidade estivesse pressuposta para a construção nacional, o processo de homogeneização racial acontecia de forma ambígua, já que difundia a “lógica de uma mesma

raça” e, ainda assim, “diminuía as chances de desenvolvimento civilizacional” (Gobineau, 1855, p. 224).

Ao debruçar-se sobre a civilização europeia, Gobineau destaca os alicerces capazes de explicar seu presente. São eles: a influência do cristianismo e o contato com as tribos germânicas (Gahyva, 2012, p. 138). Para o Conde, o cristianismo teve papel crucial no desenvolvimento da civilização, uma vez que, enquanto vertente religiosa, objetiva atingir apenas a vida espiritual dos fiéis, sem nenhuma pretensão de transformar o mundo material (Gobineau, 1853, p. 200)

A respeito dos povos germânicos, Gobineau acredita que, “onde o elemento germânico nunca penetrou, não há civilização ao nosso modo” (Gobineau, 1853, p. 227). Assim, a influência germânica era, para ele, prerrogativa necessária para a civilização. Contudo, nem mesmo a Europa esteve a salvo da miscigenação, e Gobineau reconhecia que nem todo europeu era puro e civilizado como os germânicos. Assim, encontramos sentido na empreitada defendida por ele em uma de suas cartas ao Imperador brasileiro, quando afirma serem os noruegueses e os suecos as populações ideais para a difusão de seus genes entre os menos civilizados (Gobineau, 1874, *apud* Raeders, 1988), na medida em que se constata que o Brasil não dispunha em seu contexto de um elemento racial de tamanho porte.

O projeto de compreender e, portanto, forjar nações era um imperativo no universo ocidental. No Brasil, inventar uma nação que, de acordo com a intelectualidade de 1870, não existia perpassava também pelo moderno discurso cientificista. Do ponto de vista da heterogeneidade populacional, o Brasil poderia representar para o Conde uma nação, uma vez que ele mesmo alega que uma civilização com elementos raciais distintos é aquela sob a qual repousa o instinto nacional. Contudo, o paradoxo da miscigenação seria também verídico ao tomarmos como verdade tal premissa: assim como a mistura entre as raças forja uma nação, ela submete *tipos* superiores à degeneração ao se misturarem com raças bárbaras. Portanto, se é verdade que o Brasil se constituía como nação, é certo também que estaríamos caminhando para a degradação.

Se para Gobineau a equação nacional consiste no processo de miscigenação de civilizações e sobreposições de raças superiores como motor do desenvolvimento, no Brasil a equação estrutura-se de forma que as teorias cientificistas, aliadas ao projeto político racial de incentivo à imigração, resultariam no processo de formação e consequente desenvolvimento nacional. Portanto, como explica Seyferth (1996, p. 43), o resgate da teoria gobiniana foi imprescindível para aqueles que, apoiados no darwinismo social, pensavam o nacionalismo e, assim, atribuíam sua decadência aos excessos de mestiçagem.

No Brasil, alia-se ao debate cientificista a necessidade imperante do desmonte do sistema escravista, observado pelos intelectuais do período como entrave para o desenvolvimento nacional. Assim, deve-se adicionar à equação da nação brasileira a necessidade do trabalho livre, em detrimento das massas negras escravizadas. Se a imigração europeia seria a chave para o desenvolvimento, o trabalho escravo representa um entrave do ponto de vista econômico e étnico, até porque as grandes propriedades decorrentes do regime escravocrata e agrário minam os esforços de imigração espontânea, colocando também o território como pauta do debate nacionalista (Alonso, 2002). Aliás, os esforços do governo brasileiro para o incentivo da vinda de imigrantes e o processo legislativo de desmonte da instituição escravista datam da década de 1850, não coincidentemente, momento em que Gobineau está teorizando o conceito de desenvolvimento nacional, e a intelectualidade brasileira faz o mesmo. Como explica Chalhoub (2012, p. 47):

Ao final do século [XIX], a ideia de civilização estava ligada à de trabalho livre; à superação da escravidão associavam-se imagens de progresso industrial e tecnológico, aperfeiçoamento das instituições financeiras, expansão de mercados, mobilidade voluntária de trabalhadores, aquisição de direitos civis e políticos, crescimento das cidades.

A mistura racial brasileira, de acordo com a intelectualidade da segunda metade do século XIX, fora conveniente para garantir as bases da vida econômica do país, e teve como “vantagens a aclimação ao novo meio, a civilização das raças menos avançadas e a preparação da possível unidade das gerações futuras” (Seyferth, 1996, p. 51), tal qual diagnosticou Gobineau a respeito do processo de origem das civilizações. Por outro lado, e novamente em consonância com o paradoxo gobiniano, a miscigenação foi também a grande responsável pela degradação da sociedade. Processo esse que se agrava no Brasil, onde, como diagnosticou o Conde, não há vestígios de um passado glorioso como o francês.

Raça, desenvolvimento e nação são, portanto, conceitos que se entrelaçam no decorrer do século e que constituem a resposta suma para o progresso. São esses os firmamentos teóricos de Arthur de Gobineau que ecoam no contraditório cenário brasileiro, operando não somente como instrumentos repositores de desigualdades, mas também como sustentáculos do futuro nacional.

3 – ARTHUR DE GOBINEAU E SÍLVIO ROMERO: DIÁLOGOS E SILÊNCIOS

Este capítulo surgiu, em primeiro momento, como uma breve nota de rodapé. Ao buscar a influência do pensamento gobiniano sobre a elite intelectual brasileira da segunda metade do século XIX, figuras como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha emergiram como personagens que, de uma forma ou de outra, pareciam ter entrado em contato com a obra do Conde ao formularem seus respectivos retratos e prognósticos de Brasil. Contudo, mediante um aprofundamento bibliográfico, nota-se que, apesar de pouco citado na obra de Romero, Arthur de Gobineau aparece de forma significativa nos postulados romerianos, ainda que pela ausência.

Sílvio Romero, personagem também contraditório, esteve engajado na difícil tarefa de reconhecer o povo brasileiro como agente histórico, colocando toda a população não branca na mira dos discursos científico-racialistas (Schneider, 2019, p. 30-31). Embora fosse o *manancial teórico* romeriano semelhante aos de sua geração, o sergipano se destaca por buscar no *caos étnico* (como descreveria Gobineau) a singularidade brasileira, encontrando também na mestiçagem a resposta suma para suas perguntas.

Caio Prado Júnior (2007, p. 50) indica o ano de 1850 como “o ponto de partida de toda a evolução posterior brasileira”, esse foi o momento de acolhimento das novas ideias científicas por parte da intelectualidade brasileira. Nesse sentido, reforçamos que o Conde de Gobineau não foi a única figura cuja influência marcou o pensamento brasileiro da segunda metade do século XIX. A Antropossociologia assentada por Lapouge, Quatrefages, Ammon e Topinard, o determinismo pregado por Buckle e Taine (que foram também referências para o Conde) e todo o jargão evolucionista e darwinista influíram na elite letrada ao solidificar as bases do pensamento nacional (Costa Filho, 2013, p. 119-121).

Pretendemos neste capítulo, portanto, estabelecer um diálogo entre as premissas teóricas de Gobineau e a produção de Sílvio Romero, por meio de algumas obras do intelectual sergipano, são essas: *História da Literatura Brasileira* (1888), *O Elemento Português* (1902), *Estudos sobre a Poesia Popular Brasileira* (1879-1880), *Realidades e Ilusões no Brasil* (1979) e a obra compilada *Provocações e Debates* (1910). Construimos aqui uma rede que conecta as obras de Romero do *Essai* e do artigo de 1874 do Conde. Tal diálogo concretiza-se não somente pelas menções explícitas de Romero a Gobineau, ou pela instrumentalização de suas teorias raciais; também se materializa por meio de afastamentos e certas negociações teóricas operadas por Sílvio Romero ao manusear a obra do Conde.

Através desse processo, busca-se demonstrar em que medida esse *bando de ideias novas*, nas palavras de Sílvio Romero (1888, p. 23), preconizadas por figuras como Arthur de Gobineau, constituem-se como elemento fundamental no Brasil, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, quando o conjunto da intelectualidade se propõe a pensar o futuro de uma nação absolutamente miscigenada. Para tanto, realizamos aqui um trabalho de mapeamento da teoria gobiniana dentro da obra de Romero e pretendemos evidenciar, assim, onde está Arthur de Gobineau em Sílvio Romero.

3.1 Sílvio Romero: intérprete do Brasil mestiço

Sílvio Romero (1851 - 1914) foi um dos principais intelectuais brasileiros de seu tempo. Nascido em Lagarto - SE, Romero foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras (1897), foi eleito deputado no seu estado em 1875, professor de Filosofia no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e autor da *História da Literatura Brasileira* (1888), até hoje considerada sua obra mais importante. Sua produção intelectual abrangeu áreas diversas, incluindo Sociologia, Filosofia, Ciência Política, Direito, além de contribuições substanciais aos estudos literários, históricos e da cultura popular.

Egresso da Escola de Recife e associado à transição antirromântica adotada pelos intelectuais de sua época, Sílvio Romero buscava desafiar as estruturas arcaicas que observava no Brasil. Seu objetivo era promover novos paradigmas intelectuais que pudessem fundamentar intervenções políticas e sociais necessárias para a superação da escravidão e do sistema imperial, vistos como símbolos de atraso. A ciência adquire, portanto, papel fundamental em sua empreitada, seria ela a responsável por fornecer os meios para conduzir o Brasil rumo à modernidade e ao progresso civilizacional:

O positivismo filosófico francês, o naturalismo literário da mesma procedência, a crítica realista alemã, o transformismo darwiniano e o evolucionismo de Spencer começaram a espalhar-se em alguns círculos acadêmicos, e uma certa mutação foi-se operando na intuição corrente. Todos os anos crescia o número de combatentes; foram eles os primeiros que no Brasil promoveram a reação seguida e forte contra o velho romantismo transcendental e metafísico (Romero, 1888, p. 61).

Mais do que narrar a história da literatura no Brasil, Romero pretendeu narrar a própria nação. Utilizando-se das bases teóricas do cientificismo e empregando um tom militante e modernizador, ele produziu um tratado a respeito da cultura e da sociedade brasileira, do qual

emerge, de acordo com Schneider (2011, p. 168), “uma imagem de Brasil, inevitavelmente generalizante, ora dispersa e contraditória, oral sutil e profunda”. Nesse sentido, Antônio Candido chama atenção para o caráter contraditório da teoria romeriana:

Na verdade, a contradição era o seu modo próprio de viver o pensamento, tanto assim que, em vez de paralisá-lo ou fazê-lo voltar atrás, ela o fazia ir para a frente. As suas ideias não se propunham como desenvolvimento linear e consequente, mas como vaivém, retomada incessante, tensão de opostos, visão simultânea do verso e do reverso, - o que pode ferir exigências lógicas, mas enriquece o senso da realidade. Sob este aspecto, havia algo dialético no jogo das suas ideias e opiniões, que, se não chegavam a uma síntese satisfatória, permitiam sempre alguma conclusão interessante, graças ao entrechoque por vezes antinômico, mas vivo das proposições, jogadas como pedras (Candido, 1999, p. 24).

Para Romero, investigar a literatura sem antes compreender o país seria uma tarefa impossível. Assim, o primeiro volume da obra *História da Literatura Brasileira* (dos quatro que a obra agrega) dedica-se exclusivamente à análise da população e da sociedade brasileira. Nesse cenário, a mestiçagem torna-se protagonista de seu estudo. E, em consonância com a intelectualidade ocidental do XIX, Romero diagnosticou a indubitável superioridade do homem branco, em detrimento das demais raças. Ainda assim, a mestiçagem possuía na teoria romeriana significativo valor para a nação brasileira em construção.

Embora aceitasse as teorias de desigualdade racial, Romero não interpretava a miscigenação como um fator de degeneração, uma visão amplamente difundida em seu tempo e defendida por figuras como o Conde de Gobineau. Essa dualidade é central em sua obra, em que a autoridade científica, que desaprova a miscigenação, defronta-se com seu compromisso nacionalista, que busca reconhecer a mestiçagem como uma característica histórica e inegável da sociedade brasileira.

Em meio a um universo no qual as teorias científicas necessariamente permeiam o trilhar do progresso nacional, Romero aparece como um dos primeiros intelectuais a afirmar categoricamente a condição mestiça da sociedade brasileira, alegando que essa seria produto inexorável da mistura das três raças (Romero, 1888). O intelectual adere aos pressupostos da época e entende como inquestionável a presença de raças humanas distintas, sabendo que haveria uma hierarquia entre elas e que os brancos estariam no topo. Política e biologia são para ele grandes aliadas no intuito de promover o desenvolvimento:

A política tem mais próximos parentescos com a biologia, que é uma vizinha, que lhe fica mais perto. Parece-me que os bons cálculos e as fortes propagandas podem dirigir as vontades das massas num sentido determinado e prestar na ciência social o mesmo serviço das culturas e criações artificiais na biologia (Romero, 1904, p. 313).

Apesar de valorizar e citar no decorrer de sua obra contribuições como as de Taine e Renan, Sílvio Romero garante que esses intelectuais estariam cometendo ainda um “erro consciente, arranjado e aplaudido” (Romero, 1888, p. 107), na medida em que alegam a inexistência de raças antropologicamente distintas e puras. Para ele, as grandes raças formadoras de nações (portuguesa, espanhola, francesa, alemã, inglesa etc.) representavam meras variedades da raça ariana, que, por sua vez, sofreu influências diversas do meio e de uma sucessão de processos históricos. O desafio para Romero repousava não na compreensão do processo de diferenciação da raça ariana, e sim na investigação das *divergências radicais* entre os arianos e as demais raças (Romero, 1888). No Brasil, ele constata a secular mistura entre a raça ariana, representada pelo elemento português, os indígenas e os negros, dando origem, assim, ao que ele chama de uma *raça histórica*:

De nós outros é que se pode dizer, desde já, e cada vez mais se poderá afirmar no futuro, que estamos formando uma raça histórica, em o sentido agora geralmente dado a esta expressão. Um fragmento da bela e valorosa raça ariana, já de si constituindo um caso disso que se chama de raça histórica (os portugueses), aliou-se a duas raças completamente diversas, sob todos os aspectos: os índios americanos e os negros d’África (Romero, 1888, p. 108).

Nesse sentido, a presença portuguesa no Brasil e sua capacidade de miscigenar-se com as demais raças representavam, para o intelectual sergipano, a maior ferramenta civilizatória nacional. O português, a quem devemos “a língua, a religião, o direito, a arte, a poesia, a literatura e todas as manifestações espirituais que nos fazem co-participantes da moderna cultura ocidental” (Romero, 1888, p. 108), fez do Brasil uma nação *lusio-americana* e, ao produzir cruzamentos com as raças que aqui habitavam, foi capaz de elevá-las a um estado mais civilizado, materializado, portanto, na figura do mestiço (Romero, 1902). Por isso, Romero pode afirmar que, sem sombra de dúvida, o futuro do Brasil repousa nas mãos *da gente de Camões* e que os esforços do governo deveriam dirigir-se exclusivamente ao incentivo da imigração portuguesa:

Dos portugueses não temos só a imitar o exemplo; é mister unirmo-nos a eles, chamá-los o mais possível a colaborar conosco. É a gente que mais nos convém; porque é aquela que constitui a base de nosso povo; [...]. É a que mais nos convém, porque teve o intuito superior de aliar-se às raças que encontrou no país, consideras por ela fundamentalmente colaboradoras e amigas, e as quais, dando-lhes a língua, equiparou a si, e chamou ao aconchego de suas famílias, à co-participação nos trabalhos diurnos, nos esforços de todas as horas. É, para dizer tudo de uma só vez, a que mais nos convém, por ser aquela que melhora as condições de nossa mestiçagem extensíssima, sem alterar a fisionomia histórica da nação (Romero, 1902, p. 211-212).

Tomando os postulados da ciência do século XIX como verdade, Romero pode afirmar que a humanidade é um gênero dividido em espécies variadas que coabitam entre si e produzem descendência fecunda (ao contrário do que Gobineau projetava), ainda que “não tão válidas como as da raça mãe” (Romero, 1888, p. 120). Aliás, Sílvio Romero dizia-se adepto do poligenismo de Morton, Nott, Agassiz, Littré e Broca. Reduzir todas as espécies humanas a uma só origem parecia-lhe “um exagero, ditado por uma velha preocupação ortodoxa” (p. 108). E, mais do que isso, a unidade das espécies humanas representava um fato positivo.

A miscigenação, no discurso romeriano, em um processo análogo à seleção natural, faz prevalecer, ao longo de algumas gerações, o tipo da raça mais numerosa e pura, sempre representada pelos arianos e, no caso do Brasil, pelos portugueses. Assim, ele concluiu, tal qual Gobineau, que já não havia quase famílias puramente arianas, e sim *brancos presumidos*. No Brasil, sua previsão era de que, dentro de dois ou três séculos, “a fusão étnica estaria completa e o mestiço bem característico” (Romero, 1888, p. 102).

O retrato de um Brasil mestiço é, para Romero, mais do que uma descrição da população, um potencializador da construção nacional, na medida em que discutir a nação pressupunha impreterivelmente debater o *povo* (Romero, 1888, p. 100). E, sobre o povo, a imagem constituía-se da seguinte forma:

A estatística mostra que o povo brasileiro compõe-se atualmente de brancos arianos, índios tupi-guarani, negros quase todos do grupo banto e mestiços destas três raças, orçando os últimos certamente por mais da metade da população. O seu número tende a aumentar, ao passo que os índios e negros puros tendem a diminuir. Desaparecerão num futuro talvez não muito remoto, consumidos na luta que lhes movem os outros ou desfigurados pelo cruzamento.

O mestiço, que é a genuína formação histórica brasileira, ficará só diante do branco quase puro, com o qual se há de, mais cedo ou mais tarde, confundir (Romero, 1888, p. 101).

Assim, a miscigenação aparece em Romero como elemento particularizante da sociedade brasileira que, por engendrar-se em todo o passado nacional enquanto herança viva da história colonial, não poderia ser desvinculado da construção do futuro. Se por um lado a tradição luso-portuguesa teria originado a denominada mescla “luso-afro-índia”, marca singular da sociedade brasileira, por outro ela seria ainda a gênese do atraso nacional, uma vez que, ao elevar raças inferiores, produz o regresso das raças superiores, tal qual diagnosticou Gobineau. Em suas palavras:

O mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de diferenciação nacional. Nossa psicologia popular é um produto desse estado inicial. Não quero dizer que constituiremos uma nação de mulatos; pois a forma branca prevalece e prevalecerá; quero dizer apenas que o europeu aliou-se a outras raças, e

desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que se confunde mais com o português e sobre o qual repousa nosso futuro (Romero, 1888, p. 132).

O maior mal do Brasil, escreve Romero em artigo de 1908, que não lhe era, porém, exclusivo, deriva do fato de que “pretendemos ser, como nação, como todo político-social, o que não somos realmente. [...] O nosso maior mal é a mania de passar pelo que não somos” (Romero, 1910, p. 102-114). Isto é, negar e evitar a miscigenação no cenário brasileiro representava não somente um erro, como um entrave para o processo de construção nacional. A mestiçagem preconizada pelo português garantiu, para o intelectual, uma unidade e homogeneidade rara e valiosa, sobretudo em um país de dimensões continentais como o nosso, onde “[...] as tradições são fundamentalmente as mesmas, os costumes os mesmos, a língua a mesma, sem a deturpação de dialetos locais, o folclore o mesmo, a coloração moral da população a mesma, as grandes aspirações nacionais as mesmas” (Romero, 1903, p. 280).

Encontramo-nos aqui em um ponto crucial da teoria racial romeriana. A miscigenação decerto originou o verdadeiro *tipo* brasileiro, o que, por sua vez, não significa que a nação seria mestiça. A construção nacional ocorreria mediante o processo miscigenatório, progressivamente embranquecendo a população a partir do elemento português. Para tanto, seria preciso promover o que Romero denomina de *colonização integral do país* (Romero, 1904, p. 316). A experiência lhe garantia que a imigração italiana no Sudeste ou a germânica no Sul, por produzirem mesclas divergentes daquelas que constituíram a população, representavam entraves para o futuro nacional. O Brasil sonhado por Sílvia Romero é aquele que possui “[...] um povo forte e homogêneo, com o uso exclusivo da língua portuguesa, com o fim de manter o cunho da nossa constituição histórica luso-americana, [...] sem o *placet* de estrangeiros” (Romero, 1912, p. 322).

De um jeito ou de outro, a raça seria, para Sílvia Romero, conceito estrutural e estruturante para compreender a realidade brasileira e construir um projeto para a contraditória nação. A partir da universalidade da ciência, deveria emergir a singularidade histórica e cultural do Brasil. A identidade nacional e a modernidade, em construção simultânea, alinhadas aos padrões civilizatórios predominantes na Europa de sua época, representam os dois fundamentos centrais do projeto intelectual de Sílvia Romero.

“O Brasil é um povo mestiçado, pouco adianta discutir se isto é um bem ou um mal; é isto e basta” (Romero, 1888, p. 104). Esse é, portanto, o axioma com que trabalha Romero e sob o qual constrói sua tese. Assim, ele constata que, diante da ausência de um *tipo étnico* definitivo no Brasil, o mestiço seria o produto final de uma raça em formação. Ou seja, Romero não confere propriamente um elogio ao processo miscigenatório, aliás, seria demasiado ingênuo

acreditar que sim, ao contrário, ele avalia que a miscigenação no Brasil é não somente um fato como também um recurso. “Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias” (Romero, 1888, p. 57), explica ele na introdução de *História da Literatura Brasileira*, produzindo uma espécie de apelo em prol de uma *consciência coletiva de raça* (Romero, 1908, p. 411).

3.2 Ecos gobinianos: Sílvia Romero e uma nação miscigenada

Ao longo de todo o primeiro tomo de *História da Literatura Brasileira* (1888), Romero cita o nome de Gobineau somente duas vezes. Na primeira delas, o Conde aparece em uma nota de rodapé. Ao explicar que Taine e Renan desenvolveram importantes pesquisas no sentido de conectar os conceitos de *raça* e *meio*, o autor esclarece em letras miúdas ao final da página que tais figuras foram antecedidas pelo Conde de Gobineau, proporcionando, portanto, as bases para suas respectivas construções teóricas (Romero, 1888, p. 99). A segunda vez que o leitor se depara com o nome do Conde francês é quando Romero passa a discorrer exclusivamente sobre a raça, uma vez que enuncia algumas de suas conclusões:

Destarte, podemos, à luz dos fatos e da ciência, concluir: o incorporamento direto do índio e do negro entre nós foi conveniente para garantir o trabalho indispensável à produção da vida econômica do povo novo que se ia formar; e o mestiçamento deles com o europeu foi vantajoso: a) para a formação de uma população aclimada ao novo meio; b) para favorecer a civilização das duas raças menos avançadas; c) para preparar a possível unidade da geração futura, que jamais se daria, se os três povos permanecessem isolados em face um do outro sem se cruzarem; d) **para desenvolver as faculdades estéticas da imaginativa e do sentimento, fato real no próprio antigo continente, como o demonstrou o ilustre Gobineau** (Romero, 1888, p. 114).

Ao argumentar em prol do processo de miscigenação no Brasil, Sílvia Romero explica que a mistura entre negros, indígenas e portugueses foi vantajosa na medida em que, entre outros fatores, elevou as faculdades intelectuais e criativas da raça, fenômeno esse que fora descrito por Gobineau em seu *Essai*. Na obra, o Conde explica que elementos como a inspiração artística são fruto da miscigenação entre raças, processo capaz de elevar os *tipos* inferiores, ainda que corrompa os *tipos* superiores.

Embora Romero tenha citado nominalmente Gobineau duas vezes somente, não é preciso buscar seu nome para identificar a leitura da obra do Conde francês pelo intelectual brasileiro. Sabemos que Gobineau não foi a única fonte da qual bebeu Romero, aliás ele mesmo cita uma série de relevantes nomes do universo cientificista do século XIX (em sua maioria,

muito mais influentes e conhecidos na época do que o próprio Gobineau), contudo é possível identificar como Sílvio Romero se apropria do discurso racial gobiniano para construir o seu prognóstico de Brasil. A associação que Gobineau estabelece entre raça, civilização e nação está presente na construção de Romero, ainda que ele se utilize disso para produzir um diagnóstico divergente. Buscar aquilo que denominamos de *ecos gobinianos* na produção de Romero nos permite pontuar uma das maneiras como os postulados do Conde concretizam-se na materialidade do pensamento brasileiro acerca da raça.

Apesar de postular um prognóstico diferente para o futuro da nação mestiça brasileira, Romero utiliza-se do escopo *gobiniano* para compreender e explicar a miscigenação. O sergipano entende a mestiçagem como instrumento de construção nacional e acredita em um futuro promissor no qual a introdução do elemento português produziria *tipos* consecutivamente mais brancos e civilizados. Já Gobineau, com seu característico pessimismo, avalia que a mistura racial, apesar de ter sido fator relevante na edificação das nações, estaria conduzindo todas as civilizações a degeneração irreversível.

Se por um lado Romero aceita a tese difundida por Gobineau de que na América Latina a raça branca havia se mestiçado com negros e índios, por outro não alega que esse processo seja degenerativo em sua essência, tendo em vista que a miscigenação teria elevado as raças inferiores, operando como um instrumento civilizatório. Romero (1888, p. 391) explica que “o sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças Índia e Etiópica”, demonstrando como a mestiçagem é capaz de “vivificar e fortalecer as classes inferiores”. Assim, ele parte da tese do Conde para formular a sua, mas, diferentemente de Gobineau, a mestiçagem para o intelectual brasileiro não estaria restrita ao campo de análise biológica, uma vez que constitui um elemento importante para a compreensão sociocultural do brasileiro.

Gobineau, por sua vez, também entende que a miscigenação está no embrião de todas as civilizações e não pode ser considerada de todo nociva, na medida em que foi capaz de extrair algumas raças da miséria étnica e moral, além de ter sido fundadora de aptidões humanas, como o gene artístico (Gobineau, 1855). Ainda assim, para o Conde, não há dúvidas de que, se esteve a miscigenação na origem, ela estaria também no fim das civilizações, uma vez que as misturas seriam progressivas, infinitas e inferiorizariam o *status* dos ativos. Vejamos o que argumenta Romero acerca da mistura das três raças no Brasil:

Nós aqui aceitamos as condições e não fugimos as responsabilidades que a história nos criou. Podemos, no estudo imparcial, objetivo, que fazemos de nossas origens e procedências, em respeito à verdade científica, mostrar, confessa, aqui ou ali, alguma fraqueza, alguma falta de profundidade e originalidade; nem renegamos nossos pais, índios, africanos ou europeus, nem caímos mais na tolice, no preconceito, de pretender ocultar o enorme mestiçamento aqui operado em quatro séculos. Só um fanático arianizante é que pode ainda ter a levandade ou a cegueira de reduzir, no século XX, os mestiços apenas as camas sem ação direta na cultura e na sociedade do Brasil (Romero, 1904, p. 54).

Se pudesse ler as palavras de Romero, o autor do *Essai* certamente sentir-se-ia atacado, já que, de acordo com ele, não fora a *levandade* que o conduzira a diagnosticar a barbárie advinda da mestiçagem, pelo contrário, ele o sabia por meio do estudo histórico das grandes civilizações, que o levava a presumir que o Brasil era o verdadeiro laboratório da degradação humana.

Diferentemente do Conde e de muitos outros intelectuais da ciência instrumentalizados por Romero, o intelectual sergipano esteve muito mais preocupado com as particularidades, isto é, com a avaliação daquilo que poderia conferir singularidade ao Brasil. Já Gobineau, de forma explicitamente ambiciosa, pretendeu elaborar paradigmas científicos universais, tais como acerca da raça, da evolução e da própria natureza humana.

A raça representava para Arthur de Gobineau o critério sumo para classificar, compreender e hierarquizar a humanidade, fazendo da miscigenação o verdadeiro motor da história das civilizações. Sílvio Romero, apesar de aderir à compreensão darwinista da raça, esteve preocupado em extrair dela o *povo* (Costa Filho, 2013), atrelando ao jargão cientificista um discurso romântico e nacionalista.

Como debatido no primeiro capítulo, Arthur de Gobineau experienciou de forma intensa o embate entre os monogenistas e poligenistas na busca de respostas. Destacamos que, diferentemente de seus pares, a obra gobiniana trabalha com elementos de ambas as vertentes. Isto é, ele assume a existência de uma raça originária (adamita) e pondera que a subsequente mistura produziu tipos raciais sucessivamente mais inferiores, corroborando o processo cronológico de degradação humana.

Sílvio Romero, como adepto do determinismo racial (Schwarcz, 1993, p. 203), tinha absoluta clareza de que as raças eram distintas e hierarquizadas. Assim, tal qual Gobineau, o paradigma poligenista da presença indiscutível de tipos raciais diferentes se faz presente no discurso romeriano. Por outro lado, Romero não parece concordar com a origem única desses tipos raciais, aliás, ele acreditava que existiria uma “desigualdade original brotada do laboratório da natureza, aonde a distinção e a diferença entre as raças aparecem como fatos primordiais” (Romero, 1895, p. 37).

Contudo, observamos que Sílvio Romero parte do raciocínio tecido pelo Conde em seu *Essai*. Sabemos que Gobineau não inventou o argumento racial, mas produziu um célebre estudo a respeito da origem humana, utilizando-se da materialidade histórica para demonstrar que a história das civilizações foi invariavelmente marcada por misturas raciais, fato esse que Romero adota como ponto de partida para sua análise da sociedade brasileira. Isto é, a caracterização gobiniana de *civilização* aparece no retrato que Romero constrói da sociedade brasileira, uma vez que o segundo entende as misturas raciais como embrião do povo brasileiro, capaz também de forjar a tão almejada nação.

Note que, se estiveram Gobineau e Sílvio Romero convergentes no que tange à origem das civilizações, posicionavam-se, contudo, de forma antagônica no que diz respeito ao fim das sociedades. Se fora a miscigenação o motor da história das civilizações para ambos os intelectuais, eles afastavam-se na medida em que Gobineau previa a completa degeneração da humanidade através das progressivas misturas, enquanto Romero atestava a evolução dos tipos inferiores por meio do branqueamento.

Alberto Schneider (2005) aponta que Sílvio Romero não objetivou construir suas teorias no sentido de privilegiar ou de garantir a superioridade racial das elites. Na realidade, ele esteve mais interessado em analisar as desigualdades brasileiras de forma a traduzir o que compreendia como qualidades inerentes das raças que compunham a população. De acordo com Schneider (2005, p. 76):

De fato, se pensarmos no conjunto de ideias da sua teoria do Brasil, pode-se perceber que Romero não chegou a um racismo de natureza política, na medida em que não partilhou de uma visão aristocrática, em que a superioridade dos brancos lhe garantisse privilégios e legitimasse o status quo.

Já o Conde de Gobineau constrói um discurso racialista impreterivelmente atrelado a um projeto político pautado pela crítica à igualdade na França do pós-revolução, igualdade essa que, por sua vez, ocasionou o declínio da aristocracia francesa, grupo que carregaria os genes de uma pureza ancestral. Ou seja, para Gobineau, o *Essai* tinha um papel político e histórico, uma vez que pretendia expor a decrepitude das civilizações modernas em uma espécie de último suspiro da então transpassada aristocracia europeia. Mais do que um “panfleto político, a obra de Gobineau representaria um tratado histórico e filosófico” (Cassirer, 1992, p. 265).

O *Essai*, em seus seis tomos, trabalha sob a égide do paradigma de que a miscigenação racial representa um processo degenerativo sem volta. Gobineau responde ao seu próprio inquérito afirmando que a questão central não é o momento em que a humanidade se extinguirá,

e sim o fato de que chegará ao seu fim absolutamente degradada. Por outro lado, como vimos anteriormente, a tese com a qual o Conde trabalha em seu artigo publicado em 1874 no *Le Correspondant* é a de que a imigração europeia poderia contribuir para o processo de branqueamento e, portanto, para o progresso da nação brasileira. Ainda assim, algumas considerações são relevantes ao tratarmos da obra de Sílvio Romero em relação a ambas as produções de Gobineau.

A figura do mestiço, para Sílvio Romero, é decerto contraditória. Por um lado, a miscigenação representaria uma essência única do povo brasileiro ocasionada pela colonização portuguesa, essência essa que estaria no cerne do pensamento nacional moderno. Por outro, a população *mulata* deveria impreterivelmente embranquecer-se por meio do processo de imigração, o que não deveria proporcionar um rompimento com o passado étnico e cultural do Brasil (Schneider, 2005, p. 74). Como bem explicou Cícero João da Costa Filho (2013, p. 123) em sua tese:

A situação mestiça do país, ao contrário do pensar de ensaístas como Euclides da Cunha e Nina Rodrigues (que começaram a escrever depois dele), ao invés de ser um mal, era responsável pela singularidade brasileira, viabilizadora da identidade nacional, chave para a compreensão da história brasileira. Mesmo sendo parcialmente um teórico racista, defensor da raça superior, afirmando que a maior contribuição na sociedade brasileira foi do português, analisou de maneira minuciosa a influência das raças ditas inferiores, como indígenas e negras.

Contrário ao pensamento letrado ocidental, e em oposição ao Conde de Gobineau, Romero descartou a tese da degeneração das populações mestiças. Assim, apesar da ambiguidade teórica, o intelectual brasileiro assume uma posição não convencional em comparação com os homens de seu tempo. A aceitação da teoria gobiniana de que as raças são originalmente desiguais e, por isso, assumem posições hierárquicas não impede Sílvio Romero de reconhecer a figura do mestiço na sua “militância nacionalista” (Costa Filho, 2013, p. 75).

Diferentemente do Conde francês, Romero confere certa relevância aos negros no processo de formação do Brasil, tendo em vista que eles constituem uma das três raças fundamentais para a produção da identidade brasileira. Por outro lado – e, nesse caso, em acordo com a premissa gobiniana –, Romero acreditava que as populações negras ocupavam um lugar subordinado e estavam fadadas ao desaparecimento. Se para Gobineau a miscigenação é sinônimo de estagnação da ação humana, para Romero ela é parte constituinte do progresso ao “integrar” os “povos atrasados” à civilização.

Assim, apesar de partirem do axioma da diferenciação e hierarquização racial, Gobineau observa a mestiçagem como o maior inimigo das civilizações, aquele que teria condenado a

raça branca à barbárie, enquanto Romero observa que o processo miscigenatório teria, de certa forma, elevado os ditos *tipos inferiores*. Ainda assim, o imperativo do embranquecimento nacional, descrito por Gobineau em seu artigo de 1873, aparece com destaque na obra de Romero, que deu ao tema da imigração no Brasil mais centralidade (tendo em vista que, diferentemente do Conde, Romero dedicou seus estudos à elaboração de um prognóstico brasileiro, e não universal). Ainda que o artigo tenha sido produzido sob encomenda, ele revela um conjunto de ideias que circulavam entre a intelectualidade ocidental da segunda metade do século, por isso, demonstra certas aproximações entre as figuras aqui discutidas.

Do ponto de vista das contribuições teóricas de Gobineau e de sua apropriação por parte de Romero, podemos afirmar, portanto, que o intelectual brasileiro aderiu ao discurso do *Essai* e, assim, aproxima-se da tese do Conde de que a humanidade sofrera consecutivos processos miscigenatórios no transcorrer da história, o que teria conferido caracteres daninhos aos tipos brancos. Por outro lado, uma vez que Romero trabalha com a tese de que a miscigenação não é de todo condenável, quando observada do ponto de vista étnico-cultural, ele se aproxima da premissa adotada por Gobineau em sua publicação posterior de 1873. No artigo, Gobineau descarta brevemente o fatalismo da mestiçagem, afirmando que a população brasileira poderia ser civilizada através da imigração, corroborando assim o projeto de branqueamento nacional de Sílvia Romero e, por conseguinte, a premissa de que a miscigenação poderia elevar *raças inferiores*.

Romero, como seus contemporâneos, pensava a respeito do progresso nacional em consonância com o imaginário cientificista do período. Nesse sentido, o ingresso de imigrantes europeus no Brasil seria, para ele, um passo rumo a um futuro moderno. Tais imigrantes seriam capazes de elevar o Brasil não somente do ponto de vista cultural, mas também biológico, haja vista que contribuiriam para o branqueamento populacional. Uma vez que o país havia se constituído por meio do entrelaçamento entre as raças negra, indígena e portuguesa, seria vantajoso, de acordo com Sílvia Romero, que a imigração portuguesa fosse privilegiada, na medida em que já era sabida a capacidade de *assimilação* desse grupo ante a população nativa. Como argumenta Schneider (2005, p. 82):

Romero sugeriu um certo privilégio a imigração portuguesa, embora outros imigrantes europeus pudessem ser bem-vindos. A predileção pelos portugueses não era nada inocente, e aludia à facilidade com que esses imigrantes se integravam à população brasileira, o que incluía a desejável possibilidade da miscigenação, ‘abrasileirando’ os estrangeiros e embranquecendo os brasileiros.

O Conde de Gobineau não se dedicou ao tópico da imigração ao Brasil com a veemência com que trabalhou Sílvia Romero. Ainda assim, através do artigo que ele escreve em 1873 e do conjunto de correspondências que troca com Dom Pedro II durante a década de 1870, podemos extrair algumas colocações relevantes. Em seu artigo, ele elogia o governo brasileiro por empreender esforços para trazer imigrantes europeus e garantir o futuro de uma nação que, caso deixasse que os *elementos daninhos* se proliferassem, certamente veria seu fim em menos de 200 anos. Em algumas das cartas que Gobineau adereça a Dom Pedro II, ao comentar sobre o artigo que estaria escrevendo, ele expressa que acredita serem os noruegueses e os suecos as raças ideais para popular o Brasil, na medida em que seriam “uma gente forte, laboriosa e que em absoluto não tem ideias revolucionárias” (Gobineau, 1874, *apud* Raeders, 1988, p. 467-468). A concepção gobiniana de que a imigração deveria operar como ferramenta estatal para garantir o progresso, ainda que restrita à publicação de 1874, está expressa na obra de Sílvia Romero.

A própria conceituação da nação tecida por Romero demonstra as leituras prévias que ele fez do Conde de Gobineau. Sílvia Romero pretende conciliar os ideais românticos para agregar todos os *tipos* em um único corpo populacional, sintetizado na figura do mestiço, ao mesmo tempo que opera por meio da ciência para hierarquizar as raças e valorizar o *tipo* branco. Para ele, “há um espírito geral que domina” as três grandes raças que formaram o país, esse, por sua vez, era um imperativo para a fabricação da nação (Romero, 1888, p. 148). Romero acreditava que nós mesmos ainda nos desconhecíamos enquanto nação:

Pelo que toca à nação brasileira, os documentos não se acham coligidos, nem utilizados de forma alguma. Os nossos costumes públicos e particulares, nossas tendências literárias, artísticas e religiosas, todas as ramificações, enfim, da atividade popular, não tem sido objeto de estudo particular e aturado. Nós desconhecemo-nos a nós mesmos (Romero, 1888, p. 145).

Apesar da exaltação da miscigenação mediante o processo de construção nacional, a tese de Romero aponta para relevante influência do pensamento gobiniano a respeito do tema. O Conde francês postulou que a nação é precisamente um conjunto heterogêneo de sociedades, cuja origem, tal qual a civilização, residia no processo miscigenatório. Ou seja, analisar a nação e, portanto, o processo de construção da identidade nacional é uma operação realizada por Romero através das bases teóricas de Gobineau (Costa Filho, 2013, p. 278-279).

Observamos, portanto, que Sílvia Romero, tal qual seus contemporâneos, ao estabelecer sua rede de trocas intelectuais para a produção de sua tese a respeito do Brasil, parte (entre outros autores) dos postulados científico-raciais do Conde de Gobineau. Apesar de certas

divergências teóricas e de olhares distintos acerca do mestiço, a teoria gobiniana fornece importantes pilares para a produção do intelectual sergipano.

Sabe-se que a difusão da obra de Gobineau ocorre de forma mais acentuada após a sua morte, já no início do século XX, sobretudo entre as sociedades alemã e italiana. Arthur de Gobineau não foi reconhecido por seus pares como outros personagens do universo cientificista do XIX, entre eles Taine, Renan, Le Bon e o próprio Darwin. Ainda assim, observamos os ecos de sua obra na produção de Sílvio Romero, sobretudo a partir da década de 1880, quando a preocupação em forjar a nação brasileira sob os pilares do discurso cientificista torna-se predominante nos discursos da intelectualidade ocidental.

3.3 A ciência racialista e o racismo à brasileira

Este trabalho nos permite constatar que a ciência do século XIX esteve profundamente vinculada à ideia de nação, incorporando à ordem discursiva novos significados carregados de conteúdos valorativos, associados em pares dicotômicos: inferioridade/ superioridade; degeneração/ evolução; civilização/ barbárie; pureza/ vício (de sangue). Decerto, um dos principais teóricos do pensamento racial foi Joseph Arthur de Gobineau. Embora o tema central de sua doutrina fosse a relação entre raça e civilização, Gobineau fornecia à questão nacional novos argumentos capazes de justificar as diferenças entre as sociedades e, mais do que isso, a dominação dos “inferiores” pelos “superiores”.

Em um contexto de crescentes rivalidades entre os países europeus, acometidos por conflitos de ordem econômica, política e militar, as teorias racistas popularizam-se no universo ocidental e o discurso sobre a nação ultrapassava os gabinetes dos teóricos ao incorporar a retórica racialista, alastrando-se na mentalidade popular. De acordo com Ruth Benedict, todos os povos europeus empenharam-se em demonstrar que, desde os primórdios da história, o triunfo das civilizações devia-se à sua raça: “Cada um colocava uma mão audaz nos fatos da raça, retorcendo-os e transformando-os até engendrar as mais contraditórias conclusões racistas. O racismo, em sua fase nacional, perdeu toda pretensão à objetividade científica” (Benedict, 1941).

O discurso nacional adquire, portanto, uma fórmula biologizante, sobretudo com o desenvolvimento do darwinismo social, a partir do qual afirma-se o predomínio de determinadas raças por meio de justificativas histórico-evolutivas. Como resultado, o racismo assume no século XIX, mais do que um papel social e político, uma razão científica. Dessa

forma, os discursos de teóricos racialistas atribuíram uma dimensão simbólica à compreensão da nação, proporcionando-lhe a legitimidade que apenas o discurso científico poderia oferecer. Ao enfatizar uma lógica unificadora, a ciência reforçava a ideia de uma coesão que se sobrepunha às diferenças e tensões internas.

A busca de uma compreensão unificada de povo e nação culminou em uma concepção unitária de civilização. De acordo com Norbert Elias (1994), o conceito de civilização expressa a consciência que o mundo ocidental tem de si mesmo, aproximando-se, portanto, da ideia de uma consciência nacional. Para Elias (1994, p. 23), a civilização:

[...] resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais.

Para completar essa dialética operação simbólica, emerge o conceito de progresso. Os avanços técnicos, a ampliação do conhecimento, a transformação das instituições sociais, tudo isso parecia atestar a vigência da lei do progresso das civilizações, que rapidamente transformava-se em uma das imagens mais poderosas do final do século.

No Brasil, um país formado por milhares de negros e mestiços, composto de raças e sub-raças que tanto incomodavam a elite política e intelectual, a ciência racialista se alastra de forma abrangente. No decorrer desse processo, viajantes, cronistas, naturalistas, ensaístas, entre outros intelectuais, contribuíram à sua maneira em busca do nacional. Acrescentemos a essa equação a lógica escravocrata que estruturava a sociedade, garantindo a marginalização socioeconômica, política e moral dos *tipos* inferiores. O esgotamento dessa estrutura, já a partir da segunda metade do século, acentua a necessidade da instrumentalização da ciência como atestado vitalício das desigualdades raciais. A barreira de cor sempre existiu no cenário brasileiro, a emergência do determinismo, do positivismo e do evolucionismo apenas fomentou as argumentações em prol da superioridade do homem branco.

A raça foi (e, em certa medida, ainda é) no Brasil o termômetro para a constatação da barbárie ou do progresso. Os intelectuais vinculados à geração de 1870 concluíam, portanto, que o país rumava para a degenerância. Como alternativa, o embranquecimento populacional torna-se o ideal redentor, e a imigração europeia, o instrumento para alcançar a civilidade.

Embasado pelo pensamento científico ocidental, Sílvio Romero foi um dos personagens interessados em modernizar a nação e, para tanto, posicionou a mestiçagem no centro do

discurso e da prática civilizatória. Entre as leituras-chave para sua construção teórica, destacamos o contato com a obra de Gobineau, que, por sua vez, fomentou a lógica hierárquica com a qual trabalha Romero e forneceu-lhe suportes para pensar a miscigenação.

Vale destacar que a teoria gobiniana não está presente exclusivamente em Sílvio Romero. Outro exemplo é o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862 - 1906), que, com um prognóstico mais pessimista que o do sergipano, também se dedicou ao estudo da raça no Brasil. De acordo com Nina Rodrigues, o mestiçamento da sociedade brasileira encontrava-se já em estágio avançado, o que era suficiente para concluir a impossibilidade da civilização do povo (Ortiz, 2006). A maneira como Rodrigues opera o conceito de degeneração racial, estruturado por uma hierarquia de *tipos* inclinados à civilização ou à barbárie, também encontra suas raízes nas teorias descritas no *Essai*.

De um lado, Sílvio Romero enaltece as três raças formadoras e entende o mestiçamento como possibilidade de um embranquecimento futuro, mediante a submissão das demais raças ao *tipo* ariano, representado pelo português. De outro, o Conde Gobineau condena o Brasil (e o Ocidente) não propriamente pela presença de tipos raciais distintos, mas pela miscigenação entre eles. Seja como for, a mistura racial assume protagonismo em ambos os discursos e conecta-se, impreterivelmente, ao projeto nacionalista:

[...] a substituição da ordem escravocrata por outra ordem hierárquica, a “cor” passou a ser uma marca de origem, um código cifrado para raça. O racismo colonial fundado, sobre a ideia da pureza de sangue dos colonizadores portugueses, cedeu lugar depois da independência do país à ideia de nação mestiça (Guimarães, 1999, p. 48).

A solidez que a teoria gobiniana fornece ao pensamento de Sílvio Romero representa para nós relevante material de trabalho. Não pretendemos aqui produzir generalizações ilusórias e afirmar que todos os intelectuais brasileiros da geração de 1870 leram o Conde de Gobineau, ou que sem o *Essai* as premissas de Romero não se sustentariam. Longe disso, sabemos que, dentro das limitações impostas a esta dissertação, identificou-se a presença e o diálogo entre a produção do Conde francês e do intelectual sergipano. Nesse sentido, concluimos que, se foi a ciência racista fundamental para a edificação do projeto de construção nacional brasileiro, materializado em figuras como a de Romero, podemos afirmar que o escopo teórico de Gobineau ecoou no Brasil. É claro que ele não foi o único, aliás, produzimos uma longa arguição a respeito de alguns dos influentes nomes do universo cientificista cujas teorias percorreram as redes de sociabilidade ocidental. Ainda assim, Arthur de Gobineau, por mais

aristocráticos que fossem os seus métodos, deixou importantes marcas na construção intelectual brasileira.

Propomos aqui ainda uma interessante reflexão. Alega-se no decorrer desta dissertação a relevância do discurso gobiniano para um determinado projeto intelectual de edificação da nação brasileira, contudo, em uma operação dialética, pode-se afirmar que o Brasil e sua população são também importantes para a teoria de Gobineau. Isto é, para um homem que jamais produzira uma ciência empírica e esteve restrito aos livros de história, a análise da sociedade brasileira em 1869 representa, como já se discutiu anteriormente, um verdadeiro laboratório da degeneração humana. Apesar do pouco tempo que ele passa no Rio de Janeiro, e de não ter dedicado grandes seções de sua obra a discorrer sobre o Brasil, a miscigenação que o Conde encontra aqui garante certa materialidade e, portanto, relevância ao seu discurso.

Contata-se, assim, a centralidade do saber dito científico para a arquitetura do imaginário brasileiro no século XIX, que, por sua vez, operou o desenvolvimento *sui generis* do racismo no Brasil. Aliás, o racismo científico reflete de forma precisa o paradoxo vivenciado pelo país, que se encontrava, por um lado, submetido à condição de objeto do discurso etnológico europeu e, por outro, motivado pelo desejo de construir um discurso nacional que o afirmasse enquanto sociedade histórica. Nesse sentido, pode-se argumentar que a reflexão sobre a raça no campo das Ciências Sociais brasileiras, até a década de 1930, permaneceu fundamentalmente aprisionada pelos parâmetros da ciência racialista.

Configura-se, assim, o racismo brasileiro moderno a partir de alguns pilares fundamentais que encontram suas raízes no século XIX. Minada a necessidade da implementação de leis explicitamente segregacionistas, o sistema promove e dissemina a ideia científica da inferioridade do negro, que, por sua vez, pode almejar através da miscigenação elevar a raça de suas gerações futuras, ainda que jamais adquira o *status* da pureza. Muito além de um procedimento econômico, a abolição da escravidão opera nesse contexto no sentido de ocultar a face negra do mundo do trabalho, sob a premissa da incapacidade do afro-brasileiro de trabalhar em regime assalariado. Concomitantemente a esse processo, observamos a massiva entrada imigrantes europeus que transformariam o cenário socio-racial do país, assumindo o trabalho nas lavouras e disseminando a civilização através dos genes brancos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, pretendeu-se analisar a construção do discurso racista de Joseph Arthur de Gobineau e suas repercussões no Brasil do século XIX. Partiu-se do entendimento de que, em sua obra mais conhecida, *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-1855), Gobineau desenvolve um esquema teórico que articula ciência, raça e civilização como pilares inseparáveis para justificar hierarquias raciais. Nesse contexto, sua teoria ecoou no Brasil em um período marcado pelo abolicionismo, pela imigração e pelo processo de construção da identidade nacional.

O primeiro eixo deste estudo mapeou a trajetória de Gobineau e a gênese de seu pensamento racista no contexto europeu. Ao posicionar-se contra a modernidade, Gobineau articulou um discurso que não apenas rejeitava a miscigenação como também projetava na degeneração racial o destino de sociedades multirraciais. Esse enquadramento, embora singular, dialogava com outras vertentes do pensamento racial europeu da época, consolidando-se como uma base teórica instrumentalizada posteriormente em diferentes contextos.

Embora inserido no contexto intelectual europeu do século XIX, Gobineau se diferencia de outros teóricos racistas por seu método, sua abordagem e sua visão de mundo. Ao contrário dos naturalistas de sua época, que se baseavam em estudos empíricos, como medições craniológicas e comparações anatômicas, Gobineau desenvolveu uma teoria fundamentada em observações teóricas e especulações históricas, sem o uso de metodologias experimentais. Ele era essencialmente um “homem de gabinete”, mais próximo de uma tradição literária e filosófica do que da ciência empírica, que caracterizava muitos de seus contemporâneos. Além disso, sua abordagem é marcada por um pessimismo absoluto: para Gobineau, a miscigenação racial não era apenas degenerativa, mas também representava o fator central responsável pelo declínio das civilizações. Esse pessimismo, combinado com seu tom aristocrático e romântico, fez de Gobineau uma figura apartada das demais. Portanto, ainda que tenha sido um homem de seu tempo, interessado em investigar as origens das desigualdades humanas, Arthur de Gobineau não pode ser colocado ao lado dos demais intelectuais do período sem que antes haja um trabalho de diferenciação teórica e metodológica.

O segundo eixo desta pesquisa investigou a chegada de Gobineau no Brasil, seja durante sua estada no Rio de Janeiro, entre 1869 e 1870, ou no que tange à circulação de suas ideias no plano do imaginário nacional. Através de análises das correspondências do Conde, do artigo publicado por ele em 1874 e de excertos extraídos de relatórios oficiais do Ministério das Relações Exteriores da França, foi possível analisar a imagem que Gobineau estabelece do

Brasil e de sua população. Sabe-se do desprezo generalizado do intelectual francês pelo Novo Mundo e de sua infelicidade ao ser enviado como diplomata ao Rio de Janeiro. Assim, não surpreende que Gobineau tenha retratado um Brasil degenerado pela miscigenação, grotesco do ponto de vista dos costumes e tomado por um prognóstico terrível de futuro.

Ainda assim, avaliamos aqui que a vivência do contexto brasileiro tem sua significância para a construção teórica do Conde, na medida em que a contatação de uma população miscigenada, dos mais altos cargos do Governo aos escravizados que circulavam pelas ruas, garante para Gobineau a materialidade empírica que lhe faltara. Como teórico de gabinete, Arthur de Gobineau não pôde (ou esteve interessado em) colocar à prova suas teorias racialistas, bastava-lhe retomar o passado para comprovar sua tese. Contudo, a observação do povo brasileiro, tomado pelas misturas raciais, parecia-lhe confirmar o prognóstico de que a mestiçagem esteve na origem e estaria também no fim de todas as civilizações.

A relação que o Conde francês estabelece com o Imperador Dom Pedro II tornou-se objeto relevante desta pesquisa não somente por ocasionar a encomenda do artigo escrito por Gobineau para o Congresso de Viena em 1873, no qual, apesar da miscigenação, ele postula a possibilidade de um futuro alternativo para o Brasil mediante a imigração, mas também porque a figura do monarca brasileiro foi relevante para a edificação da visão de mundo do Conde. Gobineau impressionou-se com a erudição de um homem que representava a pureza da raça em um continente de bárbaros e pôde afirmar com mais convicção a degeneração da Europa, onde as instituições aristocráticas ruíam em prol dos ideais republicanos.

Arthur de Gobineau não foi reconhecido por seus contemporâneos da forma como acreditava merecer, aliás muitas outras figuras destacaram-se no universo da ciência do XIX em detrimento do intelectual francês. Cuvier, Nott, Morton, Darwin, Le Bon, entre outros, tornaram-se relevantes personagens a partir da segunda metade do século. Seja pelo pessimismo extremo ou por adotar um percurso metodológico distinto, fato é que o Conde Gobineau não ganhou destaque como os demais. Ainda assim, observamos que, a partir do final do século XIX e, sobretudo, no início do XX, a obra do Conde foi traduzida, relida e reinterpretada mediante construções racialistas e segregacionistas. Sabe-se que o arianismo postulado por Gobineau não pregava o fomento de uma sociedade da qual judeus, por exemplo, deveriam viver apartados da civilização, contudo, isso não impediu que, décadas depois, o partido nazista alemão incorporasse a teoria do Conde para instrumentalizar sua política de genocídio.

O discurso gobiniano, ainda que não tenha sido amplamente lido em sua integralidade, forneceu argumentos teóricos que ecoaram também no Brasil, sobretudo a partir da década de 1850, quando a intelectualidade nacional pensava os caminhos para erguer uma nação tida como

incompleta. Longe de ser uma mera importação de ideias europeias, o pensamento racista foi ressignificado no Brasil, mediante o contexto de declínio da instituição escravista e o massivo incentivo à vinda de imigrantes europeus. As elites locais moldaram teorias como as de Gobineau para atender às suas agendas de construção nacional, instrumentalizando o cientificismo para perpetuar desigualdades raciais e justificar a exclusão das populações negras e miscigenadas.

Entre as figuras que se dedicaram a pensar o Brasil como emergente nação, destacamos aqui Sílvia Romero, cuja obra expressa diálogos inequívocos com a produção gobiniana. Ainda que tenham estabelecido prognósticos distintos, e sabendo que Romero, diferentemente do Conde, esteve de fato preocupado com o futuro do Brasil, observa-se que o intelectual sergipano parte da premissa de civilização de Gobineau e opera o conceito de mestiçagem no Brasil por meio de importantes alicerces da teoria do Conde francês. Essa articulação representou, para os fins desta dissertação, um exemplo pragmático da circulação das ideias racistas de Gobineau nas redes de sociabilidade ocidental.

Através da articulação entre a produção intelectual de Gobineau e o debate acerca da construção nacional brasileira, é possível constatar que a ciência racista desempenhou um papel central nos imaginários do século XIX. No Brasil, essas teorias ofereceram uma justificativa irrefutável e perene para a exclusão de populações negras e mestiças das narrativas de progresso e modernidade. A ideia de que o desenvolvimento estava intrinsecamente ligado à raça branca foi amplamente difundida, legitimando políticas de imigração europeia e práticas de marginalização racial. Além disso, o discurso racista contribuiu para a consolidação de um nacionalismo que buscava alinhar o Brasil aos padrões culturais e raciais europeus, promovendo o branqueamento como solução para o “problema racial” e apagando as contribuições das raças da memória e da história nacional. A instrumentalização da ciência das raças no Brasil operou como mecanismo para naturalizar desigualdades estruturais, cujos efeitos são perceptíveis até os dias de hoje.

As conclusões desta dissertação reafirmam que o pensamento racista, preconizado por figuras como Gobineau, exerceu uma influência profunda e duradoura no Brasil. Suas teorias, mesmo reinterpretadas e adaptadas, ofereceram uma base discursiva para a legitimação de exclusões e hierarquias que moldaram a formação da identidade nacional. A análise de sua recepção por intelectuais como Sílvia Romero revelou como as ideias racistas foram adaptadas para responder às demandas locais, ao mesmo tempo que sustentavam desigualdades sociais e raciais. Por fim, esta pesquisa avança no entendimento das raízes históricas do racismo

no Brasil ao posicionar a ciência no centro desse debate, o que, por sua vez, ilumina um passado que continua a moldar o presente.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

GOBINEAU, Arthur de. **Essai sur l'inégalité des races humaines**. Tomo 1. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1853.

GOBINEAU, Arthur de. **Essai sur l'inégalité des races humaines**. Tomo 2. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1855.

GOBINEAU, Arthur de. **Essai sur l'inégalité des races humaines**. 2. ed. Paris, 1882.

RAEDERS, Georges. **D. Pedro e o Conde de Gobineau**: correspondências inéditas. São Paulo: Brasiliana, 1938.

READERS, Georges. **O Inimigo Cordial do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAEDERS, Georges. **O Conde de Gobineau no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ROMERO, Sílvio. **Discursos**. Porto: Lello & Irmão Editores, 1904.

ROMERO, Sílvio. **Provocações e Debates**. Porto: Lello & Irmão Editores, 1910.

ROMERO, Sílvio. **Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

ROMERO, Sílvio. **Realidades e ilusões no Brasil**: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios. Petrópolis: Vozes; Aracajú: Governo do Estado do Sergipe, 1979.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro; Aracaju: Imago; Editora da UFS, 2001.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **O tecelão dos tempos**: novos ensaios de teoria da história. São Paulo: Intermeios, 2019.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDREATTA, Verena. **Cidades quadradas, paraísos circulares**: os panos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauadx, 2006.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

ARENDT, Hanna. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

AZEVEDO, Celia Maria de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.

BANTON, M. The concept of racism. In: ZUBAIDA, S. (ed). **Race and Racialism**. London: Tavistock, 1970, p. 17-34.

BANTON, Michael. **A ideia de raça**. Lisboa: Edição 70, 2010.

BENEDICT, Ruth. **Raza: ciencia y politica**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1941.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das cruzadas ao século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOAS, Glaucia Villa; GONÇALVES, Marco Antonio. **O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BOISSEL, J. **Gobineau: biographie (mythes et réalité)**. Paris: Berg International, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência – por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CANDIDO, Antonio. **O método crítico de Sílvio Romero**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem – a elite política imperial**. Teatro de sombras – A política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1998.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia do Iluminismo**. Tradução: Álvaro Cabral. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 1982.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre a negritude. In: CESAIRE, Aimé; MOORE, Carlos (org.). **Discurso sobre a negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, abr. 1991.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões de liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. 2. ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COSTA FILHO, Cícero João da. **No limiar das raças: Sílvio Romero (1870-1914)**. São Paulo, 2012.

COSTA FILHO, Cícero João da. **No limiar das raças: Sílvio Romero (1870-1914)**. 2013. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Doi: 10.11606/T.8.2013.tde-30072013-104238. Acesso em: 21 mai. 2021.

- DARWIN, Charles. **Origem das espécies**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.
- DEGROS, M. (org.). **Correspondance d'Alexis de Tocqueville et d'Arthur de Gobineau**. Paris: Gallinard, 1959.
- DIWAN, Pietra. **Raça Pura**. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.
- EUGENE, Eric. **Wagner et Gobineau: existe-t-il un racisme wagnérien?** Paris: Cherche Midi, 1998.
- FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GAHYVA, Helga. Tocqueville e Gobineau no mundo dos iguais. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, 2006a, p. 553-582.
- GAHYVA, Helga. **O inimigo do século: um estudo sobre Arthur de Gobineau (1816-1882)**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia), IUPERJ, Rio de Janeiro, 2006b.
- GAHYVA, Helga. Brasil, o país do futuro: uma aposta de Arthur de Gobineau. **ALCEU**, v. 7, n. 14, p. 152-159, jan./jun. 2007.
- GAHYVA, Helga. **O inimigo do século: um estudo sobre Arthur de Gobineau (1816-1882)**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012.
- GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Tradução: Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2014.
- MAGNOLI, D. **Uma gota de sangue: história do pensamento racial**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MAIO, Marcos Chor. **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MERQUIOR, José Guilherme. **De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- MORAES FILHO, Evaristo de. **Medo à Utopia: o pensamento social de Tobias Barreto e Sílvia Romero**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Sílvia Romero: uma imagem nervosa do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 1992.
- MOURA, Clovis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude** – usos e sentidos. 2. ed. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1988.

MUNAGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem**: identidade nacional X identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NEEDELL, Jeffrey D. **Negritude**: usos e sentidos. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

POLIAKOV, Leon. **O mito ariano**: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. São Paulo: Perspectiva, 1974.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. Colônia e Império. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RAYMOND, Jean-François de. **Arthur de Gobineau et le Brésil**. Grenoble: Presse Universitaires de Grenoble, 1990.

REDONDI, Pietro. **La révolution française et l'histoire des sciences**. Paris: La Recherche, 1989.

RENAN, E. **La réforme intellectuelle et morale**. Paris: Michel Lévy Frères, 1872.

SALIBA, Elias Thomé. **As utopias românticas**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Sílvio Romero, hermenêuta do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. O Brasil de Sílvio Romero: uma leitura da população brasileira no final do século XIX. **Projeto História**, São Paulo, n. 42, jun. 2011.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Capítulos da História Intelectual**: racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2019.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As Barbas do Imperador**. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SEILLIÈRE, Ernest. **Le Comte de Gobineau et l'arianisme**. Paris: Plon, 1903.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcho Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

SIRINELLI, Jean-François. **Intellectuels et passions françaises**. Manifestes et pétitions au XXe siècle. Paris: Gallimard, 1996.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, v. 8, n. 1, 1969.

SMEDLEY, Audrey. Race and the construction of human identity. **American Anthropologist**, v. 100, n. 3, 1999.

SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. **Agassiz e Gobineau**: as ciências contra o Brasil mestiço. Rio de Janeiro, 2008.

STEPAN, Nancy L. **A hora da Eugenia** - raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

SUSSMAN, Robert Wald. **The myth of race**: the troubling persistence of an unscientific idea. Cambridge: Harvard University Press, 2020.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociologia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

TOCQUEVILLE, Alexis. **O antigo regime e a revolução**. Brasília: Ed. UNB, 1997.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros** – a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

VERISSMO, José. **Teoria, crítica e história literária**. São Paulo: Edusp, 1977.

WASSERMAN, Claudia. História Intelectual: origem e abordagens. **Tempos históricos**, v. 19, 2015.